

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Jéssica Ribas Timm

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA AÇÕES
SOCIOEDUCACIONAIS**

Santa Maria, RS
2019

Jéssica Ribas Timm

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA AÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**.

Orientadora: Adriana Moreira da Rocha Veiga, Prof.^a Dr.^a

Santa Maria, RS
2019

Timm, Jéssica Ribas

Atuação do assistente social no sistema municipal de educação: contribuições para ações socioeducacionais / Jéssica Ribas Timm.- 2019.

169 p.; 30 cm

Orientadora: Adriana Moreira da Rocha Veiga

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2019

1. Educação 2. Serviço social 3. Vulnerabilidade social
4. Atuação Interdisciplinar I. Veiga, Adriana Moreira da Rocha II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a **Jéssica Ribas Timm**. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: jribastimm@gmail.com

Jéssica Ribas Timm

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA AÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**.

Aprovado em 30 de julho de 2019.



Adriana Moreira da Rocha Veiga, Prof^a. Dr^a. (UFSM)
Presidente/Orientadora



Dóris Pires Vargas Bolzan, Prof^a. Dr^a. (UFSM)



Vanessa dos Santos Nogueira, Prof^a. Dr^a. (ULBRA)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos alunos da EMEF - Maria de Lourdes Ramos Castro, aos moradores do bairro Diácono João Luiz Pozzobon, tão importantes neste processo de construção, aos professores, guerreiros incansáveis na luta por uma educação pública de qualidade e aos colegas assistentes sociais, pela resistência em seguir lutando lado a lado por dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à UFSM e ao PPGGE pela oportunidade na expansão de minha qualificação, por me possibilitar uma pós-graduação de qualidade e gratuita;

Aos meus pais, Mauren, Patrícia e Mauro, pela criação, apoio, e sobretudo pelo exemplo de luta que são para mim;

Ao meu esposo Mateus e filho Samuel, pelo apoio, carinho e paciência;

Aos meus familiares, incluindo irmãos, avós, padrinhos, tios, tias e primos;

À minha amiga, professora e orientadora Prof^a Adriana Moreira da Rocha Veiga, pelo carinho, competência, paciência e pela possibilidade de expansão do conhecimento;

Aos professores e professoras que participaram da construção desta trajetória, em especial aos professores do Centro de Educação;

Aos amigos e amigas que me acompanharam;

Aos colegas de mestrado;

Aos membros da Banca, Prof^a Dóris Pires Vargas Bolzan e Prof^a Vanessa dos Santos Nogueira, pelas contribuições enriquecedoras;

Queridos, esse trabalho carrega um pouco de cada um de vocês!!

EPÍGRAFE

(...) eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. (Paulo Freire, 1985).

RESUMO

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA AÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS*

Autora: Jéssica Ribas Timm

Orientadora: Adriana Moreira da Rocha Veiga, Prof.^a Dr.^a

Esta dissertação inscreve-se no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE, Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa 1, “Docência, Saberes e Desenvolvimento Profissional”, da Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM – RS. O tema da pesquisa aborda “a realidade socioeducacional da EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, localizada no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, mapeando os indicadores de vulnerabilidade social a fim de esboçar uma proposta de formação continuada no âmbito escolar, prospectando a construção de uma proposta de atuação socioeducacional interdisciplinar entre os profissionais educadores, e o assistente social”. A questão principal da pesquisa foi: “quais as implicações para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar, entre educadores e assistentes sociais, para que possam viabilizar a integração de crianças em vulnerabilidade social?”. O objetivo geral “compreender as implicações das relações entre educadores, assistentes sociais e demais profissionais para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar, foi desdobrado em cinco objetivos específicos, abrangendo: a realidade socioeducacional de uma escola municipal; a articulação entre a escola e a rede socioassistencial; a trajetória da escola na prevenção e enfrentamento da sua realidade socioeducacional; como a atuação interdisciplinar pode contribuir para o desenvolvimento das práticas socioeducacionais no contexto escolar; a importância da formação continuada, como fundamento para uma prática dialógica e assim, propor a discussão de projeto socioeducacional compartilhado entre os profissionais da educação e o serviço social. Metodologicamente, optou-se pelo “estudo de caso” em uma escola municipal em uma região de vulnerabilidade social, por meio da observação da escola e seu contexto, além de entrevistas semiestruturadas de gestores e professores, e os profissionais do CRAS-Leste. Os resultados trazem a relevância do tema e a pertinência dos objetivos orientadores. Destaca-se a necessidade atuação de uma equipe interdisciplinar no contexto escolar para que se compreenda de maneira integral as demandas dos alunos, no sentido de prevenir e intervir de modo adequado, além de ressaltar o caráter informativo da pesquisa, ao possibilitar aos profissionais da educação e à comunidade escolar conhecer o papel do assistente social na legitimação das políticas sociais e da educação. Papel que se defende conhecer as possibilidades de contribuição desse profissional, as competências e saberes a serem [re] construídos e compartilhados com os demais profissionais da Educação.

Palavras-chave: Educação. Serviço social. Vulnerabilidade social. Atuação Interdisciplinar.

*Pesquisa realizada com fomento da CAPES, Financiamento 01, Bolsa Demanda Social.

ABSTRACT

SOCIAL ASSISTANT'S ACTION IN MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM: CONTRIBUTIONS TO SOCIO-EDUCATIONAL ACTIONS *

AUTHOR: JÉSSICA RIBAS TIMM
ADVISOR: ADRIANA MOREIRA DA ROCHA VEIGA, PHD

This dissertation is part of the Postgraduate Program in Education - PPGE, master's in education, Research Line 1, "Teaching, Knowledge and Professional Development", Federal University of Santa Maria / UFSM - RS. The theme of the research is "the socio-educational reality of EMEF Maria de Lourdes Castro, located in the João Luiz Pozzobon neighborhood, mapping the indicators of social vulnerability in order to outline a proposal for continuing education in the school environment, prospecting the construction of proposal interdisciplinary socio-educational activity between the professional educators, and social worker. The main question of the research was: "What are the implications for an interdisciplinary socio-educational work in the school environment, between educators and social workers, so that they can make feasible the integration of children in social vulnerability?" The general objective "To understand the implications of the relationships between educators, social workers and other professionals for an interdisciplinary socio-educational work in the school environment, was deployed in five specific objectives, covering: the socio-educational reality of a municipal school; the articulation between the school and the socio-welfare network; the school's trajectory in the prevention and confrontation of its socio-educational reality; how the interdisciplinary action can contribute to the development of socio-educational practices in the school context; the importance of continuing education, as a basis for a dialogical practice and thus, propose the discussion of a shared socio-educational project between education professionals and social service. Methodologically, the "case study" was chosen in a municipal school in a region of social vulnerability, through the observation of the school and its context, in addition to semi-structured interviews of managers and teachers, and the professionals of CRAS-Leste. The results bring the relevance of the theme and the pertinence of the guiding objectives. It is important to emphasize the need for an interdisciplinary team in the school context so that the students' demands are understood in a comprehensive way, in order to prevent and intervene in an appropriate way, besides highlighting the informative nature of the research, by enabling educational professionals and the school community to know the role of the social worker in legitimizing social policies and education. Role that defends to know the possibilities of contribution of this professional, the skills and knowledge to be [re] constructed and shared with the other professionals of Education.

Keywords: Education. Social service. Social vulnerability. Interdisciplinary practice.

* Research carried out with the support of CAPES, Funding 01 - Social Demand Scholarship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região - 3 residenciais do PMCMV	39
Figura 2 – Mapa do Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, apontando os equipamentos dos residenciais	41
Figura 3 – Mapa da região leste	51
Figura 4 – Relação de atividades realizadas pelo CRAS - Leste	122
Figura 5 – Rota entre a EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, e o CRAS - Leste/Camobi.....	139

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Achados de pesquisa.....	65
-------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVA	Ambiente Virtuais de Aprendizagem
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos de Ação Social
CEFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRAV	Cursos de Aprendizados Vários
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCG	Disciplina Complementar de Graduação
EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ESAP	Educação Sanitária Ambiental e Patrimonial
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
GTR	Geração de Trabalho e Renda
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MOC	Mobilização Comunitária
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
POP	Plano Operacional Padrão
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PSE	Programa Saúde na Escola
PUC	Pontifício Universidade Católica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFN	Universidade Franciscana
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIFRA	Universidade Franciscana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	MEMÓRIA DE FORMAÇÃO.....	23
1.2	TEMÁTICA DA PESQUISA.....	46
1.3	QUESTÃO PRINCIPAL DE PESQUISA.....	46
1.4	OBJETIVOS.....	46
2	CAMINHO METODOLÓGICO: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM REGIÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	49
3	REVISÃO DE LITERATURA	61
3.1	TENDÊNCIAS DAS PESQUISAS SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	61
3.2	INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO: UMA VISÃO EM COMPLEXIDADE.....	73
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	90
3.4	DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	99
3.5	A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO.....	101
4	ACHADOS DO ESTUDO	111
4.1	A PERSPECTIVA DOS GESTORES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES FRENTE ÀS QUESTÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL... ..	112
4.2	A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE UMA FORMAÇÃO A RESPEITO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL.....	125
4.3	PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO DO CRAS-LESTE.....	137
4.4	PROJETOS EXECUTADOS NA EMEF – MARIA DE LOURDES RAMOS CASTRO, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE.....	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	155
	APÊNDICES	161
	APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	163
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	164
	APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	166
	ANEXO	167
	ANEXO A – AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	169

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE, do Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa 1, “Docência, Saberes e Desenvolvimento Profissional”, da Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM – RS, financiado pela CAPES, com Bolsa de Demanda Social. A temática da pesquisa é proposta a partir da trajetória pessoal e acadêmico-profissional da autora, atuando em diferentes contextos de vulnerabilidade social durante o decorrer da formação no curso de Bacharelado em Serviço Social. A vivência dessa trajetória pessoal/profissional possibilitou desenvolver uma atuação interdisciplinar com profissionais da saúde e educação, sempre visando a efetivação do acesso aos direitos sociais e deveres dos cidadãos. Por isso, toma-se como importante na contextualização temática a memória de formação da autora.

1.1 MEMÓRIA DE FORMAÇÃO

Uma reflexão possível sobre o ser humano é que ele se constitui ao longo do desenvolvimento da vida pela dimensão pessoal, complementada pela dimensão profissional a qual toma importância por ocupar significativo percentual do dia-a-dia de cada pessoa. Desta forma, quando me foi proposto escrever a minha memória de formação¹, decidi que deveria partir do que nos constitui como sujeitos ao longo da vida, como por exemplo, princípios cultivados pela família, hábitos, culturas, conhecimentos e formas de perceber o mundo.

Nesta perspectiva, percebi que a paixão pela minha profissão, assistente social vem se desenvolvendo ao longo de toda a minha vida, pois meus pais e avós sempre estiveram envolvidos em trabalhos sociais² direcionados à possibilidade de melhor qualidade de vida das pessoas.

Tudo começou quando o meu bisavô materno, que no ano de 1936, fundou e presidiu por muitos anos uma Casa Espírita em Santa Maria - RS. Nesse local são ainda hoje realizadas sessões de estudos sistematizados da Doutrina Kardecista, transmissão de passes,

¹ A memória de formação, principalmente acadêmico-profissional, traz aos acadêmicos/ as da linha de pesquisa “docência, saberes e desenvolvimento profissional”, uma oportunidade de breve reconstrução autobiográfica, em que ressignificamos a experiência e vinculamos o propósito de busca da pós-graduação como contexto de desenvolvimento. Por isso, é uma marca da linha de pesquisa e da orientadora, solicitar o memorial. Assim, o item 1.1 foi escrito na primeira pessoa do singular, enquanto os demais capítulos foram escritos no modo impessoal.

² Trabalho Social, compreendido, como articulação entre bens e serviços públicos como forma de assegurar os direitos individuais e sociais à família (GUEIROS, 2010).

sessões mediúnicas, escolinha espírita para as crianças, enfim, atividades comuns a um Centro Espírita, além da distribuição de cestas básicas e roupas. Após o falecimento do fundador do centro, no ano de 1976, quem segue com os trabalhos é sua esposa e um de seus 24 filhos, meu avô, até o ano de 1997, quando minha bisavó acaba falecendo, minha vó que já trabalhava ativamente na condução dos trabalhos espirituais, passa a auxiliar meu avô no processo de gestão da casa. Deram continuidade a este trabalho por mais de 40 anos, permanecendo na gestão da casa até poucos anos atrás. Ao longo destes anos eles puderam contar com o auxílio e trabalho dos meus pais que doaram parte do seu tempo nesta empreitada.

As atividades que deram início a tantas outras começaram com cursos que eram ofertados na casa espírita, os “CRAV - Cursos de Aprendizados Vários”, como “(...) confecção masculina, corte e costura, confecção de chinelos, tricô, bordado de flores em tecidos, desenho artístico, desenho arquitetônico, teoria e solfejo, entre outros” (MAGNO, 2011, p. 19), trabalho este que em seguida seria assimilado por um dos integrantes em Santa Maria, do “Sistema S”, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Nesse centro espírita, além da realização das atividades religiosas, também há, até os dias de hoje, a arrecadação de donativos, como roupas, calçados e alimentos não perecíveis, através do auxílio e apoio da comunidade, por meio de doações e também empresários locais, os quais patrocinam a compra de itens da cesta básica ou destinavam parte da produção o centro. Estes itens são recolhidos, selecionados, organizados entre cesta básica e sacola com roupas separadas por gênero e tamanhos, posteriormente distribuídos, duas vezes por ano, para um público previamente cadastrado e acompanhado dentro da Casa. Outro serviço, realizado há bastante tempo e se mantém até então, é o atendimento especializado para gestantes, onde estas participam de cursos gratuitos de crochê, tricô e costuras, tendo a oportunidade de produzir os enxovais dos seus bebês, devendo, em contrapartida, realizar o acompanhamento pré-natal corretamente.

Como família, todos os membros que tinham interesse em participar desse processo com o intuito de fortalecer o trabalho do meu avô. Desde muito pequena participei do desenvolvimento destas atividades e com o passar dos anos fui percebendo a importância deste trabalho que, além de se caracterizar como filantropia, buscava assistir aquelas famílias e amenizar as dificuldades enfrentadas por aquelas que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, exercendo, portanto, uma função social, no momento em que procurava não só praticar a caridade, mas também orientar quanto aos direitos e deveres de seus usuários, quanto ao acesso aos programas e projetos sociais, bem como a outras perspectivas de vida.

Cabe ressaltar, que ao desenvolver tais atividades filantrópicas, a presente instituição atua como uma instituição do Terceiro Setor³. É importante salientar que o terceiro setor é precedido por outros dois setores: o Primeiro Setor, consistindo nas instituições estatais, comandadas pelos governos municipal, estadual e federal; e o Segundo Setor, referindo-se às empresas e ao capital privado, onde os recursos são utilizados em benefício próprio, com vistas ao aumento dos lucros.

As entidades que fazem parte do terceiro setor desenvolvem ações filantrópicas, com o intuito de amenizar os problemas sociais que acometem a sociedade atualmente. Procura atuar nos locais onde o Estado não possui governabilidade, ou não tem interesse, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais impostas pelo modo de produção capitalista historicamente e pela falta de interesse dos outros setores em possibilitar a todos uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao considerar-se o modo com que o capital se reproduz, a desigualdade social se torna difícil de erradicar, uma vez que a reprodução se assenta na acumulação, ou seja, na necessidade de acumular e concentrar o capital está imbricada na exploração da força de trabalho. Desta forma, contata-se que as questões relacionadas à desigualdade, se origina a partir do processo de produção e apenas da má distribuição das riquezas, uma vez que a divisão entre proprietários e não proprietários se estabelece a partir do momento da produção.

Sobre isso,

Poder-se-ia argumentar que a realidade atual é diferente daquela vivenciada por Marx e Engels, o que nos permitiria recorrer à História e à práxis para demonstrar que as diferenças são apenas fenomênicas que o progressivo aumento da riqueza, ocorrido durante o século XX e começo do XXI, constitui, também, ampliação da pobreza e que as modalidades de exploração do capital sobre o trabalho, apesar do enorme avanço tecnológico, são intensificadas pela articulação da mais-valia relativa a diversas formas de trabalho precário, na esfera da mais-valia absoluta: Sobre tais bases, acumulação e desigualdade são indissociáveis do desenvolvimento capitalista (TAVARES, 2009, p. 4).

Assim, a desigualdade social consolida-se sob o modo de produção capitalista, além de evidenciar que o desenvolvimento das condições de reprodução do capital não se separa da eliminação da desigualdade social, também, os fatores que acentuam a pobreza permanecem e se aprofundam cada vez mais pelo quadro de crise existente no mundo contemporâneo, as condições de reprodução do capital, continuando a subjugar a necessidade humana na direção

³ O Terceiro Setor trata-se de um conjunto bastante diversificado de instituições, associações comunitárias, fundações, Organizações Não-Governamentais, entidades filantrópicas, enfim, são iniciativas sem fins lucrativos que atuam diretamente em prol do bem comum e desenvolvimento da cidadania.

da sua lógica de expansão e acumulação implicando diretamente no agravamento e complexificação das expressões da questão social.

Esse contato com a realidade de vulnerabilidade social sempre esteve presente em minha vida. Além desta vivência, minha mãe, como professora da área das Ciências Sociais e Humanas, tanto em Santa Maria/RS quanto em Florianópolis/SC, atuou em Escolas Abertas⁴ e Projetos Sociais⁵, com jovens em situação de risco, escolas em penitenciárias, Fase⁶, promoveu excursões, desenvolveu uma edição de jornal escolar, entre outras atividades, sempre trabalhando sob a perspectiva de orientação para que fossem desenvolvidas práticas alternativas que contribuíssem positivamente para a realidade vivenciada no núcleo escolar e social.

Assim, os anos passam, e dou início a busca pelo desenvolvimento de minha trajetória acadêmico profissional, que parte da busca por um curso de graduação para cursar. A princípio, esta busca se desenvolveu fazendo testes vocacionais gratuitos online, os quais sempre me direcionaram para a área das Ciências Sociais e Humanas. Tal área do conhecimento possui como foco de estudo o ser humano e a dinâmica das relações sociais, com objetivo de desvendar sua complexidade e a forma de construir o pensamento a partir de determinados discursos e sua dimensão social, abordando aspectos do homem, como indivíduo, ser social em um mundo contraditório, pois, o modo de produção capitalista é bastante complexo e desigual, além de estar em constante transformação.

Em uma breve pesquisa, diversos assuntos são identificados como próximos desta área do conhecimento, sendo exemplo disto: “as primeiras reconhecidas pela tradição acadêmica brasileira compreendem a Antropologia, a Sociologia e a Política, e são designadas como das mais importantes ciências básicas no campo das humanidades” (UFSC - Serviço Social). É possível afirmar que o direcionamento apresentado a partir dos testes vocacionais

⁴ O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=115>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁵ Os projetos sociais tornam-se, assim, espaços permanentes de negociação entre nossas utopias pessoais e coletivas – o desejo de mudar as coisas – e as possibilidades concretas que temos para realizar tais mudanças – a realidade. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/conceitos-de-projeto-social/63861>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

⁶ Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/RS), foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90), o qual também provocou o fim da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

se volta para as disciplinas que compõem os fundamentos das ciências sociais e humanas, constituindo, juntamente com as disciplinas práticas ou de intervenção, os pilares das chamadas Ciências Sociais Aplicadas.

Especificamente, as Ciências Sociais Aplicadas⁷ reúnem campos interdisciplinares de conhecimentos, direcionados para aspectos sociais, nas mais diversas construções da realidade humana. Esta área busca reunir cursos com conteúdo diferente, porém com objetivo comum, qual seja compreender quais são as demandas da sociedade, quais as consequências de se viver em sociedade e de que forma cada profissional pode contribuir nestas demandas identificadas. Neste sentido, o serviço social se constitui como uma área do conhecimento/profissão com um caráter interventivo, pois o resultado do seu estudo e ação é a intervenção na realidade social.

Estes conceitos foram reconhecidos de forma oficial recentemente, pois somente a partir da Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2008 foram asseguradas as legislações que amparam a inclusão da área de Ciências Sociais Aplicadas no ensino superior. O MEC - Ministério da Educação, via CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em seus artigos 5º e 6º nos apresenta:

Art. 5º – A Grande Área Multidisciplinar ficou composta pelas seguintes áreas: I – Ensino de Ciências e Matemática; II – Materiais; III – Biotecnologia; IV – Interdisciplinar. Art. 6º – A área Interdisciplinar manterá sua divisão em quatro câmaras, fixada pela Portaria 25/2006: I – Meio-Ambiente e Agrárias; II – Engenharia/Tecnologia/Gestão; III – Saúde e Biológicas; IV – Sociais e Humanidades, sendo nesta última câmara localizado o Serviço Social.

Fora iniciada então a minha busca por compreender o que é a profissão Serviço Social, qual o seu objeto de trabalho, quais os locais de atuação e o perfil de profissional que se almeja. Após algumas leituras e conhecimento sobre a realidade desta profissão, decidi que estudaria para ser assistente social e desenvolver o trabalho que eu assistira ao longo da minha vida ser desenvolvido pela minha família, só que com conhecimento fundamentado nos aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que viabilizam a realização de um trabalho de assistência às famílias a fim de possibilitar o acesso aos direitos e os encaminhamentos para a rede socioassistencial que o usuário necessite para sua saúde, bem-estar e qualidade de vida.

⁷ De acordo com Demo (2006), algumas ciências sociais se tornam aplicadas, pois, se voltam para a aplicação prática de teorias sociais.

Em 2012, prestei vestibular na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Neste mesmo ano ingressei no curso de Bacharelado em Serviço Social na UFSM e no segundo semestre do referido ano iniciaram-se as aulas. Neste processo eu percebi que as ações executadas pelos meus familiares, e que acompanhei ao longo da vida, permanecem significativas na sociedade atual; mesmo sem ter uma completa compreensão sobre o que era ser uma assistente social, mas com o entendimento que envolveria ações sociais, vulnerabilidade social e garantia de direitos.

Ao longo da graduação, conforme fui adquirindo os conhecimentos teóricos e técnicos necessários, foi aumentando a minha percepção sobre a importância do trabalho deste profissional em relação à garantia de direitos, proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso, ações junto ao meio ambiente, na educação, desenvolvimento de pesquisas, desenvolvimento de projetos sociais, consultorias e assessorias, além de orientações aos usuários quanto aos seus direitos e deveres.

No primeiro semestre, matriculei-me nas disciplinas indicadas como obrigatórias, (Introdução à Economia; Introdução à Ciência Política; Introdução à Sociologia A; Formação Sócio Histórica, Econômica e Política Geral; e Introdução ao serviço social). É possível observar que todas são disciplinas propedêuticas, abordando temas das ciências políticas com o objetivo de nos situar e preparar para “dirigir a formação para o núcleo duro da área de conhecimento do serviço social, com suas especificidades técnico-científicas” UFSM (Serviço Social).

Entretanto, como sentia necessidade de ter mais contato com os temas relacionados à profissão, fui em busca de uma Disciplina Complementar de Graduação – DCG que fosse amenizar a minha vontade de conhecer e aprofundar meus conhecimentos sobre o fazer profissional do assistente social. Optei por uma DCG chamada Serviço social na educação: cenários, processos e perspectivas, que abordou as possibilidades de atuação e estratégias de intervenção para o enfrentamento das expressões da questão social que se fazem presentes no contexto escolar.

Os objetivos desta disciplina é de desvelar as transformações sociais ocorridas na sociedade nos últimos anos, as implicações destas mudanças para os profissionais atuantes na política de Educação, além de conhecer os processos e perspectivas possíveis de atuação de um profissional do serviço social na escola, a fim de que sejam desenvolvidas estratégias que criem condições para o exercício da cidadania, bem como o protagonismo e inclusão dos alunos não apenas no âmbito escolar mas na sociedade de forma geral.

Nos semestres seguintes, até o 3º semestre, as perspectivas sócio históricas do Brasil, Política, Sociologia, Antropologia, entre outros, continuaram a ser ministradas. Acredito que as referidas disciplinas são fundamentais para que possamos compreender através da Sociologia, a constituição e organização da nossa sociedade, e através da antropologia compreender as questões relacionadas ao homem, ainda sim, mais especificamente, saliento a importância de trabalhar sobre o que é o serviço social, sobre o fazer profissional, realidade de atuação, foi trabalhado pouco e de forma muito genérica.

Penso que tal processo poderia ter sido mais aprofundado e dinâmico. É uma formação basicamente pautada por conteúdos teóricos e práticos, no entanto, desenvolvidos em sala de aula, o que não permitia ao acadêmico estabelecer a relação teórico-prática, necessária para a compreensão do objeto de trabalho do assistente social, isto é, é a questão social⁸ e sua constante transformação.

A ausência deste entendimento crítico trouxe em alguns momentos insegurança em relação a minha futura atuação no mundo do trabalho. É possível compreender o quão importante são as disciplinas introdutórias para compreender uma série de fatores a ser levado em consideração, sejam eles, culturais, territoriais, enfim. Neste sentido, trabalhar com a análise de reportagens de jornais, por exemplo, é uma maneira de conhecer e estar em contato e possivelmente aprender a ponderar sobre os encaminhamentos a serem providenciados em cada expressão da questão social existentes na sociedade.

Na sequência, início o estudo das metodologias, porém sem nenhuma aplicabilidade para a realidade social. A entrada das disciplinas chamadas laboratórios de intervenção, cria uma expectativa de aplicabilidade no campo social. Contudo, é apenas uma teoria de intervenção instrumental voltada às metodologias estudadas.

A partir do 5º semestre a teoria se faz mais clara, seguindo nas mesmas linhas, sem nenhuma disciplina prática de intervenção nas realidades profissionais em que se atuaria. Nesta etapa, há o confronto com a construção da história da família, da infância e da adolescência e são abordadas também, algumas questões voltadas ao Planejamento e Gestão Social. Neste momento se aprende a analisar os fundamentos, partindo da compreensão de empreendimentos sociais, além de discutir meios para a elaboração de planos, programas e projetos sociais.

Nos semestres seguintes, inicia-se o processo de estágio curricular supervisionado. Divide-se em dois semestres de 150 horas cada, sendo momento de colocar em prática toda a

⁸ Questão social são as manifestações das desigualdades sociais.

teoria apreendida durante o processo formativo em uma realidade de trabalho do assistente social. Neste primeiro estágio o aluno observa as rotinas e desenvolve um Projeto de Intervenção⁹. No segundo estágio é o momento de executar o projeto, quando acontece o confronto entre aluno e a realidade do processo de trabalho do profissional.

No decorrer do processo formativo, o fato da abordagem das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso de Graduação em Serviço social ser bastante teórica, o que causa um pouco de ansiedade em quem busca compreender mais profundamente sobre a profissão e suas perspectivas de atuação, nos direciona diretamente na busca por estágios extracurriculares, bolsas de pesquisa, afim de complementar e fundamentar a teoria desenvolvida dentro de sala de aula. Esses exemplos serão apresentados de maneira mais detalhada na seguinte sessão da presente dissertação.

O que é possível constatar a partir daí, é que a metodologia utilizada não forma o aluno para a atuação prática, tão pouco aproxima o discente da realidade do processo de trabalho vivenciado pelo assistente social. Assim, salienta-se que a alternativa encontrada para complementar minha formação foi a realização de bolsas e estágios voltados para a área do serviço social, o que tornou este processo extremamente rico e desafiador.

Diante destas constatações, além de uma necessidade/curiosidade de vivenciar a prática, frente à realidade socioeconômica do país, muitos estudantes são levados a procurar bolsas de estágios extracurriculares na área. No Banco de Sangue do Serviço de Hemoterapia do Hospital Universitário de Santa Maria, por exemplo, foi ofertada uma bolsa assistencial (estágio remunerado com uma assistente social) para desenvolver atividades, juntamente com a assistente social do banco de sangue, no projeto denominado “Captação de Doadores de Sangue”.

Quando soube desta vaga, através de uma colega que era bolsista no mesmo setor, entrei em contato e me candidatei a vaga. Na semana seguinte fui ao encontro da Assistente Social do Banco de Sangue do HUSM, esta me entrevistou, me questionou sobre o que eu estava buscando, e apresentou o trabalho que era realizado naquele setor e perguntou se eu estava preparada, se compreendia sobre o que se tratava, de imediato respondi que sim, havia compreendido e gostaria de assumir a vaga. Após uma semana organizando os documentos, crachás, vacinas, iniciei minhas atividades no Banco de Sangue, serviço de hemoterapia.

⁹ Conforme Almeida (2007) o projeto de intervenção é a materialização do trabalho a ser desenvolvido no campo de estágio, o qual é elaborado a partir de uma demanda identificada durante o processo de estágio e com o propósito de viabilizar a garantia de direitos.

No Serviço de Hemoterapia, segundo o Plano Operacional Padrão - POP o objetivo do assistente social é “aumentar a quantidade de doadores de reposição e voluntários de sangue, para tornar contínuo, estável e suficiente o estoque de hemocomponentes do Serviço de Hemoterapia, contemplando as necessidades diárias do HUSM” (POP. Serviço de Hemoterapia, HUSM, 2013).

Neste setor do HUSM, o profissional de serviço social realiza as seguintes atividades: “captação de doadores de sangue¹⁰” atendimentos de pacientes ambulatoriais que necessitam tratamento hematológico, hemoterapia, doadores de plaquetas, que são utilizadas em pacientes que estão internados. Realiza ainda o atendimento de famílias que são deslocadas de suas cidades de origem para Santa Maria em função do município de domicílio não ter condições de oferecer o tratamento adequado aos pacientes. Ou seja, o assistente social orienta o caminho que os pacientes e seus familiares podem seguir para providenciar alimentação, estadia durante o tratamento e recursos para adquirir medicações que o SUS não fornece.

É possível afirmar que o trabalho no setor perpassa muitos obstáculos, pois existe uma demanda contínua por bolsas de sangue ao mesmo tempo em que há dificuldade em encontrar doadores voluntários que se enquadrem nos pré-requisitos¹¹ solicitados. Outro fator que dificulta a captação de voluntários é ainda existirem muitos mitos e tabus em torno da doação, pois muitos voluntários têm medo de se contaminar com alguma doença e receio de sentir dor.

Desta forma, para que haja incentivo à doação voluntária, além da democratização das informações corretas, é importante que haja a sensibilização da sociedade, desenvolvendo um trabalho de conscientização da necessidade de fazer doações, pois existe uma demanda grande em virtude do HUSM ser um hospital referência regional para média e alta complexidade, além da abrangência de atendimento que por se tratar de uma unidade 100% SUS, que contempla a região de Santa Maria com mais 42 municípios (Dimensionamento de Serviços Assistenciais e da Gerência de Ensino e Pesquisa, Brasília, 09 de abril de 2013).

¹⁰O termo está entre aspas, pois representa um problema de gestão sob o ponto de vista ético, uma vez que estamos falando da rede pública de saúde.

¹¹ Ter idade entre 16 e 69 anos, desde que a primeira doação tenha sido feita até 60 anos (menores de 18 anos devem possuir consentimento formal do responsável legal). Pesar no mínimo 50 kg. Estar alimentado. Evite alimentos gordurosos nas 3 horas que antecedem a doação. Caso seja após o almoço, aguardar 2 horas. Ter dormido pelo menos 6 horas nas últimas 24 horas. Apresentar documento de identificação com fotografia, emitido por órgão oficial. (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, Passaporte, Registro Nacional de Estrangeiro, Certificado de Reservista ou Carteira Profissional emitida por classe). Para os menores de 18 anos, é necessário o consentimento dos responsáveis e, entre 60 e 69 anos, a pessoa só poderá doar se já o tiver feito antes dos 60 anos. A frequência máxima é de quatro doações anuais para o homem e de três doações anuais para a mulher. O intervalo mínimo deve ser de dois meses para os homens e de três meses para as mulheres.

Durante o período da minha atuação como bolsa assistencial no serviço de hemoterapia do HUSM, foi possível visitar os 403 leitos e, em torno de dez (10) setores que compõem o hospital universitário e ter contato com pessoas de muitas realidades e lugares do Rio Grande do Sul. Utilizando-se da perspectiva de abordagem que buscava mostrar a importância do Banco de Sangue, do ato de doar sangue, o quanto este serviço era deficitário e como cada um poderia contribuir. Sempre se procurou apresentar dados concretos sobre o assunto, explanando que mesmo por se tratar de um sistema público de saúde onde tecnicamente não temos que “devolver os materiais que utilizamos”, contudo, é um trabalho extremamente importante na garantia da manutenção dos estoques.

Cabe ressaltar que, para trabalhar no Banco de Sangue é necessário desenvolver uma forte estrutura emocional, principalmente porque aquelas famílias, além de sofrerem com a enfermidade e todas as demandas que vem com essa situação, precisam angariar doadores de sangue, por vezes, para repor as bolsas de sangue usadas por um familiar que acabara de falecer.

No decorrer deste trabalho, há o contato com as perspectivas multiprofissionais de atuação, pois dentro de um hospital atuam profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, por exemplo, além dos médicos e suas especialidades, contam-se com o trabalho de: enfermeiros, técnicos em enfermagem, técnicos em radiologia, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, bioquímico, biólogo, administradores, técnicos administrativos, residentes em saúde, residentes multiprofissionais, entre outros.

Neste sentido destaca-se como os saberes se complementam e resultam em uma compreensão mais integral sobre a demanda de cada sujeito. Esse modo de atuar, em conjunto, utilizando do conhecimento do outro para compreender mais integralmente a demanda do usuário do serviço de saúde, e desta forma, perceber outros fatores, e detalhes, que passariam despercebidos, caso não houvesse tal articulação.

Este período de vivência foi de extrema importância, pois, além de estabelecer contato com profissionais de outras áreas do conhecimento, estabeleceu-se certeza de que a profissão do assistente social sempre vai trabalhar em rede, juntamente com profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento e o quanto a construção deste trabalho em conjunto garante uma eficiência e eficácia muito maior em relação ao tratamento do usuário do serviço público de saúde.

Trabalhar no Banco de Sangue é vivenciar intensamente as trocas e aprendizados, que ficam para sempre impressos na construção da trajetória profissional. Sobressai o fato de atuar frente aos mais diferentes tipos de vulnerabilidades sociais, sejam enfermidades, situações

econômicas e/ou mortes. Por vezes, perceber que o usuário precisa buscar algum recurso específico, sem encontrar formas de viabilizar este acesso, sendo a consequência assistir ao sofrimento das pessoas, torna a experiência bastante desgastante.

Além destas questões, é necessário levar em conta que o Sistema de Único de Saúde- SUS existe e desenvolve as suas funções, mas de maneira bastante precária. Existe uma série de fatores que justificam um trabalho incipiente, entre eles está a questão da superlotação, por si já trazendo suas consequências. No decorrer do desenvolvimento das atividades que compete a cada um, se tem consciência, sobre o que se deve fazer, contudo, por vezes, não existe a viabilidade para tal ação, pois, por exemplo, não há recursos para vale refeição para todos os acompanhantes que “dele necessitariam”, que são de outras cidades, e etc.

O trabalho que desenvolvi dentro do hospital é extremamente importante, entretanto, requer um preparo psicológico. Assim, após sete meses laborando como estagiária neste Banco de Sangue, solicitei desligamento da bolsa. Como causa, a desgastante rotina de obter resultados pouco significativos, considerando que apesar de toda a sensibilização que era feita com os usuários, os estoques do hemocentro se mantinha operando no limite.

Participar deste trabalho foi extremamente importante em meu processo formativo, já que foi possível vivenciar a realidade da atuação de um assistente social frente ao Sistema Único de Saúde – SUS, perceber os obstáculos enfrentados no dia-a-dia e vislumbrar possibilidades para gerir essas dificuldades.

Resultados mais eficazes dependem do empenho dos profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, com foco no desenvolvimento de um bom trabalho em equipe multiprofissional¹², além da resposta sensível da sociedade em relação a doação de sangue. É necessário considerar também as limitações de recursos financeiros que a saúde tem, e estar ciente que todos estes fatores vão impactar diretamente no atendimento prestado pelo hospital.

Posteriormente a estas experiências, em agosto de 2015, iniciou a primeira fase do estágio curricular supervisionado, o Estágio I¹³, realizado na APAE – SM¹⁴ para desenvolver

¹² Trabalho em equipe multiprofissional, se trata de uma articulação entre profissionais de áreas distintas do conhecimento, com um objetivo e comum, que é o atendimento da demanda do sujeito para o qual se está prestando serviço.

¹³ Esta primeira parte é denominada de período de observação e conhecimento da realidade da instituição, possui a duração de 150 horas, que se divide em 9 horas semanais.

¹⁴ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. Disponível em: <<https://apae.com.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

o aprendizado prático. O objetivo nesta etapa é compreender e conhecer a realidade institucional, do processo de trabalho desenvolvido pelo assistente social, as demandas e necessidades apresentadas pela instituição, e a partir disto, fazendo uso do conhecimento teórico e metodológico, apreendido durante a formação acadêmica, desenvolvendo um Projeto de Intervenção, que deverá ser aplicado na instituição no semestre seguinte na disciplina de Estágio II.

Inicialmente, observei a estrutura física da instituição, suas salas de aulas e atendimentos especializados, seu quadro de funcionários. Em seguida, vivenciei a rotina das turmas, como se constituem, o que se trabalha. E, por fim, apreender as demandas da assistente social, suas atribuições e mais especificamente quais os obstáculos e possíveis dificuldades encontradas no setor. Neste momento, após o contato com as documentações, foi identificada uma primeira demanda: alguns alunos não possuíam os documentos de cadastro, onde constam informações básicas como dados pessoais e contato da família (ficha social, ANAMNESE, parecer social, perícia, laudo social).

Após conhecer a estrutura, os profissionais que nela atuam, os alunos e suas atividades, direcionei as atenções para a atuação e as demandas da assistente social da instituição, com vistas ao desenvolvimento do projeto de intervenção, com objetivo de contribuir de alguma forma para a instituição. Este projeto foi aplicado somente no Estágio II, no semestre seguinte.

A partir dos documentos analisados identifiquei que as fichas desatualizadas referiam-se aos alunos que participavam do projeto da padaria desenvolvido pela escola. Assim, organizei um roteiro para realizar as visitas domiciliares¹⁵ aos alunos cujas fichas não estavam atualizadas, onde foram realizadas 13 visitas, onde pude estabelecer contato com a realidade das famílias que tem entre seus membros uma pessoa com deficiência. Neste momento era também preenchida a Ficha Social, revelando informações necessárias para a identificação da demanda e dados pessoais e sociais dos usuários, suas condições de saúde, contexto social e situação dos vínculos familiares e sociais.

Nesta primeira visita já tinha uma ideia do que pretendia com o projeto e aproveitei as visitas para convidá-los a participar de alguns encontros na escola que posteriormente seriam combinados. Inicialmente foi feito um contato telefônico, com objetivo de marcar a visita e explicar a motivação desta. O contato foi feito, apresentei brevemente o projeto de

¹⁵É uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar (SARITA AMARO, 2007, p. 13).

intervenção, falamos sobre a atualização da ficha social da instituição e agendamos a primeira visita.

No entanto, algumas visitas tiveram de ser remar cadas e apenas uma família apresentou resistência neste primeiro momento e optou por não receber a visita da assistente social e da estagiária, porém, posteriormente, em uma conversa com a assistente social supervisora de campo, o pai do usuário justificou o motivo da resistência foi orientado sobre a necessidade e importância que tem a utilização deste mecanismo para o processo de compreensão da realidade de cada família.

Frente a esta realidade, foi possível observar todas as dificuldades enfrentadas, os preconceitos sofridos e junto com a assistente social da instituição, constatei através de algumas observações em classes de uma escola regular que já estava sendo trabalhado e desenvolvido o processo de inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas e que, naquele momento, a real necessidade seria trabalhar a perspectiva da inclusão no mundo do trabalho¹⁶.

Com efeito, posterior às visitas domiciliares realizadas para preenchimento da ficha social, promovi um diálogo por telefone com as famílias dos alunos selecionados, com possibilidade de inserção no mundo do trabalho para convidá-los para uma reunião em uma quarta-feira pela manhã, onde foi apresentada a proposta do projeto de intervenção, contemplando esclarecimento de dúvidas sobre benefícios sociais, questões psicológicas ocasionadas pela inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, com o objetivo de viabilizar e realmente efetivar essa inclusão.

Dessa maneira, iniciei a seleção pelos egressos de um Projeto denominado “Padaria”, que fora realizado na própria APAE durante os últimos 5 anos e que tinha como principal objetivo o desenvolvimento de habilidades e o encaminhamento para o mundo do trabalho na área da gastronomia.

Neste projeto, os alunos produziam biscoitos, bolos e bolachas que eram comercializados em uma determinada padaria de Santa Maria. Ao final do ano de 2015, este projeto foi extinto em virtude da falta de profissional para coordenar estas atividades, também pela falta de interesse por parte das famílias em promover o ingresso dos alunos ao mundo do

¹⁶ O mundo do trabalho pode ser definido como o conjunto que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas (saberes constituídos) que regulam tais relações, a experiência (saber investido), os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades (corpo-si) e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético de atividade (FÍGARO, 2008, p. 9).

trabalho, evidenciando-se que muitas destas resistências são ocasionadas pela possível perda do BPC – Benefício de Prestação Continuada¹⁷.

O projeto denominado “Conhecendo a Nossa Realidade e Lutando pela Inclusão”, foi inicialmente pensado para ser trabalhado com as onze famílias que concordaram em participar deste projeto. Este grupo era composto por alunos da APAE que participavam do Projeto da Padaria, como este já não estava mais sendo executado, optou-se por fazer uma nova seleção de alunos através de uma avaliação efetuada pelos técnicos da instituição, onde foram indicados os alunos que possuíam aptidões a serem trabalhadas em relação ao processo de encaminhamento para o mundo do trabalho, levando em conta o interesse da família em auxiliar no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Inicialmente foram selecionados onze alunos, na faixa etária de 15 a 35 anos, todos residentes em Santa Maria. Após a primeira semana de execução do projeto, a APAE recebeu mais uma aluna, que foi incluída e seguiu participando das atividades.

A execução do projeto iniciou com as ligações para sensibilização sobre o tema e os encontros iniciaram no dia 06 de abril de 2016 com a realização das visitas domiciliares. As visitas ocorreram nos dias 06, 07, 12, 18, 25 de abril e dia 10 de maio de 2016. Na sequência da realização das visitas iniciou-se o agendamento dos encontros em que foram realizadas as rodas de conversa para esclarecer possíveis dúvidas sobre o projeto de intervenção.

Após a realização das visitas, baseado nas informações contidas na ficha social, foi realizado um levantamento acerca do melhor dia para serem agendados as rodas de conversa, definindo-se então que ocorreria nas quartas-feiras pela manhã. No dia 10 de maio, após a realização das últimas visitas, houve o contato por telefone com cada um dos responsáveis pelos alunos, com o objetivo de convidá-los para o I encontro que ocorreu no dia 11 de maio e caracterizou-se pela apresentação do projeto para o grande grupo;

O II encontro no dia 18 de maio, contou com fala da técnica de terapia ocupacional da APAE e também com o ex-aluno que atualmente é funcionário da empresa Magazine Luiza (a escolha por este aluno se justifica, pois, este encontrava-se atuando no mundo do trabalho e a abordagem do projeto visa trabalhar a questão da inclusão no mundo do trabalho com o aluno e as famílias).

¹⁷O Benefício de Prestação Continuada – BPC, é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e pelos Decretos nº 6.214/2007 e nº 6.564/2008. Tal benefício passa a vigorar apenas em 1996 e trata-se de um pagamento mensal de um salário mínimo, para pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos de idade que comprovem ter a sua renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Por este ser um benefício não é necessário que o solicitante tenha contribuído para a Previdência Social para poder ter acesso ao mesmo.

No III encontro, dia 25 de maio, foi composto por uma roda de conversa com a participação das assistentes sociais do INSS visando à sensibilização acerca da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e ao esclarecimento de dúvidas relacionadas ao BPC.

No IV Encontro, ocorrido dia 01 de junho, contamos com a presença da psicóloga da APAE. O V Encontro ocorreu dia 08 de junho, caracterizando-se pela fala de duas funcionárias do setor de Recursos Humanos do Supermercado Carrefour, que apresentaram exemplos sobre a inclusão no mundo do trabalho. E o VI e último encontro para o dia 15 de junho, foi realizada uma oficina de padaria por um Chef de Cozinha, produzindo os alimentos que posteriormente foram consumidos no chá de encerramento das atividades propostas pelo projeto.

Finalizado este período, através de uma colega da APAE, fui indicada para uma vaga de estágio no Senac - Santa Maria, para atuar no Trabalho Social, em um residencial do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal, Caixa Econômica Federal e SENAC - SM, no período de janeiro 2016 a janeiro de 2017.

O referido programa é gerido pela Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, que dispõe sobre o trabalho social nos programas e ações do ministério das cidades. Em seu Artigo 1º estabelece:

[...] as normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social dos programas e Ações do Ministério das Cidades, incluindo: as intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; as intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; as operações inseridas no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; e os empreendimentos executados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em todas as suas modalidades.

A Portaria nº 595, de 18 de Dezembro de 2013 dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida e, mais especificamente no Município de Santa Maria, através dos Decretos Executivos nº 048 de 21 de Maio de 2013, estabelece critérios municipais adicionais de seleção dos beneficiários do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida - PMCMV e dá outras providências; e nº 113, de 17 de setembro de 2013 que revoga o artigo 4º do Decreto Executivo nº 048/13, de 21 de maio de 2013.

O Programa Minha Casa Minha Vida é regulamentado pelo governo federal e executado pelas prefeituras municipais cadastradas em parceria com a Caixa Econômica

Federal, tendo sido implementado no ano de 2009, com a finalidade de reduzir o déficit habitacional presente nos municípios previamente cadastrados no Brasil.

No Município de Santa Maria, através da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, executou no ano de 2011, a Faixa I do programa, esta faixa buscava atender famílias que recebem até R\$1,8 mil por mês. A seleção dos candidatos foi realizada através de sorteio, com inscrições prévia, atendendo a alguns critérios (nacionais e municipais)¹⁸ existentes para a participação no programa.

Seguindo, em seu Anexo I, que aborda as disposições gerais, apresenta a definição de Trabalho Social:

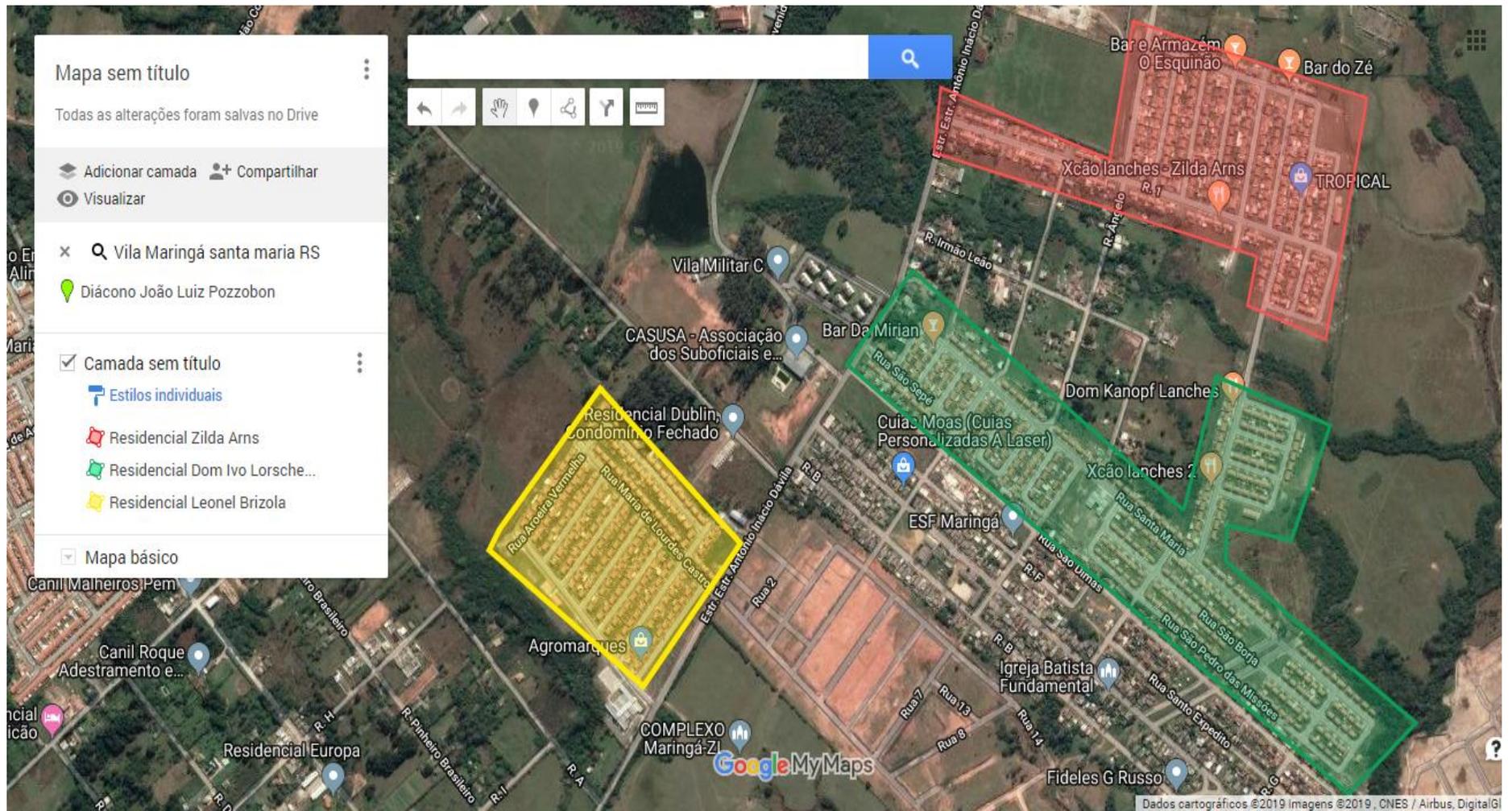
O Trabalho Social, de que trata este normativo, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. [...] consideram também as características da intervenção, visando romper o exercício da participação e inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Iniciei minhas atividades de estágio no Residencial Dom Ivo Lorscheiter; o estágio consistiu em fazer um diagnóstico da região que estava sendo constituída por uma população advinda das mais diferentes áreas do município (área de risco, área verde, ocupações) e com as mais diversas culturas e hábitos. A partir deste diagnóstico, foram planejadas e desenvolvidas ações previstas na política pública de habitação, norteadas pelos eixos temáticos trabalhados naquele período, quais sejam, Geração de Trabalho e Renda – GTR, Educação Sanitária Ambiental e Patrimonial – ESAP e Mobilização Comunitária – MOC.

O principal acesso aos residenciais do referido programa ocorre pela BR 287, denominada Faixa Nova de Camobi e conduzindo passageiros até a Universidade Federal de Santa Maria, dando acesso à Estrada Antônio Inácio D'ávila, a qual leva aos residenciais. Em ordem, em primeiro lugar temos o Zilda Arns, ao lado o Dom Ivo Lorscheiter e, entre este e o Leonel Brizola, a Vila Maringá, também fruto de um programa de habitação.

¹⁸ **Critérios Nacionais:** -Famílias residentes em área de risco ou insalubres. -Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. -Famílias de que façam parte pessoas com deficiência. **Critérios Municipais:** -Famílias de que façam parte filhos menores de 18 anos. -Famílias de que façam parte 3 ou mais filhos menores de 18 anos. -Titular deve ser responsável familiar beneficiário no Programa Bolsa Família.

Figura 1 – Mapa da região - 3 residenciais do PMCMV



Fonte: Imagem Google Earth, editada pela autora (2019).

É possível perceber na Figura 1, que a implantação dos residenciais não é uniforme, pois, em 2 dos 3 residenciais pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (Zilda Arns, Dom Ivo Lorscheiter e Leonel Brizola), existe uma parcela de casas isoladas das demais. Isso remete à implementação de residências em terreno fragmentado, como se fosse um vazio urbano a ser ocupado.

Desta forma, iniciou-se o desenvolvimento das atividades previstas, através da realização de reuniões com a comunidade, dá incentivo e auxílio para a construção da Associação de Moradores, festas comunitárias e grupos de convivência. Foi sendo construído um laço com a população a fim de cada vez mais entender suas necessidades e demandas. Foram desenvolvidos ainda, dentro do centro comunitário do próprio residencial, cursos profissionalizantes com o foco em geração de emprego e renda, quais sejam: Auxiliar Administrativo, Costura, Cuidador de Idoso, Manicure e Pedicure, Padaria Básica.

Ao trabalhar em um residencial pertencente a um programa de habitação como este, reunindo pessoas de diferentes contextos sociais, vindos das mais distintas regiões da cidade, com hábitos e culturas diferentes, diariamente pode-se observar as expressões da questão social, pois é uma comunidade que teve um direito básico assistido através de uma política de governo. Tendo sido assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, que dispõe sobre os Direitos Sociais, no artigo 6º diz que: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho a moradia...”, foi possível compreender que apenas um lugar para morar não atende todas as necessidades do ser humano. Essas pessoas tinham onde morar, mas em contrapartida, não obtinham acesso à educação, saúde, e vivia em meio à violência¹⁹, tráfico e outras questões vistas como “comuns” na periferia das grandes cidades.

Frente à realidade apresentada, foram mapeadas questões, sobretudo em relação à atuação do profissional de serviço social. Cabe afirmar ainda, que os bons resultados dependem primeiramente de que os elementos que compõem a Rede Socioassistencial²⁰, (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Escolas, Organizações Não Governamentais) se articulem de forma mais eficiente, eficaz e efetiva, ou seja, um serviço necessita do outro para existir e

¹⁹ Notícia do site da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul: publicado em 29/03/2019 – “Suspeito de tentativa de homicídio de mulher grávida é preso em Santa Maria. – Na tarde desta sexta-feira (29/03), policiais da Delegacia de polícia e Homicídios e Proteção à Pessoa – DPHPP, de Santa Maria prenderam um homem (18 anos) no residencial Dom Ivo Lorscheiter. Disponível em: <<https://www.pc.rs.gov.br/suspeito-de-tentativa-de-homicidio-e-preso-em-santa-maria>>. Acesso em: 30 maio 2019.

²⁰ A rede socioassistencial é a ação articulada e integrada entre um conjunto de instituições que busca proporcionar aos usuários dos serviços de proteção social, bem como o acesso aos seus direitos básicos, estando esta rede relacionada ao conjunto de políticas públicas sociais, em especial a política de assistência social.

poder funcionar. A partir desta compreensão, junto à construção das residências, foram pensados equipamentos sociais, como podemos observar na Figura 2, onde estão localizados tais equipamentos que buscam atender às demandas de vulnerabilidade social existentes e outras, devido ao aumento da densidade demográfica da região.

Figura 2 – Mapa do Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, apontando os equipamentos dos residenciais



Fonte: Imagem Google Earth. Editada pela autora (2019).

Nesse sentido, alguns dos equipamentos que compõem a rede socioassistencial, caracterizam uma atuação em conjunto, estabelecida entre organizações não governamentais, comunidades, empresas privadas, instituições públicas, com interesses, objetivos e valores compartilhados. Tais equipamentos fazem parte da política pública de assistência social. Ao encontro da conceituação de ‘redes’, Junqueira (2004), afirma: “Nas redes, os objetivos definidos coletivamente articulam pessoas e instituições que se comprometem em superar de maneira integrada os problemas sociais” (p. 29).

A importância de reunir profissionais das mais distintas áreas do conhecimento, trata-se da materialização de possibilidades de promover a integração de saberes, conhecimento, experiências, onde o desenvolvimento de uma atuação mais aproximada da comunidade, ocasiona o desenvolvimento de uma postura mais ativa desta comunidade. Ao

encontro disso, a atuação do assistente social em conjunto com essa rede, vai apenas complementar e viabilizar uma melhor compreensão e encaminhamentos a serem direcionados em uma determinada realidade. Uma vez que o assistente social é o profissional capacitado tecnicamente para contribuir com ações que vão incidir diretamente na diminuição das expressões da questão social.

Uma questão relevante apresentada anteriormente, está relacionada aos fatores que agravam expressões da questão social e que estão impressas no nosso cotidiano. Tais fatores têm a sua origem junto ao surgimento do modo de produção capitalista. Historicamente a crise do capitalismo financeiro, em dimensões estruturais, ocasionou uma série de profundas transformações no mundo do trabalho, como por exemplo, uma queda no ritmo de crescimento, o que incide diretamente no aumento nos níveis de desemprego, aumento da miséria da população, enfim, ocasiona uma série de fatores que são diretamente responsáveis pelo agravamento e crescimento da questão social (MÉSZÁROS, 2009).

Conforme Santos (2012), a questão social se agrava em decorrência das contradições e desigualdades produzidas no modo de produção capitalista, que se caracteriza por produzir relações de conflito e antagônicas entre os trabalhadores e os capitalistas. A questão social, para Yamamoto (2015), possui o cerne do seu surgimento na cena pública na primeira metade do século XIX, a partir de um movimento coletivo organizado de trabalhadores, que reivindicavam direitos e cidadania, assumindo assim também um caráter político.

Diretamente relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e as desigualdades que este produz, temos a origem, ou divisão da população em classes. Para Marx e Engels (2008), a principal motivação que leva a divisão de classe ser o motor da história, mesmo levando em conta que cada sociedade em cada época possui a sua própria forma de se constituir, existe algo que lhes é bastante comum, a exploração do homem pelo homem. Ao encontro disso, os autores afirmam: “Quaisquer que tenham sido essas formas, a exploração de uma parcela da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos passados” (MARX; ENGELS, 2008, p. 43).

Atualmente, tais questões como a questão social e a divisão de classes são bastante pertinentes, pois, estas encontram-se em pleno desenvolvimento junto com a sociedade. Além de tornar a divisão de classes mais latentes, e as questões sociais manifestarem-se das mais diferentes maneiras. Conforme pode-se observar na presente dissertação.

Ao finalizar a trajetória acadêmica no curso de serviço social na UFSM, após vivenciar estas experiências, na área da saúde, educação e na política de habitação, tive vontade de seguir estudando, aprofundar conhecimentos e direcionar a área de atuação,

através do mestrado acadêmico na mesma Instituição, no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE – UFSM, onde no anteprojeto foi abordada a inserção do assistente social na educação e as perspectivas de uma abordagem interdisciplinar.

Dando continuidade, apresentamos a temática que será abordada no trabalho em desenvolvimento, ou seja, a realidade socioeducacional da Rede Municipal de Ensino, em destaque a escola do Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, denominada, EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Ramos Castro, observando indicadores de vulnerabilidade social com vistas à educação compartilhada entre os profissionais educadores e a viabilidade de uma atuação interdisciplinar no âmbito escolar.

Partindo do princípio que a escola é uma instituição formadora, de conhecimento e valores humanos, esta tem como finalidade o acesso à educação e cultura aos sujeitos que compõem a sociedade, além de ser um espaço de acesso e garantia de direitos que estão previstos na Constituição Federal de 1988, assegurando o desenvolvimento potencial para a transformação social.

Neste sentido, salienta-se que a escola não se encontra descolada do contexto social, mas sim o integra e é atravessado pelas contradições e lutas históricas da sociedade, como a luta de classes presente no modo de produção capitalista. A forma com que se constitui a escola na atualidade, onde se vivencia a efervescência das questões sociais, indica a necessidade de ampliação das ações dentro e fora da sala de aula, a fim de que seja possível a inclusão dos alunos em vulnerabilidade social. Pode-se afirmar que o momento atual exige a intervenção de outros profissionais, além do professor, dentre eles o assistente social.

Neste sentido, Morin (2012, p. 37) nos demonstra que: “Conhecer o humano não é separá-lo do Universo, mas situá-lo nele. (...) todo conhecimento para ser pertinente, deve contextualizar o seu objeto.” Faz-se necessário a compreensão dos contextos sociais de onde os alunos vêm, visando desenvolver métodos e propostas metodológicas que possibilitem a aproximação do conteúdo que se pretende transmitir à micro realidade do aluno, gerando significado ao aprendizado.

A necessidade da atuação de assistente social presente na Política de Educação, sobretudo na educação básica, se fortaleceu e se desenvolveu a partir da década de 1990, em especial, após a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996), do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e também da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), que traz a educação como direitos sociais fundamentais. Fomentou a construção do Projeto de Lei nº 3.688 de 2000, aprovado pela câmara dos Deputados, em 07 de agosto de 2007, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social nas escolas

públicas de educação básica”. Pretendeu-se não apenas problematizar a inserção do serviço social na Política de Educação, com vistas a proposta de uma atuação interdisciplinar, mas também dar visibilidade ao trabalho que já é desenvolvido através da rede socioassistencial, com o objetivo de compreender como se constitui o fazer profissional neste espaço sócio ocupacional, tendo em vista às especificidades do assistente social.

Isto posto, apresenta-se a pesquisa, tendo como tema “A realidade socioeducacional da EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, localizada no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, mapeando os indicadores de vulnerabilidade social²¹ a fim de esboçar uma proposta de formação continuada no âmbito escolar, prospectando a construção da educação compartilhada entre os educadores, professores e assistente social”.

Frente às experiências vivenciadas pela autora ao longo do seu processo formativo, nos mais distintos contextos de vulnerabilidade social, emergiu a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a política educacional, o contexto da formação dos profissionais da educação e a importância de uma atuação interdisciplinar com a participação do assistente social no sistema educacional, a fim de viabilizar a inclusão das crianças em vulnerabilidade social.

A rede pública municipal de ensino analisada tem autonomia na organização e gestão dos processos escolares e na construção de projetos de ensino, desde que estejam vinculadas as legislações educacionais do país. Com o passar dos anos, a partir das transformações sofridas pela história, os objetivos e propósitos das escolas têm se adaptado às realidades sociais e econômicas presentes na sociedade atual, principalmente em relação à adoção de novas teorias e práticas pedagógicas.

O interesse com a qualidade do ensino se manteve, tal reorganização acabou apontando para a necessidade de atuação de profissionais até então não reconhecidos, como sendo pertencentes a área da educação, a exemplo disso, o assistente social.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral, “compreender as implicações nas relações entre os educadores, assistentes sociais e demais profissionais, para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar”.

Nas últimas duas décadas, a inserção destes profissionais no âmbito educacional objetivou, de forma prioritária, atender às demandas institucionais voltadas à ampliação das

²¹ Vulnerabilidade social é um termo conforme o *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 12).

condições de acesso e permanência dos alunos, nos distintos níveis e modalidades da educação, através da interlocução com programas governamentais. A importância destas ações não pode ser desqualificada, contudo, o desenvolvimento do fazer profissional do assistente social não se restringe a estas atividades, e deve ser compreendido a partir de uma perspectiva ampliada, que vislumbre múltiplas possibilidades de atuação, considerando sua complexidade (CFESS/CRESS, 2013).

Segundo Almeida (2007), a inserção do profissional de serviço social nas escolas, em especial na educação básica, representa atualmente não apenas o desejo de uma categoria profissional e o resultado da sua atuação política e profissional frente à defesa intransigente dos direitos sociais e humanos, mas uma necessidade sócio institucional cada vez mais reconhecida no âmbito do poder legislativo.

O assistente social atuante em uma escola tem a possibilidade de desenvolver ações que buscam a aproximação do contexto escolar com a família e a comunidade, através de espaços de participação, sob uma perspectiva de gestão democrática. Além de atuar no dia-a-dia da escola, realizando atendimentos sociais com os alunos e a família, ou a comunidade, enfim, articulando as políticas públicas com a finalidade de atender às demandas apresentadas neste contexto.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 2007, p. 16).

Neste sentido, para Santos (2011), em entrevista concedida ao CRESS/RS em 2011, nos diz que: o assistente social é um profissional crítico, propositivo que avalia e intervém nas demandas ocasionadas pelas expressões da questão social que ocorrem no âmbito educacional na atualidade.

Atualmente pode-se observar a ocorrência de profundas transformações ocorridas na sociedade, ao encontro de abordar tais transformações e as demandas que estas vão ocasionar, procura-se, na presente sessão apresentar, o tema central bem como a instituição de ensino escolhida como participante deste estudo.

Além deste, apresenta-se, a questão principal de pesquisa, objetivo geral, o qual se desmembra e origina os objetivos específicos da presente dissertação de mestrado, na direção de propor formas de atuação mais estreitas entre assistentes sociais e profissionais da educação.

1.2 TEMÁTICA DA PESQUISA

A temática de pesquisa realizada tem como foco a realidade socioeducacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro, observando indicadores de vulnerabilidade social, a fim de que se possa viabilizar uma proposta de formação continuada, trabalhando na direção da construção de uma proposta de atuação socioeducacional interdisciplinar entre os profissionais educadores e o assistente social no âmbito escolar.

1.3 QUESTÃO PRINCIPAL DE PESQUISA

Ao encontro da realidade socioeducacional do Município de Santa Maria – RS, em especial da EMEF - Maria de Lourdes Ramos Castro, foi levantada a seguinte questão principal de pesquisa:

- Quais as implicações para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar, entre educadores e assistentes sociais, para que possam viabilizar a integração de crianças em vulnerabilidade social?

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa, considerando a questão principal de pesquisa foi a seguinte:

- Compreender as implicações das relações entre educadores e assistentes sociais para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar.

Isto posto, os objetivos que guiaram as atividades de pesquisa foram os seguintes:

- Mapear a realidade socioeducacional da EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Ramos Castro;
- Identificar “se, e como ocorre” a articulação entre a escola e a rede socioassistencial;

- Reconhecer a trajetória da escola na prevenção e enfrentamento da sua realidade socioeducacional;
- Verificar com os profissionais da escola em questão como a atuação interdisciplinar pode contribuir para o desenvolvimento das práticas socioeducacionais no contexto escolar;
- Reconhecer a importância da formação continuada, como fundamento para uma prática dialógica e assim, propor a discussão de um projeto socioeducacional compartilhado entre os profissionais da educação e o serviço social.

A dissertação encontra-se estruturada em capítulos, distribuídos da seguinte maneira:

A introdução inicia com a narrativa da memória de formação da autora, abordando a trajetória de estudante a assistente social, percurso de aprendizagem ao longo da vida, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. São relatos sobre a constituição familiar, como neta, filha, aluna e profissional.

Aborda também as mais diversas vivências experimentadas no processo de desenvolvimento pessoal/ profissional, fatores que constituem o pesquisador como sujeito crítico e capaz de propor formas de atuações interdisciplinares no âmbito da educação, a fim de que se possa fazer destes espaços, locais de discussão e da construção das relações sociais a fim de acolher as expressões da questão social que chegam até o ambiente escolar.

É apresentado também um paralelo entre os processos laborais de atuação assistente social, reconhecido através das experiências vivenciadas nos estágios ao longo da formação acadêmica em serviço social e o distanciamento do que se aprende ao longo do processo teórico formativo. Ao final deste capítulo são apresentados: o tema da pesquisa, questão principal, objetivos: geral e específicos.

Caminho metodológico: estudo de caso em uma escola municipal em região de vulnerabilidade social: neste capítulo são caracterizados o tipo e abordagem de pesquisa, os processos envolvidos na construção e o desenvolvimento da metodologia, assim como a estrutura das entrevistas realizadas com os docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro, com assistente social do CRAS Leste de Santa Maria. Nesta sessão, o autor citado como referência foi Robert Yin, sobre a modalidade de pesquisa estudo de caso. Além destes, são apresentados a instituição escolhida para o desenvolvimento do estudo, os sujeitos que irão participar da pesquisa e os instrumentos que serão utilizados para a coleta e análise dos dados. É apresentada, ainda, a análise textual discursiva (ATD) como estratégia de interpretação dos dados e as necessidades éticas da pesquisa.

Na revisão de literatura é apresentada uma breve análise das tendências de pesquisa sobre vulnerabilidade social e educação escolar. Aborda ainda sobre a "Interdisciplinaridade e Formação: uma Visão em Complexidade", onde destaca-se a questão da separação dos conteúdos em disciplinas e o quanto esse método é ineficaz e até mesmo prejudicial, tendo em vista que o ser humano é um ser complexo, e que para compreendê-lo da melhor forma é preciso perceber que ele é composto pelas mais diversas singularidades e características oriundas dos mais distintos contextos. Para isso é abordado o pensamento complexo de Edgar Morin. A fragmentação dos conteúdos não permite a visão do todo, e por vezes de si mesmo. Neste sentido, as possibilidades de contribuição do assistente social para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, de qualidade, que permita aos educandos o desenvolvimento do senso crítico, uma visão de si e do mundo partindo de outra perspectiva. Salientou-se, ainda, a importância de compreender os sujeitos e seus contextos.

Em sequência, são apresentadas as possibilidades de interlocução do serviço social e a educação. Trata-se de levantamento acerca dos aspectos relevantes relacionados história do surgimento e das transformações sofridas pela profissão assistente social, no Brasil, perpassando pela relação estabelecida em meados da década de 20 com a ação social e voluntária desenvolvida pela Igreja Católica. Seguindo, são abordadas as políticas públicas para a formação do assistente social, e sua inserção na Política Pública de Educação, e as perspectivas de atuação deste profissional na educação.

Dando continuidade ao item três, é abordada a perspectiva interdisciplinar de atuação do serviço social frente ao sistema educacional. Desde a década de 30 já se apontam tais questões, para isso inicialmente, serão abordadas as questões relacionadas ao conflito capital X trabalho a partir da visão de Montañó.

No capítulo resultados e discussões são apresentados e analisados os resultados da pesquisa, buscando-se responder à questão orientativa da pesquisa e aos seus objetivos. Este é o momento em que se visualiza a forma com que se estabelece a comunicação entre a teoria e as ações práticas que são desenvolvidas tanto pelos profissionais que atuam na escola, quanto ao serviço socioassistencial de Proteção Social Básica prestado pelos equipamentos que compõem a Rede Socioassistencial, que possui como finalidade garantir o acesso à escola, a uma educação inclusiva e de qualidade, além de desenvolver práticas interdisciplinares, com o intuito de garantir a inclusão dos alunos que apresentam as mais diferentes realidades.

No capítulo cinco, considerações finais, registrou-se as considerações sobre o que se compreendeu e destacou ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Apresenta-se também algumas sugestões pertinentes, identificadas a partir dos achados de pesquisa e as dissertações.

2 CAMINHO METODOLÓGICO: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM REGIÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Para que fosse possível a construção e (re) construção da questão geral da pesquisa, foi necessário fazer um resgate das memórias acadêmicas e profissionais do pesquisador. Em princípio na construção inicial da questão geral, fez-se uma retomada das experiências relatadas ao longo do processo formativo, quando, se trabalhou diretamente com as possibilidades de uma atuação interdisciplinar e em uma região de expressivas questões de vulnerabilidade social. Deste modo, o tema da presente pesquisa, perpassa por algumas temáticas, formação continuada, a atuação interdisciplinar na educação e o serviço social na educação.

Ao longo do desenvolvimento do Curso de Mestrado em Educação e das disciplinas, foram sendo desenvolvidas outras reflexões acerca dos temas abordados, além da realização de novas leituras e diálogos com a orientadora, que refletiram diretamente na (re)construção do problema apresentado, inicialmente, no anteprojeto de dissertação²².

Antes de apresentar o tema da presente pesquisa, registrou-se algumas questões que foram surgindo ao longo do desenvolvimento das disciplinas e outras atividades para o autor. Em sua maioria, as questões são bastante simples, contudo, foram bastante relevantes na (re)construção do problema de pesquisa: I. O que é vulnerabilidade social? II. Que transformações sociais têm ocorrido em nossa sociedade? III. Os professores em sala de aula, têm percebido as transformações ocorridas em nossa sociedade? O quanto isso impacta em sua atuação? Se sentem preparados para atuar frente a realidade atual? IV. O que é formação continuada? De que forma a formação continuada pode auxiliar a atuação dos professores frente às vulnerabilidades sociais que chegam até a escola? V. O que é questão social? VI. Como isso impacta o processo educativo dos alunos?

Desta forma, faz-se necessário retomar o item 1.1 desta pesquisa, com o intuito de lembrar que, no transcorrer da construção do problema de pesquisa buscou-se olhar para o mesmo lugar, sob uma perspectiva e em tempos diferentes. Em primeiro lugar, no passado, pois, remete a experiência da autora enquanto estudante do curso de serviço social e, a experiência enquanto estagiária do Senac – Santa Maria no desenvolvimento do Trabalho Social nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida. As duas experiências

²² Diante da realidade socioeducacional do Município de Itaara, RS, quais as implicações para a formação e atuação de uma equipe multiprofissional de educadores e demais profissionais que viabilizem o desenvolvimento e a integração de crianças em vulnerabilidade social?

acontecem em locais diferentes. Uma delas na UFSM, e a outra nos residenciais Dom Ivo Lorscheiter e Leonel Brizola.

As experiências do estágio extracurricular, possibilitaram a autora: em primeiro lugar, contato com a prática profissional do assistente social, o que facilita o desenvolvimento da práxis, estes são fatores que fortalecem e enriquecem o processo formativo e, em segundo lugar, permite que seja feito um primeiro contato com o desenvolvimento de uma atuação multiprofissional, além do trabalho interdisciplinar que conecta as políticas públicas, de assistência social, de habitação, de saúde e educação. Salienta-se que a identificação da necessidade de uma atuação sob perspectiva interdisciplinar é extremamente importante, tendo em vista que o ser humano é um ser complexo, composto por questões que permeiam a vida pessoal, cultural, traços de personalidade, princípios familiares.

O motivo da escolha pela escola, EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, dá-se justamente, por esta, ser compreendida como um equipamento social, que busca compor a rede socioassistencial, com intuito de suprir as demandas oriundas do crescimento populacional na região. A exemplo disto, salienta-se que cada residencial possui um equipamento, o Dom Ivo Lorscheiter conta com uma Unidade Básica de Saúde para atendimento dos moradores deste complexo habitacional e do Zilda Arns e para o Residencial Leonel Brizola foi construído uma Escola de Ensino Fundamental chamada Maria de Lourdes Castro.

Assim, apresenta-se local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa: Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, localizada no Residencial Leonel Brizola, pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal, situada, no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, em Santa Maria – RS. Os recursos utilizados nestas obras são advindos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

Na figura três, apresenta-se o mapa da região Leste do Município de Santa Maria, localizado em laranja o bairro, Diácono João Luiz Pozzobon.

Figura 3 – Mapa da região leste



Fonte: Wikipédia (2009).

A referida instituição é um equipamento que compõe o planejamento da densidade demográfica da região. Construída a partir dos mesmos recursos dos residenciais, com o intuito de atender a demanda criada a partir do estabelecimento dos residenciais Zilda Arns, Dom Ivo Lorscheiter e Leonel Brizola, que passaram a abrigar conforme informações o site da prefeitura municipal de Santa Maria, em média 1400 moradores na região sudeste do município.

Conforme o site da prefeitura do município de Santa Maria, a escola possui capacidade para atender duzentos e cinquenta alunos por turno, o que apresenta um total de quinhentas crianças, com foco voltado para a educação infantil e ensino fundamental. Possui uma área de 1975m², que contemplam dez salas de aula, cozinha, refeitório, auditório e setor administrativo. Dentre os profissionais que atuam na escola tem-se: dois gestores (diretor e vice-diretor); vinte e três professores, dois coordenadores pedagógicos (um atuando do maternal II ao terceiro ano e outra do quarto ao nono ano); três funcionários terceirizados; uma merendeira através da prefeitura; dois guardas-municipais em regime de trabalho de 12h. A escola atende alunos do maternal II ao nono ano. No turno da manhã (8h às 12h) atende a todos os anos, já no turno da tarde (13h às 17h), trabalha com maternal II, Pré-B, segundos, terceiros e quartos anos (PMSM, 2006).

Relacionado a articulação com a rede socioassistencial, a escola conta com a participação e apoio ativo do SUAS²³, através do equipamento social CRAS– Leste, no desenvolvimento de oficinas de instrumentos musicais, escolinha de futsal, ballet, clube das mulheres, conta com a presença semanal do Conselho Tutelar, atividades musicais com o Atoque²⁴ e o Coral Maria. Além destas, conta com a presença e atuação constante da Unidade Básica de Saúde - UBS São Francisco que executa programas diversas naturezas, por exemplo, Programa Saúde na Escola - PSE²⁵.

Tais ações buscam: prevenir, estimular, desenvolver habilidades, aumentar a autoestima dos alunos, aproximação dos pais e da comunidade com a escola. Para que desta forma estas pessoas sejam amparadas pelos recursos legais que podem respaldá-los, na construção de uma nova perspectiva de compreensão do mundo.

Como Tema central apresenta-se: a pesquisa tem como foco a realidade socioeducacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, localizada no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, observando indicadores de vulnerabilidade social a fim de que se possa viabilizar uma proposta de formação continuada, que trabalhe na direção da construção de uma educação compartilhada entre os profissionais

²³ SUAS – Rede Socioassistencial – CRAS – Leste: “O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social do Município. Se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que propicia o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de Assistência Social”. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/smasc/8-cras>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

²⁴ ATOQUE – “A Atoque foi fundada no ano de 2002, é pioneira no ensino coletivo de percussão na região central do estado e possui uma trajetória de transformação de realidades e vidas através da Arte. Com uma equipe de profissionais especializada, oferecemos o ensino coletivo de Percussão, Bateria, Canto coral, Acordeon, Violão, Artes Visuais, Danças afro-brasileiras e tradicionais gaúchas. O destaque em nossas ações são as Oficinas de Percussão Social. Este formato tem demonstrado contínuo crescimento em toda região central do estado do Rio Grande do Sul, onde a contratação é oportunizada por prefeituras, escolas, instituições e pelos próprios projetos de lei escritos e desenvolvidos pela nossa empresa. O mais valioso resultado destas iniciativas é oportunizar e permitir que crianças e jovens tenham acesso à cultura, arte e entretenimento.” Disponível em: <<https://www.facebook.com/EmpresaAtoque/>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

²⁵ Programa Saúde na Escola - PSE visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 15 mar. 2019. Nos anexos temos uma foto do planejamento de ações a serem desenvolvidas pela equipe do PSE, foi relatado que cada unidade monta seu plano de ações conforme a necessidade (ANEXO A).

educadores e a viabilidade de uma atuação interdisciplinar, com ênfase a atuação do assistente social, no âmbito escolar.

Seguindo, de encontro a realidade socioeducacional da escola em questão temos a questão de principal de pesquisa - quais as implicações para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar, entre educadores e assistentes sociais, para que possam viabilizar a integração de crianças em vulnerabilidade social?

Objetivo geral: compreender as implicações das relações entre educadores, assistentes sociais e demais profissionais para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar.

A questão central da pesquisa e o objetivo geral contribuem na delimitação do propósito metodológico deste estudo: uma pesquisa em educação. São analisados os diversos fatores que implicam na execução de uma atuação interdisciplinar, alinhado a importância de que se desenvolva uma proposta de formação continuada que atenda as demandas escolares que se apresentam na atualidade, além de evidenciar as contribuições que um profissional de serviço social pode dar, atuando juntamente com os profissionais da educação.

A fim de que se possa atender com eficiência, eficácia e efetividade as demandas dos discentes em vulnerabilidade social, e, desta forma, imprimir a importância do acesso ao ensino de qualidade como direito inalienável do cidadão brasileiro, entende-se que o método científico adequado para a realização do estudo é o Estudo de Caso Qualitativo. Assim, estudo de caso qualitativo busca compreender a subjetividades do que está sendo estudado, além de compreender o comportamento de um determinado grupo.

Neste sentido, ressalta-se que a opção por se fazer uso do método estudo de caso se dá em virtude da complexidade do objeto. Conforme Yin (2015, p. 4), “(...) o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. Tendo em vista que o trabalho aborda as práticas formativas e educativas e a realidade social dos alunos.

O autor aponta que o uso deste procedimento se desenvolve em situações de análise crítica de contextos, levando em conta que tais questões serão pertinentes para a construção do estudo. A definição de estudo de caso que Yin é a seguinte: “uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo (“o caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (2015, p. 17).

Portanto, esta opção se justifica, sobretudo, por ser uma configuração apropriada para compreender a natureza humana a partir dos fenômenos sociais. Ainda, por ser uma

configuração apropriada para compreender, a natureza dos fatos a partir dos fenômenos sociais tão complexos.

Este modelo de estudo não busca a generalização dos resultados obtidos, mas sim, desenvolver uma interpretação e compreensão mais densa dos fatos e acontecimentos estudados. Ainda que não deva ser generalizado, os resultados obtidos a partir do estudo precisam viabilizar a disseminação do conhecimento e inovações de práticas, através de possíveis generalizações e conjecturas teóricas que podem manifestar-se a partir do estudo (YIN, 2015).

Conforme Yin (2015), os resultados da pesquisa são considerados válidos quando o pesquisador emprega quatro princípios básicos: empregar múltiplas fontes de evidência, ou seja, realizar a triangulação; criar uma base de dados do estudo de caso; manter o encadeamento de evidências; e ter cuidado no uso de dados de fontes eletrônicas. A triangulação de dados, uma das formas de abordagem desta pesquisa, é definida como a combinação de metodologias de estudo de fenômenos semelhantes.

O uso de diversas fontes de informações no desenvolvimento da pesquisa de caso aceita que o pesquisador trabalhe com uma variação maior sobre os aspectos históricos e de contextos, originando linhas convergentes de investigação. Assim, qualquer resultado obtido a partir dos estudos de caso é mais relevante, e necessita de fundamentação em diversas fontes de informações (YIN, 2015).

Assim, como ferramenta de coleta de dados, será feito uso da observação direta, e indireta. Tendo em vista que conforme Yin (2015, p. 118) “o estudo de caso deve ocorrer no contexto do mundo real, você está criando a oportunidade para as observações direta”.

A opção por fazer uso deste instrumento se dá, pois, é uma forma de conhecer o funcionamento da instituição, os procedimentos que nela são realizados. E a opção pela observação indireta, pois, desta forma é possível a construção de uma Entrevista Narrativa onde o pesquisador interage com observado, desenvolve perguntas abertas possibilitando assim que o entrevistado relate seus pensamentos e opiniões.

Desse modo, a fim de complementar os dados a serem analisados no presente estudo recorreu-se a entrevista, dos profissionais da EMEF - Maria de Lourdes Ramos Castro. Este instrumento é amplamente utilizado em pesquisas com uma abordagem qualitativa, pois, é evidente a capacidade de obtenção de informações dos protagonistas do objeto a ser estudado. Neste sentido Minayo (2012) nos apresenta como definição de Entrevista:

Entrevista é, acima de tudo, uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistado. Ela tem o objetivo de construir informações

pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2012, p. 64).

Os profissionais e suas referidas instituições, que foram selecionados para a realização da entrevista são: do CRAS- Leste, 1 pessoa, da EMEF - Maria de Lourdes Ramos Castro 6 pessoas, entre gestores e professores que atuam com os alunos desde o maternal II até o terceiro ano e com os alunos de primeiro ao nono ano. A escolha por incluir o CRAS-Leste na referida pesquisa, se dá, pelo fato de este compor a rede socioassistencial, além de serem responsáveis por acolher as questões de vulnerabilidade social que estão presentes na escola atualmente; uma professora.

Ressalta-se que na sessão onde é feita a análise dos dados coletados, os entrevistados previstos, que totalizam o número de sete pessoas, serão chamados de Entrevistadas, (A, B, C, D, E, F, G, H), com o intuito de garantir o sigilo ético necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

O roteiro das entrevistas foi construído de acordo com os objetivos do estudo e conforme a possibilidade de cada um dos sujeitos. Primeiramente, antes de iniciar as entrevistas, foi realizado uma entrevista piloto com uma pedagoga, aluna do Programa Mestrado em Educação, a fim de verificar a pertinência técnica e a inter-relação dos tópicos trabalhados com a questão de pesquisa.

Para a realização das entrevistas foi combinado previamente um horário com cada um dos profissionais que aceitaram contribuir para a efetivação deste estudo. As entrevistas com quatro profissionais da escola foram realizadas em 4 de junho, na sala da direção, na sala da coordenação e na sala dos professores, com duração média de 20 a 40 minutos. No dia 24 de junho, realizou-se mais uma entrevista, totalizando cinco das 6 previstas a serem realizadas na escola. Posteriormente no dia 8 de junho, foi realizada a conversa com os profissionais atuantes no CRAS – leste.

As entrevistas foram realizadas em três momentos: 1º (RE) apresentação dos dados abordados no estudo, além de ser um espaço para possíveis questionamentos. Antes de iniciar cada uma das entrevistas os sujeitos serão situados quanto ao tema e objetivo da pesquisa, e desta forma buscar esclarecer possíveis questionamentos relacionados ao presente estudo. Neste momento foi apresentado o “Termos de Consentimento Livre e Esclarecimento”, para apreciação e assinatura. 2º Conversa com os profissionais em relação a sua experiência sobre o tema da pesquisa e suas experiências. 3º Realização da entrevista narrativa.

Assim, todos os informantes perceberam sua contribuição com a pesquisa como uma oportunidade para reflexão sobre a realidade socioeducacional da instituição, a prática

profissional e a atuação em conjunto com profissionais de diferentes áreas do conhecimento e a rede socioassistencial.

Em virtude do volume de atividades desenvolvidas pelos profissionais da escola, foi bastante complicado o agendamento dos encontros, assim, elegeu-se um dia para a realização do número maior possível de profissionais. Assim, limitou-se o número de entrevistado para não atrapalhar o funcionamento da escola. Optou-se por entrevistar, os dois gestores (diretora e vice-diretor), as duas coordenadoras pedagógicas (anos iniciais e anos finais), uma professora que leciona para educação infantil e anos iniciais e outra professora que trabalha com os anos finais, totalizando seis sujeitos.

Desta forma no dia 4 de junho, foram realizadas quatro das 6 entrevistas previstas a serem realizadas com os profissionais atuantes na EMEF- Maria de Lourdes Ramos Castro. A dificuldade em agendar as entrevistas e a limitação de tempo para a execução dos passos previstos para o desenvolvimento da pesquisa, se dá em virtude do volume de ações e atividades que são desenvolvidas na escola entre outras demandas. Estas tiveram duração de 15 a 38 minutos, ocorreram em diferentes locais, por exemplo, na sala dos professores, na sala da direção, na sala da coordenação pedagógica. Seguindo com os agendamentos, apenas no dia 26 de julho foi possível realizar mais uma entrevista que teve duração de 50 minutos.

Em apenas uma das entrevistas não se obteve sucesso. Salienta-se que a intensidade na qual se desenvolve a atuação desta equipe na referida instituição, relacionado aos projetos, atividades, planejamentos, enfim, foi um fator determinante para a falta de viabilidade em concluir o processo de entrevistas em sua totalidade, a entrevistada que não participou denomina-se “F”.

Seguindo, no dia 08 de junho, finalizaram-se as entrevistas, com contribuição da equipe que atua no CRAS – Leste de Santa Maria, que se localiza em Camobi. A entrevista teve duração de 15 minutos e ocorreu na sede do CRAS, na sala da equipe técnica que lá atuam.

O áudio das entrevistas foi captado com um gravador de voz do equipamento *Samsung SM – G570M Galaxy J5 Prime*, sendo que a maioria dos arquivos apresentaram baixo nível de ruído, o que facilitou o processo de transcrição dos áudios das entrevistas.

Os resultados obtidos em decorrência da análise das mais diversas questões que envolvem o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar que busque atender às demandas sociais, irá se entrelaçar com a estrutura teórica da pesquisa.

A fim de realizar a análise das informações obtidas, através das entrevistas narrativas realizadas com os sujeitos, utiliza-se a metodologia de Análise Textual Discursiva – ADT. Tal processo inicia-se a partir da separação dos conteúdos em unidades de significados.

A opção da análise textual discursiva como estratégia de interpretação se dá em função da capacidade que tal método tem, em valorizar o pensamento intuitivo e sua possibilidade de reflexão e assim construir e (re)construir novos caminhos. Referente a análise e de encontro a esta característica de construir novos caminhos, Roque Moraes e Maria do Carmo Giliuzzi nos dizem que é “(...) ferramenta aberta, exigindo dos usuários aprender a conviver com uma abordagem que exige constantemente a (re) construção de caminhos” (2006, p. 120).

A interlocução empírica e teórica que se estabelece a partir deste processo é complementada pelas interpretações do pesquisador. Com a finalidade de que se possa complementar este movimento interpretativo do sentido atribuído pelo autor, trabalha-se com o uso de palavras e de outras perspectivas para obter uma melhor compreensão do texto. Após esta divisão, dos conteúdos que necessita ser executada com atenção, intensidade e profundidade, a fim de que se possa viabilizar a articulação entre os significados que se assemelham originando o processo denominado categorização. No decorrer deste processo reúnem-se as unidades que apresentam significados semelhantes, que vão dar origem a diferentes níveis de categorias de análise. Este tipo de análise tem como ferramenta mediadora na construção dos significados, o exercício da escrita, assim, em processos recorrentes o desenvolvimento da análise vai do empirismo a abstração teórica, que só é alcançada na medida em que o pesquisador faz um movimento forte de interpretação e construção de argumentos.

Abordar o processo que constitui a análise textual discursiva relacionada a pesquisa em educação é compreender inicialmente que este dispositivo de análise de dados qualitativos se coloca em metodologias investigativas que se estabelecem em um paradigma de pesquisa denominado por Santos (2013) de paradigma emergente. Moraes e Galiuzzi (2006) esclarecem que o uso da análise textual discursiva voltado à educação, veio se unir com investigações que visam romper com tipos de pesquisa engessados e fundamentados na objetividade e neutralidade como indicadores da produção de um “conhecimento científico verdadeiro”. Na compreensão dos referidos autores, o conhecimento produzido no processo investigativo em educação apresenta suas particularidades e, concomitante a isso, protege distintas nuances de produção.

Não é possível comparar as práticas metodológicas que se utiliza para desenvolver pesquisas na área da educação, com outras áreas científicas, pois, pesquisadores educacionais

trabalham com os mais distintos contextos, realidades sociais, culturais, econômicos e políticos no decorrer da produção.

Seguindo com as etapas do processo, passa-se para a segunda, a denominada categorização. Moraes e Giliuzzi (2006), afirmam que uma categoria de análise discursiva: “representa um conceito dentro de uma rede de conceitos que pretende expressar novas compreensões” (p. 125). Este procedimento, além de unir componentes semelhantes, também dá origem as categorias que estão sendo produzidas ao longo do processo. Assim, as categorias vão se constituindo, mediados pelo retorno cíclico as unidades de análise, com o objetivo de construir gradativamente o significado de cada categoria. De acordo com Moraes (2003) no decorrer deste processo, as categorias vão sendo aprimoradas e delimitadas com rigor e precisão. Assim, pode-se dizer que as categorias são constituídas e se qualificam a partir de construções e reconstruções delas mesmas, e assim, vão dar origem a distintos níveis de categorias e subcategorias.

Neste sentido, podemos verificar a construção do metatexto, pois, as categorias de análise, se trata de informações e conteúdos organizados voltados para o objeto a ser desenvolvido. Fundamentado na divisão em categorias, os pesquisadores que fazem uso deste método de análise, a Análise Textual discursiva, produzirão anotações e descrições que vão integrar o processo de interpretação e compreensão que a análise possibilita.

Moraes (2003, p. 201), conforme se consolida o movimento denominado categorização “o pesquisador move-se da quantidade para a qualidade, da explicação causal para a compreensão globalizada, da causalidade linear para uma multicausalidade e causalidade recíproca”. Assim, o processo de análise pode ser equiparado a construção da compreensão do que ainda não está completo, por intermédio da inter-relação estabelecidas nas categorias.

Nesta terceira e última etapa deste processo, denominado análise de dados qualitativa voltada à educação fazendo uso da análise textual discursiva. Os tipos de pesquisa que são produzidos para esta área, são expressas através de, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, entre outros. Contudo, é preciso inicialmente, produzir os metatextos que possui o desenvolvimento de sua estrutura textual através da criação de categorias e subcategorias, que irão fundamentar processo construtivo do documento em questão. Pode-se dizer que este é um movimento construtivo relacionado a compreensão dos fatos identificados no sistema educacional em questão. É um movimento constante na busca por sentidos que proporcionam o aprofundamento da compreensão acerca do objeto estudado.

Desta forma, ao retomar as etapas que os primeiros passos do ciclo de análise, trata-se do movimento de desconstruir o conjunto de textos selecionados para que sejam feitas análises.

Assim, esta desconstrução se desenvolve e segue para a próxima etapa que é a fragmentação dos dados, causando uma desordem no que está estruturado. Isto significa adentrar nos textos e assuntos de forma densa e investigativa, para que seja possível o desenvolvimento de uma leitura que viabilize a construção de significados, além de inventar integrações de análise que vão auxiliar na fase seguinte do processo de análise, denominada categorização.

Nesta etapa, busca-se estabelecer novamente a ordem entre os assuntos, para que seja possível iniciar o processo construtivo, de modo que seja possível construir categorias e subcategorias. Ao final, na última etapa, efetiva-se a comunicação, especificada nos metatextos, que, com originalidade e criatividade, vão esboçar a compreensão sobre o elemento que está sendo investigado.

Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento do movimento criativo, fundamentado nas transformações dos contextos acaba sendo um processo auto organizado, que vai passar pelo processo de conhecimento das realidades escolares, a desconstrução deste objeto, sempre dando sentido e gerando significados. Na sequência, organizam-se os sentidos que foram produzidos a partir da desconstrução, para originar as categorias de análise dos conteúdos e realidades estudados vai materializar, por meio da escrita, os entendimentos obtidos durante o processo.

Dessa forma e por se tratar de contextos que se encontram em constantes transformações, sofrem ações dos mais diversos elementos como: economia acesso à cultura, informação e tecnologias. Este modelo de produção e desenvolvendo este tipo de abordagem, nos destaca que são produções que se encontram sempre necessitado de releituras e aperfeiçoamentos, atendendo a realidade social de cada período.

Cada um dos procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento da presente dissertação de mestrado, busca, ampliar a compreensão sobre a realidade da atuação profissional do assistente social na Política Pública de Educação no município de Santa Maria, além de conhecer de fato a realidade socioeducacional da instituição em questão. Para que desta forma, seja possível identificar a necessidade do desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar entre professores, assistentes sociais, psicólogos, educadores especiais, terapeutas ocupacionais, a fim de viabilizar a inclusão dos alunos que apresentam as mais diferentes demandas de vulnerabilidade social.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta os resultados da nossa imersão ao longo do caminho percorrido, com um olhar atento aos temas que permeiam este estudo. Neste sentido, este compreende uma síntese, denominada estado do conhecimento, que elege trabalhos sobre as tendências de pesquisa nesta área temática, além de outros conceitos que se entrelaçam ao longo do processo de construção deste estudo.

Também é apresentada uma visão sobre o desenvolvimento de uma prática formativa com perspectivas interdisciplinares, com vistas ao pensamento complexo de Edgar Morin. Além disto, aborda-se as Políticas públicas que constituem o profissional de serviço social e as perspectivas de atuação deste frente a Política Pública de Educação.

3.1 TENDÊNCIAS DAS PESQUISAS SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Essa pesquisa, além de ser um estudo relevante, no que tange uma dissertação de mestrado, apresenta contribuição social, tendo em vista que o objeto desta é a vulnerabilidade social e a inserção do assistente social na educação. Assim, com o intuito de garantir a originalidade, priorizou-se a busca por teses e dissertações que vão aproximar-se da temática a ser abordada na presente pesquisa, auxiliaram no processo de delimitação do campo teórico.

Esta pesquisa, constituiu-se como base substancial para perceber as perspectivas de abordagens sobre o tema ao qual a presente dissertação se refere. Reconheceu-se a importância desta aproximação com a realidade frente às impressões que temos como pesquisadores. Ao analisar os inúmeros trabalhos disponíveis no repositório de pesquisa²⁶, pode-se observar a densidade dos temas abordados e o fato de acompanhar o desenvolvimento da história, sempre levando em conta a dinâmica das transformações sociais ocorridas.

Pesquisas denominadas “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, possuem um caráter bibliográfico, e são diferentes das pesquisas bibliográficas utilizadas como procedimentos metodológicos, pois possuem como objetivo analisar e inventariar produções científicas como: teses, dissertações, artigos publicados em periódicos, anais, congressos e outros eventos acadêmicos.

²⁶ BTDT – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileiras.

A terminologia ocasiona algumas confusões, por isso, considera-se de extrema importância ressaltar que o procedimento metodológico denominada pesquisa bibliográfica é diferente da modalidade de pesquisa bibliográfica “estado da arte” ou “Estado do Conhecimento”, assim:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Desta forma, faz-se necessário salientar que o conceito “estado da arte” é utilizado em uma situação onde o estudo busca ser mais amplo e se cerca dos mais diferentes tipos de produções científicas sobre uma determinada área do conhecimento. Em contrapartida, quando o estudo é mais restrito e compreende apenas um setor de produção, ou modalidade de trabalho chama-se “estado do conhecimento”.

Relacionado à educação, conforme Romanowski e Ens (2006), pesquisadoras da área da Educação, os desígnios dessa categoria de pesquisa são originados a partir das questões e inquietações que ocorrem com os pesquisadores quanto a produção de conhecimento, e assim buscam, de forma quantitativa, trabalhos referentes a um determinado tema e sobretudo é feita a análise dos conteúdos presentes nas pesquisas. Neste sentido Romanowski e Ens (2006, p. 38 e 39), afirmam que,

O interesse por pesquisas que abordam “estado da arte” deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise da definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais.

As autoras ainda salientam que tal categoria de pesquisa, é de extrema importância para o reconhecimento e contribuição para o fortalecimento da relação teórico-prática. Desta forma, conforme Romanowski e Ens (2006, p. 39), citadas anteriormente, a busca por uma, “literatura especializada tem evidenciado de maneira imperativa a necessidade de acompanhar o desenvolvimento, as transformações e inovações”, que vão proporcionar o aprimoramento das competências dos profissionais que atuam no âmbito da educação a fim de que se tornem aptos a atender as demandas emergentes do contexto da educação atual.

Assim, para dar início a construção do estado do conhecimento, foram investigados os elementos que se correlacionam com a temática da presente pesquisa, ficando definido como método a busca no banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD/ CAPES.

Como o período da busca, definiu-se de **2015 a 2018**. Para tanto foram analisados os estudos publicados referentes a esse período. Assim, os descritores que nortearam a busca foram:

- Assistente social na educação
- Trabalho interdisciplinar e educação
- Vulnerabilidade social e educação.

A partir desta busca inicial observou-se que a temática abordada na presente pesquisa é bastante trabalhada sob os mais diversos panoramas. Tal levantamento serviu para fundamentar e embasar ainda mais a perspectiva de atuação de um assistente social com vistas ao desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar na educação, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de melhores condições de ensino além de apresentar outras realidades e possibilidades.

Em uma primeira busca, o número total de registros encontrados sobre o descritor **“assistente social na educação”** foi de 114, destes, 7 foram selecionados obedecendo os seguintes critérios de exclusão: trabalho fora do tema desenvolvido e trabalhos não encontrados em nenhum local de busca. O próximo descritor utilizado foi **“trabalho interdisciplinar e educação”**, sendo que para esse tema foram encontrados 637 trabalhos relacionados, destes, 5 foram selecionados obedecendo aos mesmos critérios de exclusão utilizados para a análise do descritor anterior. Por fim, utilizou-se para a pesquisa o descritor **“vulnerabilidade social e educação”**, onde foram encontrados 302 pesquisas, onde foram selecionadas 5 pesquisas seguindo os mesmos critérios para exclusão.

Devido a ampla abrangência das palavras-chave usadas na busca realizada na plataforma de teses e dissertações, justifica-se o número de trabalhos referentes a cada descritor pesquisado. Sobre o descritor **“assistente social na educação”**, foram encontrados 114 pesquisas, e entre os trabalhos indicados pelo banco foram encontrados alguns voltados para a formação em serviço social, entretanto, abordando esta questão sob uma perspectiva bastante específica, como por exemplo, sobre a intervenção do assistente social na assistência estudantil.

A exemplo disso, apresenta-se, a dissertação de Santos²⁷, que busca abordar, de que forma se aplica a presença da questão ambiental, no processo formativo inicial do assistente social no curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS e da Universidade Tiradentes – UNIT.

Neste sentido pode-se observar que embora seja de extrema relevância estudar a questão ambiental, a presente dissertação, da qual este estado do conhecimento faz parte, se aproxima de questões relacionadas a formação apresentando de maneira breve algumas considerações sobre as perspectivas de abordagem do currículo do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Além disso, traz um breve panorama sobre como se constitui o processo de formação do assistente social e a realidade atual das instituições de ensino superior que apresenta o serviço social está inserido como curso.

Na sequência, aborda-se sobre os trabalhos encontrados referentes ao descritor utilizado na mesma base de dados. O próximo descritor utilizado foi **“trabalho interdisciplinar e educação”**, foram encontrados 637 trabalhos, destes, inúmeros são direcionados para a atuação interdisciplinar entre os profissionais da educação, como por exemplo, desenvolvimento de uma proposta pedagógica compartilhada entre as disciplinas.

Assim, a fim, de materializar o que se está dizendo, aponta-se a dissertação de Freitas²⁸, que se propõe a pesquisar uma proposta de ensino interdisciplinar frente aos aspectos da educação ambiental, no ensino de pilhas e radioatividade.

Então pode-se observar que a abordagem dos trabalhos referentes a este descritor são muito amplas, e podem ser bastante específicas a determinadas áreas, não necessariamente sobre o trabalho interdisciplinar do assistente social frente a política de educação.

Por fim, referente ao último descritor, **“vulnerabilidade social e educação”**, onde foram localizadas 302 pesquisas, se aplicam as mesmas regras de exclusão. Salienta-se que este descritor é ainda mais abrangente, pois, alguns trabalhos buscam abordar as questões de vulnerabilidade social sobre as mais diversas perspectivas, por exemplo: possibilidades de emancipação de crianças em vulnerabilidade social, sobre como educar em um contexto de vulnerabilidade social, a visão de um curso de formação em Técnico em Enfermagem.

²⁷ SANTOS, Tatiana Ferreira dos. **A dimensão ambiental na formação profissional do assistente social**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2016 (Orientada por Maria Inês Oliveira Araújo).

²⁸ FREITAS, Alysson Benedita de. **O ensino interdisciplinar de pilhas e radioatividade no âmbito da educação ambiental**. Dissertação. (Mestrado em educação). Universidade Federal de Goiás – UFG, Jataí, Go, 2017 (Orientada por Wesley Fernandes Vaz).

Com o objetivo de materializar as distintas possibilidades de abordagem partir do referido assunto, apresenta-se a dissertação de Araújo²⁹, “O trabalho traz a discussão da vulnerabilidade social em Fortaleza no início do século XXI. Para isso é necessário compreender como a expansão urbana de Fortaleza contribuiu para o surgimento de espaços heterogêneos na cidade” (2015, p. 10). O presente estudo possui relevância, pois, traz uma perspectiva de território e vulnerabilidade social, além de apontar índices vulnerabilidade social da região, entretanto, trata-se de um panorama direcionado ao município de Fortaleza.

Tendo em vista que alguns trabalhos apresentam especificidades de alguns municípios, que por sua vez, vivenciam uma realidade diferente do município trabalhado na presente dissertação, estes, por sua vez, não vieram compor o presente estado do conhecimento. Assim, procurou-se trazer neste estado do conhecimento os trabalhos com temas que mais se aproximavam proposta e direção tomada na dissertação da qual este levantamento faz parte.

Abaixo apresentamos um quadro nº1, referente aos achados da pesquisa, que foram encontrados no banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e o número de pesquisas que foi selecionado para análise:

Quadro 1 – Achados de pesquisa

Pesquisa	Estado do Conhecimento	
Repositório	BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	
Recorte Temporal	2015 - 2018	
Descritor	Registros Encontrados	Registros selecionados
Assistente Social na Educação;	114	07
Trabalho Interdisciplinar e Educação;	637	05
Vulnerabilidade Social e Educação	302	05
Total de Registros		17

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

É possível observar, a partir desta pesquisa, a importância destes achados, para delimitar a temática e a metodologia que será utilizada ao longo do processo de construção desta dissertação. Assim, a partir da seleção destes trabalhos, é feita uma nova leitura, com um caráter de estabelecer relações que são balizados por alguns critérios, para não fugir do tema central: a temática geral, o objetivo da pesquisa e a sua fundamentação teórica e

²⁹ ARAUJO, Raquel Vieira de. **Vulnerabilidade social: transformações no espaço urbano de Fortaleza no início do século XXI**. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2017 (Orientada por Maria Clélia Lustosa).

metodológica. Firmados nestes critérios dá-se início a análise de cada um dos trabalhos selecionados.

Considerando que o primeiro descritor analisado foi “assistente social na educação”, foram localizados 114 pesquisas e destas 7 foram selecionadas para uma análise mais detalhada.

Deste modo, iniciou-se a apreciação por Soares³⁰, o presente trabalho tem como objetivo geral, “analisar como as mudanças vêm ocorrendo na educação e a sua articulação com as demais políticas sociais.” com ênfase na intervenção do assistente social nas demandas emergentes do contexto educacional. O entrelaçamento que se identificou foi relacionado às transformações sociais ocorridas na atualidade e os reflexos desta no âmbito escolar.

Seguindo, apreciou-se a dissertação de Relly³¹, que possui como objetivo:

mapear em quais municípios da Região Litorânea há assistentes sociais trabalhando dentro da Política de Educação; mensurar dados objetivos relacionados às características dos assistentes sociais inseridos na Política de Educação na Região Litorânea do Paraná (sexo, idade, formação acadêmica e profissional, inserção política, desde quando trabalham na área da educação, desde quando estão inseridas neste espaço sócio-ocupacional); identificar os espaços sócio-ocupacionais nos quais os assistentes sociais estão atuando (instituições de ensino - particulares, públicas, especiais, superior, profissional, tecnológico - e órgãos de gestão); identificar as condições objetivas de trabalho das assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais (salário, equipamentos e adequações do espaço). Fragmento do resumo retirado da página do repositório, pois o trabalho não está disponível (RELLY, 2017, p. 8).

Assim, pode-se afirmar que o ponto de aproximação com a presente dissertação é em relação a inserção do assistente social na política educacional, uma vez que o estado do Paraná possui legislação específica sobre a atuação deste profissional no âmbito educacional.

Na sequência, apresenta-se a dissertação de Lança³², neste trabalho os fatores que se aproximam da presente pesquisa estão relacionados ao trabalho do profissional de serviço social frente a política educacional, no Estado de São Paulo, em específico a Educação Básica e o fato de ser garantido o serviço prestado pela rede socioassistencial dos municípios que

³⁰ SOARES, Daniele Moraes Cecilio. **A interface das demandas da educação:** um estudo dos atendimentos do serviço social no município de Maringá/PR. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Paraná – UNIOESTE. Toledo, PR, 2016 (Orientada por Marize Rauber Engelbrect).

³¹ RELLY, Vicente Amaral. **As condições objetivas de trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos na política de educação na região litorânea do Paraná.** Dissertação. (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, PR, 2017 (Orientada por Claudia Neves da Silva).

³² LANÇA, Angelita Marcia carreira Gandolfi. **Contribuições do serviço social no trabalho com a educação.** Tese. (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, SP, 2017 (Orientadora Djanira Soares de Oliveira e Almeida).

compõem o Estado em questão. Evidencia-se neste trabalho que a inserção deste profissional na política de educação no estado de São Paulo são respaldadas tanto legalmente, através das legislações municipais que asseguram a presença do assistente social na educação, tanto pela atuação da rede socioassistencial que pertence à rede municipal.

O quarto trabalho observado pertence a Favarato³³, e se aproxima da presente pesquisa, pois, aborda a inserção de assistentes sociais na política de educação, em especial no ensino fundamental. Além disto, a dissertação analisada procura caracterizar e compreender o trabalho do profissional de serviço social e a partir da assimilação sobre o que se trata a categoria trabalho e o processo de trabalho, “tendo como base os subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação de 2013” (2016, p. 11). A pesquisa é realizada na cidade de Vitória/ES.

Seguindo, apresenta-se a dissertação de Cunha³⁴, que busca tratar sobre as “tendências do exercício profissional do assistente social no sistema municipal de ensino de Campina Grande – PB” (2017, p. 8). Por se tratar sobre a atuação do profissional de serviço social na política de educação, que este trabalho se assemelha e vai contribuir para o processo de construção da dissertação aqui apresentada.

Na sequência, analisou-se a dissertação de Nunes³⁵, que complementa e fundamenta o presente estudo, pois, se trata sobre a realidade da atuação efetiva do assistente social em um determinado município e o que determinam as legislações. Assim, Nunes busca “problematizar o distanciamento entre as legislações que orientam a efetivação do Serviço Social em escolas públicas estaduais, municipais e privadas de Uberaba/ MG, e o quantitativo dos referidos profissionais nos ambientes educacionais” (2018, p. 12).

Apresenta-se então o último trabalho analisado referente ao descritor “Assistente Social na Educação”, este pertence a Neves³⁶ e busca “analisar e compreender as condições de

³³ FAVARATO, Mariana Forniciari. **O trabalho de assistentes Sociais nas secretarias municipais de educação do Espírito Santo**. Dissertação. (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória – ES. 2016 (Orientada por Silvia Neves Salazar).

³⁴ CUNHA, Kivania Karla Silva Albuquerque. **Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de Campina Grande – PB**. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande – PB. 2017 (Orientada por Mônica Barros da Nóbrega).

³⁵ NUNES, Reginaldo Aparecido. **Serviço Social em escolas em Uberaba – Minas Gerais: da legalidade à realidade (1930- 2017)**. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, Goiânia. 2018 (Orientada por Maria Conceição Sarmiento Padial Machado).

³⁶ NEVES, Victória Sebastiane de Paiva Neves. **Serviço social na área da educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora/ MG**. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Juiz de Fora – MG. 2016 (Orientada por Ana Lúvia de Souza Coimbra).

relações de trabalho dos assistentes sociais inseridas na educação no município de Juiz de Fora/MG” (2016, p. 8). Para isso, parte da análise do contexto social, das transformações ocorridas na sociedade e os impactos causados na Política de Educação Brasileira, por este motivo optou-se por analisar este estudo.

Relacionado ao descritor “Trabalho Interdisciplinar e Educação”, foram encontrados 637 trabalhos e destes foram selecionados 5 trabalhos. Assim, inicia-se a apreciação das pesquisas pela autora Nunes³⁷, que em seu trabalho objetiva fazer referência ao:

[...] Programa “Mais Educação São Paulo”, política educacional que, implementada em 2014 no município de São Paulo, promoveu a reorganização da Educação Fundamental em ciclos de aprendizagem, sendo realizado com o objetivo de verificar qual a percepção de professores(as) especialistas acerca do Ciclo Interdisciplinar e da prática da Docência Compartilhada que nele está inserida, bem como acerca de possíveis contribuições dessa prática para a transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental (NUNES, 2018, p. 8).

Neste sentido pode-se afirmar que a aproximação entre o trabalho analisado e a dissertação em questão se em função de ser trabalhada a realidade de um determinado município, que possui uma política de educação que prevê uma atuação compartilhada entre professores e profissionais de outras áreas do conhecimento no âmbito da educação.

Seguindo, observou-se a pesquisa de Moro³⁸ que apresenta como objetivo:

[...] avaliar a utilização da metodologia “Ilhas Interdisciplinares de Racionalidade” em torno do tema “As descargas elétricas no Brasil” na aprendizagem de estudantes de Ensino Médio. Esta proposta pretende ainda promover a aprendizagem ativa em ambiente investigativo e interdisciplinar por meio da construção de uma Ilha Interdisciplinar de Racionalidade (IIR). Busca também motivar os estudantes a estudar e compreender as Ciências e a Matemática desafiando-os a um comportamento investigativo (MORO, 2015, p. 8).

Esta pesquisa não se aproxima muito da dissertação aqui apresentada, entretanto, busca trabalhar de maneira interdisciplinar na busca pelo desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante, a fim de promover uma aprendizagem ativa. Tais fatores corroboram de uma certa maneira para o desenvolvimento de uma educação integral, inclusiva e de qualidade.

³⁷ NUNES, Áurea Rodrigues. **Docência compartilhada e prática docente num contexto interdisciplinar: desafios e contribuições para na transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental**. Dissertação. (Mestrado profissional em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC – SP, 2018 (Orientado por Laurizete Ferragut Passos).

³⁸ MORO, Elisiane da Costa. **Ilhas interdisciplinares de racionalidade promovendo aprendizagem ativa**. Dissertação. (Mestrado profissional em Ciências e Matemática). Universidade de Caxias do Sul – UCS, 2015 (Orientado por Valquíria Villas Boas Gomes Missel).

Dando continuidade, apreciou-se a pesquisa de Silva³⁹, que objetiva, “investigar a formação e atuação do Orientador Educacional, em uma perspectiva interdisciplinar” (SILVA, 2018, p. 7) Sobre este trabalho, pode-se afirmar que este não se aproxima muito da temática da presente dissertação, pois, vai abordar em relação a atuação do orientador educacional, entretanto no desenvolver do trabalho, é abordada a questão da proximidade da comunidade com a escola e este fato, faz com que os assuntos abordados nos trabalhos de processo se entrelaçam.

A seguinte pesquisa analisada pertence a, Gomes⁴⁰. Esta apresenta como tema central a ser desenvolvido:

[...] discussão de importantes questões que permeiam a Educação em nosso país e que muitas vezes são abordadas de forma apenas técnica, para cumprir exigências curriculares. Dentre os inúmeros assuntos, de urgente discussão para o estímulo ao pensar crítico, podemos enunciar os seguintes: aborto, eutanásia, drogas, religiosidade, sexualidade, guerras, armamento de pessoas civis, armas nucleares, manifestações políticas radicais de segmentos populacionais, fome, utilização sustentável de água e energia. Para abordar alguns destes, os capítulos buscam de algum modo responder à questão de pesquisa versada no seguinte enunciado: Como as estratégias de ensino com caráter subversivo podem ser importantes aliadas nos processos de aprendizagem mais significativos? A partir das experiências docentes do autor, são explorados nos sete capítulos apresentados, frutos de sua atuação profissional em níveis médio e superior de ensino, aspectos relacionados à sua própria vivência, ancorados a partir de alguns teóricos relacionados (GOMES, 2018, p. 18).

Desse modo, o referido trabalho analisado se aproxima pouco da temática apresentada na dissertação, da qual o presente estado do conhecimento faz parte. Assim, em relação a construção de estratégias de aprendizagem significativa, vai respaldar a proposta da pesquisa aqui apresentada.

Por fim, o último trabalho referente ao descritor “Trabalho Interdisciplinar e Educação”, foi a dissertação de Ferreira⁴¹, que busca:

[...] investigar como a Arte, em especial a pintura, produzida desde o período renascentista até os dias atuais, enquanto tema de um projeto de pesquisa, pode contribuir para a aprendizagem de conceitos matemáticos no 9º ano do Ensino

³⁹ SILVA, João Roberto de Souza. **Formação e atuação do orientador educacional:** perspectivas interdisciplinares. Tese. (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018 (Orientado por Maria de Fátima Ramos de Andrade).

⁴⁰ GOMES, André Taschetto. **(Re)Flexão:** Quebrando paradigmas em tempos de perda de autonomia docente. Tese. (Doutorado em Ciências: Química da Vida e Saúde). Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2018 (Orientado por Isabel Krey Garcia).

⁴¹ FERREIRA, Rosiney de Jesus. **Matemática e Arte, um diálogo possível:** Trabalhando atividades interdisciplinares no 9º ano do Ensino Fundamental. Dissertação. (Mestrado profissional em educação matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Minas Gerais, 2015 (Orientado por Marco Aurélio Kistermann Junior).

Fundamental. Partimos do entendimento de que a Matemática é um saber construído a partir das necessidades sociais de determinados grupos culturalmente constituídos, influenciando e sendo influenciada pelas mais diversas áreas do conhecimento humano (dentre elas, a Arte, mais especificamente a pintura) e de que a Aprendizagem Matemática da escola básica pode ser beneficiada por uma abordagem interdisciplinar. Além disso, consideramos que uma abordagem interdisciplinar pode propiciar uma participação mais ativa dos alunos, no que diz respeito ao desenvolvimento de aspectos ligados a sensibilidade, criatividade e imaginação (FERREIRA, 2015, p. 6).

Este trabalho vai ao encontro às perspectivas da dissertação apresentada, pois ambas percebem a atuação interdisciplinar, procuram possibilitar um desenvolvimento de fatores ligados ao emocional e assim viabilizar uma participação mais ativas dos alunos.

Seguindo com a análise dos estudos agora será apresentado o descritor “vulnerabilidade social e educação”, referente a este, foram encontradas 305 pesquisas entre teses e dissertações, destas foram selecionados 5 levando em conta os critérios anteriormente citados.

A primeira pesquisa a ser observada é de autoria de Souza⁴², esta possui como objetivo principal:

[...] é examinar o papel da escola no sentido de proteger os jovens em situação de vulnerabilidade social das influências da criminalidade. Para tanto, investigou a percepção dos estudantes das camadas populares acerca da violência e do papel social da instituição educativa (SOUZA, 2016, p. 5).

Neste sentido pode-se observar que as pesquisas se aproximam, pois buscam analisar questões relacionadas a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade social além do desenvolvimento de novas perspectivas de vida. Desta forma, observar as perspectivas da escola como instrumento de socialização vão totalmente ao encontro da proposta de temática da presente dissertação.

Na sequência, apresenta-se a dissertação de Silva⁴³, que como objetivo geral pretende “analisar como as práticas de educação não escolar, podem impactar na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social”.

⁴² SOUZA, Carlos Maximiliano de Laet Raimundo de. **O papel da Escola na Visão de Estudantes em Contexto de Vulnerabilidade Social**. Dissertação. (Mestrado em educação). Universidade do Extremo sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, 2016 (Orientada por Alex Sander da Silva).

⁴³ SILVA, Patrícia Modesto da. **O Impacto das Práticas de Educação Não-Escolar na Vida de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social: Estudo de Caso de Uma Associação**. Dissertação. (Mestrado em educação). Universidade de Caxias do Sul – UCS, RS, 2018 (Orientada por Sérgio Haddad).

Assim pode-se dizer que estas pesquisas de mestrado se parecem, pois, ambas buscam trabalhar as perspectivas de vulnerabilidade social e os impactos destas na vida das crianças e adolescentes no âmbito da educação.

A perspectiva de desenvolvimento de práticas de educação não-escolar, vai corroborar para o desenvolvimento e inclusão dos alunos que sofrem com as expressões da questão social. Este estudo fortalece ainda mais a importância do desenvolvimento de uma atuação profissional, voltada para as necessidades educacionais e pessoais dos alunos.

Dando continuidade, analisou-se a dissertação de Guarneiri⁴⁴, esta, que possui dois objetivos centrais: “analisar se nas percepções e trajetórias de vida dos participantes da pesquisa se observa a naturalização das violências; e identificar se os direitos de crianças e adolescentes vulneráveis às violências têm sido assegurados” (2018, p. 7).

A referida pesquisa se aproxima da dissertação aqui apresentada, pois, ambas entendem que a compreensão do aluno por completo levando em conta a realidade vivenciada dentro da escola e o seu contexto social. Outra questão pertinente abordada na dissertação de Guarneiri é o fato de querer identificar se os direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social estão sendo garantidos. Tais fatores vão incidir diretamente na qualidade de vida e de ensino dos alunos.

Na sequência, foi observado o trabalho de Martins⁴⁵, como objetivo geral a presente pesquisa apresenta:

Consiste em analisar a proposta de Educação Popular da Fundação Fé e Alegria SC, com ênfase na formação de uma identidade emancipatória na vida das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que frequentam as atividades de contraturno na instituição, a partir da atuação de seus trabalhadores sociais (funcionários, educadores e gestores) com vistas a elaborar uma proposta de formação permanente (GUARNIERI, 2018, p. 8).

Conforme é possível observar citação acima, os trabalhos se complementam e se assemelham, uma vez que a dissertação de Martins, busca analisar uma proposta de educação popular que conduz suas ações com intuito de construir uma identidade emancipatória no aluno, pode-se dizer que a educação popular é uma ferramenta que vai auxiliar no processo

⁴⁴ GUARNEIRI, Paola Karuliny. **Crianças e jovens em Situação de Vulnerabilidades e a Naturalização da(s) Violência(s)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 2018 (Orientada por Maria Cecília Luiz).

⁴⁵ MARTINS, José Eduardo. **A Educação Popular como Possibilidade de Emancipação para a Vida de Crianças e Adolescentes em Vulnerabilidade Social**. Dissertação. (Mestrado profissional em Gestão Educacional). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Porto Alegre, RS, 2018 (Orientada por Maria Aparecida Marques da Rocha).

que se objetiva com a atuação de diferentes profissionais na escola, que é a inclusão de crianças em vulnerabilidade social, o desenvolvimento da autonomia e emancipação dos sujeitos, levando em conta outras perspectivas, mais positivas, o que perpassa por desenvolver uma atuação com carinho e amor.

Ao final da análise dos trabalhos referentes ao descritor “vulnerabilidade social e educação”, observou-se o trabalho pertencente a Saraiva⁴⁶, que apresenta como objetivo:

[...] é investigar como se desenvolve o trabalho docente nas escolas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social e econômica -as escolas vulneráveis que atendem alunos oriundos de famílias em situação de pobreza e risco social. A noção de território surge como um eixo orientador das políticas sociais a partir dos anos 2000, como uma continuidade do processo de focalização e racionalização do gasto social iniciado com as reformas do Estado na década de 1990, ganhando novas conformações na última década. A análise se circunscreve ao estado de Minas Gerais que, no início da década de 2000, incorpora a noção de território na formulação das políticas educacionais. Observa-se então no estado um processo de diferenciação escolar, que classifica as escolas como vulneráveis e não vulneráveis, levando a questionamentos acerca das características e dos contornos que adquire o trabalho docente nas escolas vulneráveis (SARAIVA, 2015, p. 6).

A tese de Saraiva, se assemelha ao estudo em questão, pois, ambos buscam abordar as perspectivas do trabalho docente frente a um contexto de vulnerabilidade social. Entretanto a pesquisa de Saraiva, vai abordar o tema, sob a perspectiva de território. O conceito território, pode ser abordado sob as mais diferentes perspectivas, entretanto Milton Santos⁴⁷, vai dizer que, território trata-se da união de técnicas, pelos meios de produção, objetos, coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço, além da interferência humana.

Assim, após o desenvolvimento deste constructo, fortaleceu-se a ideia de que os termos escolhidos como norteadores podem ser trabalhados de maneiras distintas, por exemplo, apresentar distintas perspectivas e percepções, ser desenvolvido a partir de áreas do conhecimento diferentes. Pode-se observar a partir desta breve construção do estado do conhecimento, é que os descritores escolhidos para representar as perspectivas de abordagem da referida dissertação, podem dizer respeito às mais diferentes maneiras de se abordar um determinado assunto. E pode também, afirmar as diversas possibilidades de entrelaçamento entre os assuntos, ou seja, o quanto, por exemplo, as questões de vulnerabilidade social, podem interferir, dizer respeito a outras áreas do conhecimento, como a educação, a saúde.

⁴⁶ SARAIVA, Ana Maria Alves. **O Trabalho Docente em Territórios de Alta Vulnerabilidade Social: condições de trabalho, permanência e desempenho.** Tese. (Doutorado em Educação). Universidade federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2015 (Orientada por Dalila Andrade Oliveira).

⁴⁷ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

Com base nestes achados percebeu-se a quantidade imensa de possibilidades, formas de compreender e perceber cada um dos termos aqui selecionado. E que de certa forma, independente da área de origem do pesquisador, dissertar sobre determinados temas irá necessariamente, em algum momento, se entrelaça com uma outra área do conhecimento e desta forma complementar os saberes.

3.2 INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO: UMA VISÃO EM COMPLEXIDADE

Inicialmente é preciso salientar que interdisciplinaridade não se define apenas pela interlocução entre as mais diversas disciplinas, vai além, trata-se de dialogar, direcionar a atuação para o que a sociedade apresenta de novo, para novas construções teóricas e metodológicas, a fim de estabelecer análises na pluralidade do olhar de um grupo interdisciplinar. Assim, este item abordará esta temática a partir da definição de disciplina e a importância de ser trabalhado desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar durante o processo formativo dos profissionais da educação, uma vez que estes são os responsáveis por aprender e desenvolver tais perspectivas de atuação, que buscam a garantia de uma educação inclusiva, além de compreender as complexidades e pluralidades existentes nos mais diversos contextos sociais.

Para compreendermos a interdisciplinaridade, é necessário inicialmente ter conhecimento sobre o conceito disciplina. É um modelo de organização que se distribui nas mais diversas áreas do conhecimento, neste sentido Morin, nos sinaliza que:

A organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc; essa história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade (MORIN, 2000, p. 105).

Este modelo disciplinar, que delimita e compartimenta o conhecimento, apresenta um conjunto de ações estratégicas que selecionam e ordenam os conteúdos. E os desenvolvem através de um conjunto de ferramentas e procedimentos metodológicos de transmissão do conhecimento e no desenvolvimento de métodos de avaliação da aprendizagem.

Esta divisão dos conteúdos por disciplinas não torna o processo de aprendizagem interessante e envolvente para o aluno, não estimula o desenvolvimento da inteligência, não possibilita a reflexão sobre os temas trabalhados, não instiga a solucionar problemas, não constrói conexões sobre o que é estudado em sala de aula e a realidade do seu contexto social

e familiar, além de não possibilitar a compreensão do ser humano em sua totalidade. Neste sentido Morin (2000), nos salienta: “O parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto” (p. 45).

Ainda sobre a conceituação do termo disciplina, aponta-se Michel Foucault, crítico literário, filósofo e teórico social, que ao longo do desenvolvimento dos seus estudos, abordou sobre o poder e o conhecimento como uma maneira de estabelecer controle social. Relacionado a disciplinarização na escola, em seu livro *Vigiar e Punir* (1999), o autor chega a comparar a escola com instituições como o quartel e prisões, em virtude de determinações arbitrárias, de ordem como: filas, uniforme, regras pré-estabelecidas. Assim, para Foucault,

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (FOUCAULT, 1999, p. 173).

Pode-se dizer, então, que a escola opera com determinação do uso de uma forma de poder, o poder disciplinar. Para Foucault (1999, p. 195): “o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. Tal modelo objetiva adestrar o aluno, de forma que este não desenvolva o senso crítico e assim se tornem peças de fácil manipulação.

Este cenário ocorre diariamente nas instituições de ensino. Se manifesta em pequenas ações de controle social, materializados na imposição de regras hierárquicas, das filas, na aplicação de provas, como balizador do conhecimento. Todos estes esforços trabalhando apenas em um único sentido, produção de “corpos dóceis⁴⁸”.

Contudo, pode-se observar que ao longo do tempo a sociedade tem sofrido diversas transformações, neste sentido, a escola também sofre ações diretas destas mudanças. Tal cenário, aliado ao desenvolvimento tecnológico, as facilidades de acesso as informações, tornam as práticas tradicionais de ensino ineficientes no processo de aprendizagem. Frente à atual conjuntura, as instituições de ensino necessitam desenvolver e buscar estratégias e

⁴⁸ Conforme Foucault, *Vigiar e Punir*: um corpo é dócil quando pode ser submetido, utilizado, transformada e aperfeiçoado.

práticas inovadoras, criativas e envolventes que vão buscar romper com o conhecimento fragmentado (disciplinar).

Assim, o trabalho interdisciplinar que deveria estar em plena ação dentro das instituições de ensino, encontra dificuldades para ser implementado, pois, as escolas ainda são reféns da fragmentação dos conteúdos através das disciplinas. Este formato de atuação é extremamente complexo, pois, ele busca romper com a barreira do trabalho individual, desenvolvendo a atuação de forma coletiva. Cada profissional aprofunda e amplia seus conhecimentos em relação a sua temática, em seguida conhece as demais disciplinas, neste processo pode surgir rodas de conversas e discussões, a fim de que seja iniciada a construção de um conhecimento interdisciplinar que irá viabilizar a atuação da mesma forma. Com o objetivo de compreender a pluralidade social existente no contexto escolar e a sua necessidade de aproximação do ensino com a realidade social de cada sujeito.

Fazer uso da interdisciplinaridade, não significa abandonar ou desprezar as particularidades de cada disciplina, mas sim, perceber quais são os elos que as une, ou quais fatores as diferenciam, de forma que sejam identificados elos que viabilizem a construção de tal proposta de ensino agregando o conhecimento disciplinar, para a construção e reconstrução do conhecimento.

Diante desta proposta, faz-se necessário o rompimento de paradigmas que dominam os sistemas e metodologias de ensino a muito tempo, isso inclui a prática dos professores. Neste sentido a formação continuada é um fator determinante como alternativa para o desenvolvimento deste processo de transformação necessário para o contexto educacional atual.

Para Frigotto (1995) a interdisciplinaridade se apresenta como um problema e uma necessidade. Ele aborda a necessidade por interdisciplinaridade como algo que deve estar em evidência, em relação a socialização do conhecimento, assim: “delimitar um objeto para investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo (...) isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem” (FRIGOTTO, 1995, p. 36).

Esta perspectiva de atuação, interdisciplinar, também se apresenta como um problema, uma vez que se coloca como um desafio que deve ser construído para ser descoberto e tornar-se viável. Ainda conforme Frigotto (1995), um dos fatores que se põe como problema é a limitação individual de cada sujeito, em um momento de construção do conhecimento fundamentado em uma realidade, bem como pela estruturação histórica desta mesma, além de levar em conta sua complexidade.

Inicialmente, o problema se materializa na forma com que os seres humanos estabelecem as suas relações sociais, em seguida, o problema se evidencia no campo teórico mais especificamente no desenvolvimento das práxis, levando em conta o contexto social.

Em seu livro, *A Cabeça Bem-feita* (2012), Morin, faz um julgamento sobre a Educação, no sentido de constituir conhecimentos, inteligências compartimentadas e mecanicistas. Destaca a necessidade que o sistema de ensino tem de romper com a fragmentação do conhecimento e salientar as correlações e os contextos entre os saberes, objetivando o desenvolvimento de uma formação que valorize o contexto e promova um aprendizado globalizado. De certa forma, a interdisciplinaridade pode ser composta, pelos conteúdos, mas principalmente pelo contexto social do aluno e a sua bagagem, de modo a desenvolver competências e estar constantemente ampliando os saberes.

Compreender a questão da formação frente ao atual contexto requer atitudes que desmitifiquem o processo de ensino/aprendizagem. Que desenvolva no educador uma motivação para que seja possível a interação com as realidades sociais, históricas e culturais de, para que desta forma seja possível realizar um novo formato de atuação, onde os sujeitos vão interagir nas construções e reconstruções do conhecimento.

Morin (2000), evidencia em seus escritos cheios de preocupação voltados para questões relativas à educação, que as realidades sociais humanas deveriam ser objeto essencial para o desenvolvimento do ensino. Levando-se em conta que o processo de aprendizagem acontece nos mais diferentes níveis da vida e frente aos mais diversificados contextos sociais. O autor ainda salienta sobre a necessidade de contextualizar cada acontecimento, pois os fatos e as coisas não ocorrem separadamente, células do surgimento da humanidade, ainda interferem e se relacionam conosco na atualidade.

Assim, o pensamento complexo trata-se de uma motivação para o desenvolvimento do pensamento, com caráter explicativo, como estivesse em busca das entrelinhas, do não-dito. A complexidade busca realizar um conhecimento multidimensional, interdisciplinar e transdisciplinar. Além disto, a complexidade não busca encontrar todos os dados sobre o fenômeno estudado, mas sim, respeitar, as mais distintas dimensões que o compõe, pois, o Homem é um ser biológico sociocultural e os fenômenos sociais ocorrem respeitando os contextos culturais, econômicos, psicológicos, políticos de cada sociedade. Assim, pode-se dizer que a complexidade se caracteriza pela busca de conhecimento e compreensão dos mais distintos contextos.

Desta forma, faz-se necessário exercer uma visão em complexidade, pois, o pensamento complexo para isso, apresentamos as definições trazidas por Morin:

O pensamento complexo tenta religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado disjuntou e parcelarizou. Ele religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também - dialogicamente - conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica. É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui a nossa realidade; que tenta dar conta do que significa originariamente *complexus*: "o que tece em conjunto", e responde ao apelo do verbo latino *complexere*: "abraçar". O pensamento complexo é um pensamento que pratica o abraço (MORIN, 1997, p. 11).

O fragmento citado, evidencia toda a necessidade que se aprofunda no mundo acadêmico, em relação a uma formação direcionada a uma proposta de atuação interdisciplinar, que não se trate de ações estanques, mas sim, que sejam capazes de estabelecer relações significativas entre as mais diferentes áreas do conhecimento.

Deste modo pode-se evidenciar de acordo com, Morin (2000), o que produz o conhecimento desejado, é a capacidade de colocar o saber em contextos legítimos, de forma que permitam perceber em sua completude o conjunto analisado.

Neste sentido, Morin (2005), nos ressalta que o pensamento complexo sobre uma realidade também complexa pode transformar o pensamento de forma que o contexto seja levado em consideração, no sentido de articular e interdisciplinarizar o conhecimento produzido pela sociedade. Assim,

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia, que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes (MORIN, 2005, p. 23).

Com o objetivo de possibilitar a construção de novas formulações teóricas e metodológicas, que busca viabilizar a análise baseada na pluralidade de olhares típica de um grupo interdisciplinar, que integra as mais diferentes formas de elaboração de estudos interdisciplinares. Desse modo, a complexidade social só poderia ser explorada a partir de tentativas de compreensão, também, complexas.

Edgar Morin, em seus estudos sobre o pensamento complexo nos adverte que os achados sobre interdisciplinaridade, podem contribuir no sentido de vencer a fragmentação dos conteúdos e, por consequência, da simplificação do saber. Para o referido autor o pensamento complexo nos conduz a:

Pensarmos nos conceitos sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para estabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras (MORIN, 1998, p. 192).

Este pensamento apenas reforça a ideia de que se faz necessário compreender todas as nuances e aspectos da vida dos alunos, para que seja possível uma visão complexa do todo, que só pode ser obtida a partir do desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar, com a finalidade de desenvolver uma proposta pedagógica que imprima sentidos na vida dos alunos.

As transformações que almejamos para a educação, devem partir dos cursos superiores de formação docente, que além de procurar o restabelecimento da unidade do saber, devem desenvolver e buscar novos modos de entender e compreender a realidade, o que nos leva diretamente a questionamentos e, posteriormente, com a ruptura dos modelos tradicionais de educação.

Desse modo, a formação com caráter interdisciplinar, busca englobar não apenas o aprimoramento de habilidades cognitivas, mas sim deve fazer um movimento na direção de transformações mais significativas. Deve buscar outras percepções acerca do conhecimento, que não se limite a pensar que este se caracteriza por algo estático e finalizado deve envolver o desenvolvimento e a expressão de níveis mais refinados de autonomia cognitiva, e a busca de uma compreensão de totalidade. A formação para a interdisciplinaridade, assim, requer avanços no que se pode denominar de aprender a conhecer de um modo interdisciplinar.

Então, pode-se dizer que o conceito de interdisciplinaridade permanece intacto em uma única questão, o fato de que a sua prática é executada na maioria das vezes por iniciativas individuais ou em grupos de educadores, do que através de procedimentos generalizados que são incorporados ao desenvolvimento das práticas pedagógicas. Assim, a construção polissêmica do conceito de interdisciplinaridade, reserva a cada iniciativa de atuação nesta perspectiva, um modo próprio de compreensão teórico-prático, ainda que haja um consenso entre os intelectuais sobre o tema, de que se trata da desfragmentação do conhecimento, ou seja, construir um diálogo entre as disciplinas, a fim de que se perceba a unidade na diversidade dos conhecimentos, tanto em nível de pesquisas científicas quanto nas relações pedagógicas em sala de aula.

Com efeito, enfrentar transformações no âmbito educacional, como por exemplo, uma atuação interdisciplinar, propõe uma postura crítica, reflexiva, com responsabilidade e, sobretudo demonstrando amor pelo trabalho executado. Espera-se, frente a todas as transformações sociais que refletem diretamente na escola e na atuação dos profissionais

educadores, que estes levem em consideração e valorizem todos estes acontecimentos. Pois, uma proposta de atuação como a interdisciplinaridade, que visa partir da reflexão, análise e avaliação das práticas profissionais, se efetiva fundamentando a identificação das demandas e necessidades de cada aluno para que se desenvolva o processo de ensino/aprendizagem.

O desenvolvimento do processo formativo deve estar diretamente voltado às práticas integrativas de planejamento e desenvolvimento curricular, quando os professores precisam perceber e explorar as relações entre as disciplinas, ultrapassar e reestruturar as fronteiras dos conhecimentos onde se encontram. Assim, a construção de currículos interdisciplinares, que busca a integração entre disciplinas, vai implicar no estabelecimento de relações diferenciadas entre os agentes envolvidos. Tão logo, a formação necessita considerar a percepção para novos contextos sociais e vias de diálogo, tendo em vista as possibilidades de parceria e a descoberta, sobre os temas que compõem a disciplina, o que por sua vez envolve descobrir a si, aos colegas e aos profissionais que atuam em instituições de ensino.

A complexidade como epistemologia, possui em sua base pilares que envolvem a busca por interpretações sobre o que significa complexidade. Em uma abordagem complexa, o conhecimento das informações e dos dados, conforme dito anteriormente, precisam serem situados em seu contexto para imprimir sentido.

Diretamente relacionada a este procedimento, no que tange aos processos desenvolvidos na educação, temos a interdisciplinaridade, que nos direciona para a necessidade de religação dos saberes para que seja viável a relação do todo com as partes e vice-versa. O pensamento complexo, na perspectiva interdisciplinar, conforme Morin (1998) aspira ao conhecimento multidimensional, mas entende que o conhecimento completo é inatingível. Esta forma de pensar comporta o reconhecimento de um princípio de não completude e de incertezas.

A ideia de complexidade, ocasiona um entendimento contrário à clarificação, a simplificação e a reducionismo excessivos. Pensar a educação partindo da lógica do pensamento complexo, pode implicar em obter uma nova visão acerca da concepção de vida, sobre a realidade socioeducacional de cada aluno, pois conforme Morin o ser humano é um ser complexo e plural, cognoscente, socio-político-cultural, com capacidade de produzir, aprender, construir, conhecer, evoluir na busca pelo exercício da sua cidadania e desenvolvimento da autonomia.

Pensar a complexidade vai incitar a construção do conhecimento em conjunto na educação, para o desenvolvimento da prática de inter-relação, de interdisciplinaridade e interação, onde articula os dados das mais diferentes áreas do conhecimento. Implica em uma

ação reflexiva, que está em constante construção e reconstrução para contribuir para o desenvolvimento de práticas profissionais que vão atender a necessidade dos alunos na escola.

Ao encontro dos princípios exaltados por Morin, defende-se a emergência de ser discutida a questão da diversidade humana, requer diálogo entre os participantes de um determinado contexto social, reconhecendo suas semelhanças e diferenças estabelecidas, biológica, social, política e culturalmente. Agir individualmente também apresenta expressões destes aspectos (biológico, social, afetivo, político e cultural), pois estes fazem parte da complexidade do ser humano e das suas relações com o contexto social do qual fazem parte, seja no âmbito da educação ou social.

A realidade atual da política de educação, instiga-nos a procurar outras maneiras de compreender as demandas da atualidade. Desta forma, a atuação de um profissional assistente social, aliado a visão em complexidade vai viabilizar uma melhor compreensão das necessidades de renovação das práticas escolares. E assim poder trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar, para garantir a valorização do ser humano, e conscientizar os alunos, como protagonistas deste processo, para que se efetive uma educação transformadora, crítica, reflexiva, além do acesso às políticas e direitos sociais.

A percepção de Edgar Morin sobre complexidade, auxilia a vislumbrar a educação e seus processos a partir desta perspectiva, onde os saberes vão ser interligados e apostando em uma reforma do pensamento, assim como curricular, na direção da construção de uma proposta de ensino baseada em ações que busquem orientar os educadores, a aplicarem as disciplinas partindo das realidades existentes nos mais diferente contextos.

Cabe a educação romper com essa cegueira, essa limitação que se impõe historicamente a Educação e fomentar as políticas públicas que caminhem na direção desta reforma do pensamento. Neste sentido, acredita-se que a educação fundamentada sob a perspectiva do pensamento complexo, pode ser construída a partir de “brechas”, para a construção de propostas de projetos que sirvam como referências para que se desenvolva essa prática sobre os saberes presentes nos mais diferentes contextos educativos.

Ao encontro de compreender as demandas dos alunos de maneira mais completa, na seção seguinte apresenta-se o assistente social e as políticas que o constituem. Com o objetivo de propor o desenvolvimento de um trabalho em conjunto, que construa sua atuação na direção de garantir que as demandas sociais trazidas pelos alunos sejam encaminhadas, e que seja possível em conjunto construir uma proposta pedagógica que atenda às necessidades da realidade escolar de cada instituição.

Inicialmente, é preciso salientar que interdisciplinaridade não se define apenas pela interlocução entre as mais diversas disciplinas. Trata-se de dialogar, direcionar ações e a atuação para o que a sociedade apresenta de novo. Instigando novas construções teóricas e metodológicas, com a finalidade de estabelecer análises na pluralidade do olhar de um grupo interdisciplinar.

A abordagem desta temática se dará a partir da definição do conceito de disciplina e a importância da abordagem interdisciplinar durante o processo formativo dos profissionais da educação, uma vez que estes são os responsáveis por aprender e desenvolver tais perspectivas de atuação, que busquem a garantia de uma educação que atenda a diversidade existente no âmbito escolar. Além de compreender as complexidades e pluralidades existentes nos mais diversos contextos sociais vinculados ao processo.

Como base para fundamentação desta reflexão, aborda-se o pensamento complexo de Edgar Morin, que naturalmente leva em conta as mais distintas perspectivas que compõem o ser humano.

Em Foucault, partimos da análise do discurso, destacando as perspectivas de disciplinarização e do poder como forma de controle. Pensando sobre um determinado contexto o que nos remete à uma construção de pensamento interdisciplinar, considerando Frigotto e o materialismo-histórico, que parte do conceito fundamental de que o mundo e as relações nele estabelecidas, não são um acumulado de coisas acabadas, mas sim são processos complexos em constante transformação percebemos a possibilidade de diálogo entre os autores.

Salienta-se que as abordagens referentes a interdisciplinaridade são tratadas inicialmente a partir de dois grandes nichos, o epistemológico, que se transforma em categorias, para que possa ser estudado, construído, reconstruído, socializado e apresenta o método como forma de mediar o sujeito e a sua realidade. O pedagógico, que se refere a estratégia pedagógicas na prática do processo de aprendizagem escolar.

As transformações históricas e sociais contingentes, acabam direcionando para a necessidade da construção de uma perspectiva atuação interdisciplinar, pois, tais transformações apresentam uma maior complexidade, e dizem respeito não só a área da educação, mas a outros setores da vida social, como a política, a economia, etc.

A proposta de desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar no que refere-se a produção e socialização do conhecimento no âmbito da educação, tem sido abordada por vários autores, em especial aqueles que pesquisam a episteme pedagógica. A partir desta

informação evidencia-se que este formato busca romper com a visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento.

Para compreendermos a interdisciplinaridade, é necessário inicialmente ter conhecimento sobre o conceito disciplina. É um modelo de organização que se distribui nas mais diversas áreas do conhecimento, neste sentido Morin, nos sinaliza que:

A organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc; essa história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade (MORIN, 2000, p. 105).

O modelo disciplinar, que delimita e compartimenta o conhecimento, apresenta um conjunto de ações estratégicas que selecionam e ordenam os conteúdos. E os desenvolvem através de um conjunto de ferramentas e procedimentos metodológicos de transmissão do conhecimento e no desenvolvimento de métodos de avaliação da aprendizagem.

A divisão dos conteúdos por disciplinas não torna o processo de aprendizagem interessante e envolvente para o aluno, não estimula o desenvolvimento da inteligência, não possibilita a reflexão sobre os temas trabalhados, não instiga a solucionar problemas, não constrói conexões sobre o que é estudado em sala de aula e a realidade do seu contexto social e familiar, além de não possibilitar a compreensão do ser humano em sua totalidade. Neste sentido Morin (2000), nos salienta: “O parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto” (p. 45).

Ainda sobre a conceituação do termo disciplina, aponta-se Michel Foucault, crítico literário, filósofo e teórico social, que ao longo do desenvolvimento dos seus estudos, abordou sobre o poder e o conhecimento como uma maneira de estabelecer controle social. Relacionado a disciplinarização na escola, em seu livro *Vigiar e Punir* (1999), o autor chega a comparar a escola com instituições como o quartel e prisões, em virtude de determinações arbitrárias, de ordem como: filas, uniforme, regras pré-estabelecidas. Assim, para Foucault,

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (FOUCAULT, 1999, p. 173).

Pode-se referenciar, então, que a escola opera com determinação do uso de uma forma de poder, o poder disciplinar. Para Foucault (1999, p. 195): “o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. Tal modelo objetiva adestrar o aluno, de forma que este não desenvolva o senso crítico e assim se tornem peças de fácil manipulação.

Neste cenário que ocorre diariamente nas instituições de ensino manifesta-se em pequenas ações de controle social, materializados na imposição de regras hierárquicas, das filas, na aplicação de provas, como balizador do conhecimento. Todos estes esforços trabalhando apenas em um único sentido, produção de “corpos dóceis⁴⁹”.

Foucault, ao abordar a arte das disciplinas e do poder disciplinar, apresenta o espaço como parte estrutural do processo, porque compreende que os sujeitos são compostos por diversos segmentos e sob a força de diversas técnicas.

Pensar por si só é um ato interdisciplinar. Qualquer ato de “pensar”, nos direciona inevitavelmente a um cruzamento entre diferentes assuntos e áreas do saber. Assim, pode-se vislumbrar que a forma de pensar de Foucault, por si, já apresenta uma postura interdisciplinar, como ele mesmo afirma: “se eu fizesse a lista de todas as ciências, de todos os conhecimentos, de todos os domínios do saber de que não falo e deveria falar, e de que estou próximo de uma maneira ou de outra, essa lista seria quase infinita” (FOUCAULT, 2012, p. 245). Embora o autor não aborde diretamente um determinado tema ou outro, ele está imerso em um número infinito de saberes compatível com a área do conhecimento que é plural.

Pode-se observar que ao longo do tempo a sociedade tem sofrido diversas transformações, neste sentido, a escola também sofre ações diretas destas mudanças. Tal cenário, aliado ao desenvolvimento tecnológico, as facilidades de acesso às informações, tornam as práticas tradicionais de ensino ineficientes no processo de aprendizagem. Frente à atual conjuntura, as instituições de ensino necessitam buscar e desenvolver estratégias e práticas inovadoras, criativas e envolventes que vão buscar romper com o conhecimento fragmentado (disciplinar).

O trabalho interdisciplinar que deveria estar em plena ação dentro das instituições de ensino, encontra dificuldades para ser implementado, pois, as escolas ainda são reféns da

⁴⁹ Conforme Foucault, *Vigiar e Punir: um corpo é dócil quando pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado*.

fragmentação dos conteúdos através das disciplinas e da precária rede institucional de políticas públicas, educacionais e de assistência.

Tal formato de atuação é extremamente complexo, pois, busca romper com a barreira do trabalho individual, desenvolvendo a atuação de forma coletiva. Cada profissional aprofunda e amplia seus conhecimentos em relação a sua temática, em seguida conhece as demais disciplinas, durante o processo podem surgir rodas de conversas e discussões, a fim de que seja iniciada a construção de um conhecimento interdisciplinar que irá viabilizar a atuação da mesma forma. Com o objetivo de compreender a pluralidade social existente no contexto escolar e a necessidade de aproximação do ensino com a realidade social de cada sujeito.

Fazer uso da interdisciplinaridade, não significa abandonar ou desprezar as particularidades de cada disciplina, mas sim, perceber quais são os elos que as unem, ou quais fatores as diferenciam, de forma que sejam identificados elos que viabilizem a construção de tal proposta de ensino agregando o conhecimento disciplinar, para a construção e dialética do conhecimento.

Diante desta proposta, faz-se necessário o rompimento de paradigmas que dominam os sistemas e metodologias de ensino a muito tempo, isso inclui a prática dos professores. Neste sentido a formação continuada é um fator determinante como alternativa para o desenvolvimento deste processo de transformação necessário para o contexto educacional atual.

Para Frigotto (1995) a interdisciplinaridade se apresenta como um problema e uma necessidade. Ele aborda a necessidade por interdisciplinaridade como algo que deve estar em evidência, em relação a socialização do conhecimento, assim: “delimitar um objeto para investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo (...) isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem” (FRIGOTTO, 1995, p. 36).

Tal perspectiva de atuação, interdisciplinar, também apresenta-se como um problema, uma vez que se coloca como um desafio que deve ser construído para ser descoberto e tornar-se viável. Ainda conforme Frigotto (1995), um dos fatores que se põe como problema é a limitação individual de cada sujeito, em um momento de construção do conhecimento fundamentado em uma realidade, bem como pela estruturação histórica da mesma, levando em conta sua complexidade.

Inicialmente, o problema se materializa na forma com que os seres humanos estabelecem as suas relações sociais, em seguida, o problema se evidencia no campo teórico mais especificamente no desenvolvimento das práxis, levando em conta o contexto social.

Em seu livro, *A Cabeça Bem-feita* (2012), Morin, faz um julgamento sobre a Educação, no sentido de constituir conhecimentos, inteligências compartimentadas e mecanicistas. Destaca a necessidade que o sistema de ensino tem de romper com a fragmentação do conhecimento e salientar as correlações e os contextos entre os saberes, objetivando o desenvolvimento de uma formação que valorize a conjuntura e promova um aprendizado globalizado. De certa forma, a interdisciplinaridade pode ser composta, pelos conteúdos, mas principalmente pelo contexto social do aluno e a sua bagagem, de modo a desenvolver competências e estar constantemente ampliando os saberes.

Compreender a questão da formação frente ao atual contexto requer atitudes que desmitifiquem o processo de ensino/aprendizagem. Que instigue no educador uma motivação para que seja possível a interação com as realidades sociais, históricas e culturais de, para que desta forma seja possível realizar um novo formato de atuação, onde os sujeitos vão interagir nas construções e reconstruções do conhecimento.

Morin (2000), evidencia em seus escritos repletos de preocupações voltadas para as questões relativas a educação, que as realidades sociais humanas deveriam ser objeto essencial para o desenvolvimento do ensino. Considerando que o processo de aprendizagem acontece nos mais diferentes níveis da vida e frente aos mais diversificados contextos sociais. O autor salienta ainda sobre a necessidade de contextualizar cada acontecimento, porque os fatos e as coisas não ocorrem separadamente, células do surgimento da humanidade, ainda interferem e se relacionam conosco na atualidade.

Assim, o pensamento complexo trata-se de uma motivação para o desenvolvimento do pensamento, com caráter explicativo, como estivesse em busca das entrelinhas, do não-dito. A complexidade busca realizar um conhecimento multidimensional, interdisciplinar e transdisciplinar. Além disso, a complexidade não busca encontrar todos os dados sobre o fenômeno estudado, mas sim, respeitar, as mais distintas dimensões que o compõe, pois o Homem é um ser biológico, sociocultural e os fenômenos sociais ocorrem respeitando os contextos culturais, econômicos, psicológicos, políticos contingentes em cada sociedade. Assim, pode-se dizer que a complexidade se caracteriza pela busca de conhecimento e compreensão dos mais distintos contextos. Fazendo-se necessário exercer uma visão em complexidade, apresenta-se então, as definições trazidas por Morin para uma breve reflexão:

O pensamento complexo tenta religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado disjuntou e parcelarizou. Ele religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também - dialogicamente - conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica. É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui a nossa realidade; que

tenta dar conta do que significa originariamente *complexus*: "o que tece em conjunto", e responde ao apelo do verbo latino *complexere*: "abraçar". O pensamento complexo é um pensamento que pratica o abraço (MORIN, 1997, p. 11).

O fragmento referenciado anteriormente, evidencia toda a necessidade que se aprofunda no mundo acadêmico, em relação a uma formação direcionada a uma proposta de atuação interdisciplinar, que não se trate de ações estanques, mas sim, que sejam capazes de estabelecer relações significativas entre as mais diferentes áreas do conhecimento.

Desse modo pode-se evidenciar de acordo com, Morin (2000), o que produz o conhecimento desejado, é a capacidade de colocar o saber em contextos legítimos, de forma que permitam perceber em sua completude o conjunto analisado.

Sob a perspectiva de Frigotto (1995, p. 26), o desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar se impõe pela forma com que o "homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social". Tal perspectiva se estabelece com um caráter dialético da realidade social, regulada por conflitos e contradições, movimentos complexos existentes na sociedade. Sendo algo que requer uma delimitação sobre o objeto a ser estudado, define-se os campos sem fragmentá-lo. Pode-se dizer que mesmo que o problema esteja estabelecido e definido não se pode deixar de levar em conta as suas muitas determinações.

Salienta-se a necessidade da reflexão sobre a importância do papel da interdisciplinaridade no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, e desta forma procurar articular as propostas pedagógicas e as epistemológicas, sempre respeitando seus avanços, limitações, conflitos e consensos.

Assevera, Morin (2005), que o pensamento complexo sobre uma realidade também complexa pode transformar o pensamento de forma que o contexto seja levado em consideração, no sentido de articular e interdisciplinarizar o conhecimento produzido pela sociedade:

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia, que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes (MORIN, 2005, p. 23).

Com o objetivo de possibilitar a construção de novas formulações teóricas e metodológicas, que busca viabilizar a análise baseada na pluralidade de olhares típica de um grupo interdisciplinar, que integra as mais deferentes formas de elaboração de estudos interdisciplinares. Desse modo, a complexidade social só poderia ser explorada a partir de tentativas de compreensão, também, complexas.

Edgar Morin, em seus estudos sobre o pensamento complexo nos adverte que os achados sobre interdisciplinaridade, podem contribuir no sentido de vencer a fragmentação dos conteúdos e, por consequência, da simplificação do saber. Para o referido autor o pensamento complexo nos conduz a:

Pensarmos nos conceitos sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para estabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras (MORIN, 1998, p. 192).

Este pensamento apenas reforça a ideia de que se faz necessário compreender todas as nuances e aspectos da vida dos alunos, para que seja possível uma visão complexa do todo, que só pode ser obtida a partir do desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar, com a finalidade de desenvolver uma proposta pedagógica que imprima sentidos na vida dos alunos.

As transformações que almejamos para a educação, devem partir dos cursos superiores de formação docente, que além de procurar o restabelecimento da unidade do saber, devem desenvolver e buscar novos modos de perceber e compreender a realidade, o que nos leve diretamente a questionamentos e, posteriormente, a quebra nos modelos tradicionais de educação.

A formação com caráter interdisciplinar, busca englobar não apenas o aprimoramento de habilidades cognitivas, mas o também de fazer um movimento na direção de transformações mais significativas. Vislumbrando outras percepções acerca do conhecimento, que não se limite a pensa-lo como algo estático e finalizado, deve considerar o desenvolvimento e a expressão de níveis mais refinados de autonomia cognitiva, e a busca de uma compreensão de totalidade. A formação para a interdisciplinaridade, requer, então avanços no que se pode denominar como o aprender a conhecer a luz do modo interdisciplinar.

Então, pode-se dizer que o conceito de interdisciplinaridade permanece intacto em uma única questão, o fato de que a sua prática é executada na maioria das vezes por

iniciativas individuais ou em grupos de educadores, do que através de procedimentos generalizados que são incorporados ao desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A construção polissêmica do conceito de interdisciplinaridade, reserva a cada iniciativa de atuação, nesta perspectiva, um modo próprio de compreensão teórico-prático. Ainda que haja um consenso entre os intelectuais sobre o tema, de que se trata da desfragmentação do conhecimento, ou seja, construir um diálogo entre as disciplinas, a fim de que se perceba a unidade (individualidade) na diversidade dos conhecimentos, tanto no nível das pesquisas científicas quanto nas relações pedagógicas em sala de aula.

Com efeito, enfrentar as transformações no âmbito educacional. Uma atuação interdisciplinar, requer uma postura crítica, reflexiva, com responsabilidade e, sobretudo demonstrando amor pelo trabalho executado. Espera-se, frente a todas as transformações sociais que refletem diretamente na escola e na atuação dos profissionais educadores. Fazendo com que estes levem em consideração e valorizem todos estes acontecimentos. Porque, uma proposta de atuação como a interdisciplinaridade, que visa partir da reflexão, análise e avaliação das práticas profissionais, se efetiva fundamentada na identificação das demandas e necessidades de cada aluno para que se desenvolva o processo de ensino/aprendizagem.

O desenvolvimento do processo formativo deve estar diretamente voltado às práticas integrativas de planejamento e desenvolvimento curricular, quando os professores precisam perceber e explorar as relações entre as disciplinas, ultrapassar e reestruturar as fronteiras dos conhecimentos onde se encontram. Assim, a construção de currículos interdisciplinares, que busca a integração entre disciplinas, vai implicar no estabelecimento de relações diferenciadas entre os agentes envolvidos. Tão logo, a formação precise considerar a percepção para novos contextos sociais e vias de diálogo. Tendo em vista as possibilidades de parceria e a descoberta, sobre os temas que compõem a disciplina, o que por sua vez envolve descobrir a si mesmo, aos colegas e aos profissionais que atuam em instituições de ensino.

A complexidade como epistemologia, possui em sua base pilares que envolvem a busca por interpretações sobre o que significa complexidade. Em uma abordagem complexa, o conhecimento das informações e dos dados, conforme dito anteriormente, precisam estar situados no seu contexto para imprimir sentido.

Diretamente relacionado a complexidade, no que se refere aos processos desenvolvidos na educação, temos a interdisciplinaridade, que nos desperta para a necessidade de religação dos saberes para que sejam viáveis as relações do todo com as partes e vice-versa. O pensamento complexo, na perspectiva interdisciplinar, conforme Morin (1998) aspira ao conhecimento multidimensional, mas entende que o conhecimento completo é inatingível.

Esta forma de pensar comporta o reconhecimento de um princípio de não completude e de incertezas.

A ideia de complexidade, ocasiona um entendimento contrário a clarificação, a simplificação e a reducionismo excessivos. Pensar a educação partindo da lógica do pensamento complexo, pode implicar em obter uma nova visão acerca da concepção de vida, sobre a realidade socioeducacional de cada aluno, pois conforme Morin (2002) o ser humano é um ser complexo e plural, cognoscente, socio-político-cultural, com capacidade de produzir, aprender, construir, conhecer, evoluir na busca pelo exercício da sua cidadania e desenvolvimento da autonomia.

Pensar a complexidade vai instigar a construção do conhecimento em conjunto na educação, para o desenvolvimento da prática de inter-relação, de interdisciplinaridade e interação, onde articula os dados das mais diferentes áreas do conhecimento. Implica em uma ação reflexiva, que está em constante construção e reconstrução para contribuir para o desenvolvimento de práticas profissionais que vão atender às particularidades dos alunos no contexto escolar.

Ao encontro dos princípios exaltados por Morin, defende-se a urgência de ser discutida a questão da diversidade humana, requerendo o diálogo entre os participantes de um determinado contexto social, reconhecendo suas semelhanças e diferenças estabelecidas, biológica, social, política e culturalmente. Agir individualmente também apresenta expressões destes aspectos (biológico, social, afetivo, político e cultural), porque, estes constituem a complexidade do ser humano e das suas relações com o contexto social do qual fazem parte, seja no âmbito da educação ou no social.

A realidade atual da política de educação, instiga-nos a procurar outras maneiras de compreendermos as demandas da atualidade. Neste sentido, a atuação de um profissional assistente social, aliado com uma visão em complexidade viabilizara uma melhor compreensão das necessidades de renovação das práticas escolares. E assim poder trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar, poderá garantir a valorização do ser humano, e conscientizar nos alunos a consciência do seu protagonismo neste processo, para que se efetive uma educação transformadora, crítica, reflexiva, além do acesso às políticas e direitos sociais.

A percepção de Edgar Morin sobre complexidade, auxilia a vislumbrar a educação e seus processos a partir da perspectiva, na qual os saberes vão dialogar, apostando em uma reforma do pensamento. Bem como reflexões a cerca da realidade curricular na direção da

construção de uma proposta de ensino baseada em ações que busquem orientar os educadores, a aplicarem as disciplinas partindo das realidades existentes nos mais diferentes contextos.

Cabe à educação romper com essa “cegueira”, e a limitação que se impõe historicamente para com Educação no sentido de fomentar as políticas públicas para que caminhem na direção desta reforma do pensamento. Asseveramos que a educação fundamentada sob a perspectiva do pensamento complexo, possa ser construída a partir de “brechas”, no sentido de se construírem propostas e projetos que sirvam como referências para que aplique-se o desenvolvimento dessa prática sobre os saberes presentes nos mais diferentes contextos educativos.

Ao encontro de compreender as demandas dos alunos de maneira mais completa, na sessão seguinte apresenta-se o assistente social e as políticas que o constituem. Com o objetivo de propor o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, que construa sua atuação na direção de garantir que as demandas sociais trazidas pelos alunos sejam encaminhadas, e que seja possível em conjunto construir uma proposta pedagógica que atenda às necessidades da realidade escolar de cada instituição.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Quando nos referimos aos processos formativos e às políticas públicas, que envolvem a formação do Assistente Social faz-se necessário um breve resgate histórico sobre o surgimento e desenvolvimento da profissão no Brasil.

Conforme Faleiros (2011), o surgimento e institucionalização do serviço social no Brasil ocorre ao longo das décadas de 1930 e 1940, vinculado ao Estado e a Igreja Católica. Uma das primeiras escolas de formação profissional datam do ano de 1936, na cidade de São Paulo Escola de Serviço Social de São Paulo. No ano seguinte, 1937, através da iniciativa do Grupo de Ação Social, com o apoio da escola de São Paulo, e com o objetivo e força de vontade da Igreja em se tornar uma força mais ativa politicamente, foi fundada no Rio de Janeiro, o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar. Nos anos seguintes foram surgindo outras instituições.

O serviço social se constitui como profissão, inserida na divisão socio-técnica do trabalho, a partir da década de 1930, que coincide com a criação das primeiras escolas de serviço social no Brasil. Segundo Iamamoto (2007),

Como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, em face do crescimento da miséria relativa de

contingentes importantes da classe trabalhadora urbana, o Serviço Social, aparece como uma das alternativas às caritativas tradicionais, a partir de uma 'racionalidade' no enfrentamento da Questão Social (IAMAMOTO, 2007, p. 19).

Neste período inicial da profissão, as ações deste profissional eram pautadas pela Igreja Católica apoiada pela classe dominante. Relacionado a isso, Piana (2009), nos diz que,

O desenvolvimento do capitalismo e a inserção da classe operária no cenário político da época cria o fundamento necessário à institucionalização da profissão. A chamada "Questão Social" manifesta-se por meio de vários problemas sociais (fome, desemprego, violência e outras), que exigem do Estado e do empresariado uma ação mais efetiva e organizada. A demanda do trabalho profissional (assistente social), portanto, vem no bojo de uma demanda apresentada pelo setor patronal e pelo Estado (PIANA, 2009, p. 90).

Neste sentido, o trabalho se desenvolve com características assistencialistas que busca solucionar os problemas e as necessidades básicas da sociedade, sobretudo acabar com a pobreza através da realização de atividades baseadas na fé e totalmente vinculada aos preceitos da Igreja Católica.

De acordo com Iamamoto, (2011), a gênese do serviço social brasileiro, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, está diretamente relacionada ao surgimento das mobilizações da classe operária que ocorreram nas duas primeiras décadas do século XX. Que elevou significativamente o nível das tensões sociais em diversos setores de uma sociedade em crise estrutural profunda. Tais discussões estavam fervilhando na sociedade durante este período. Nesta lógica, este profissional vem para cobrar e mediar uma posição por parte do Estado, das classes dominantes (igreja e burguesia) e demais setores da sociedade, visando o aprimoramento e garantia dos direitos sociais e da cidadania.

Frente à esta questão, o processo de formação e o desenvolvimento do trabalho profissional, ambos inseridos na lógica do capital fazem com que este profissional atenda a uma determinada função, de acordo com os desígnios constituídos pelo modo de produção capitalista. Que, por sua vez, localiza as demandas sociais nas periferias do processo político, econômico e institucional.

Assim, é necessário ressaltar que no Brasil, a profissão surge na década de 1930. Sob influência da Igreja Católica que monopolizava a construção dos sistemas educacionais brasileiros pautados pelo modelo europeu. Norteados pelas ideias de Mery Richmond fundamentado pelo serviço social de caso, técnica esta, que estava a serviço dos preceitos e ideologias da Igreja Católica.

No ano de 1932 a igreja começa a criar objetos de organização, como exemplo, a Ação Universitária Católica. Em 1936 é fundada no Brasil a primeira escola de serviço social, em

São Paulo, derivando do CEAS - Centro de Estudos de Ação Social, que se tratava basicamente de um grupo de mulheres que desenvolviam o estudo da doutrina social da Igreja, promovendo ações sociais seguindo os mesmos princípios. Mais tarde, tal escola torna-se a atual PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujas raízes têm ligação direta com o pensamento político social da igreja, filantrópico, com caráter humanista e conservador. Em sequência a estes acontecimentos, surge também a primeira escola do Rio de Janeiro (Instituto de Educação Familiar e Social) e segunda do Brasil.

O CEAS foi o considerado como o princípio da profissionalização do serviço social no Brasil: “o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais Belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social” (CASTRO, 2011, p. 102).

Contudo, o reconhecimento do curso de serviço social como nível superior, só aconteceu no Brasil, através da Lei nº 1.889 do ano de 1953. Alguns anos mais tarde, foram dados os primeiros passos em direção ao processo de regulamentação da profissão que se materializam na forma da seguinte lei, e é regulamentada pelo decreto: Lei nº 3.252 de agosto de 1957; Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Que em seu artigo 6º, aborda sobre a necessidade de órgãos que fiscalizem o exercício profissional, assim são criados: CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais e CRAS - Conselhos Regionais de Assistentes Sociais. Atualmente estes instrumentos são denominados CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.

A referida profissão é uma das poucas que possui um projeto ético-político, construído em meados das décadas 1970 e 1980, pelos próprios profissionais que compunham a categoria. Trata-se de um projeto ético-político hegemônico que vai “manifestar o compromisso da categoria com o estabelecimento e construção de uma nova ordem societária. Mais justa, democrática e garantidora dos direitos universais” (Serviço Social - CFESS).

Contudo, durante este período a profissão ainda era condicionada a atuar não somente nas demandas inerentes ao Estado, como também nas organizações ligadas à Igreja Católica, ambas com um viés assistencialista, fundamentadas por um caráter de ajuda ao próximo.

Dessa forma começa a busca da ruptura do conservadorismo, iniciando os debates sobre ética e serviço social, com o intuito de terminar com a neutralidade e a forte influência exercida pela Igreja Católica. Neste momento, tal profissão já vivenciava início do movimento de reconceituação, que se efetivou a partir do III CBAS - Congresso Brasileiro de

Assistentes Sociais, que ocorreu na cidade de São Paulo no ano de 1979, que ficou conhecido como Congresso da Virada⁵⁰.

A partir deste novo posicionamento da categoria, iniciam-se amplos processos de debates adensados pelo CFESS, com o intuito de organizar reformulações no Código de Ética que estava vigente desde 1975. O que resultou na aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, que sobrepujou a “perspectiva a-histórica e a-crítica onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFESS, 1986).

Assim, ao final da década de 1970 teve início o Movimento de Reconceituação⁵¹ do serviço social. Movimento este, que buscava romper com o conservadorismo que pautava a construção e desenvolvimento das ações profissionais que Netto (2011), caracterizou como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o serviço social articulou, à base do rearranjo de sua tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação da prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2011, p. 131).

Ainda conforme Netto, a renovação do serviço social se trata:

[...] como se infere de um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades de sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, perspectivas diversificadas: a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica bem como nas matrizes teóricas que elas prendem (NETTO, 2011, p. 131).

Salienta-se este período de Reconceituação do serviço social, coincidiu com o final do período de ditadura e com o início do processo de redemocratização do país, a partir da

⁵⁰O Congresso da Virada, ocorrido na cidade de São Paulo no ano de 1979, em um CBAS, foi um desafio inicialmente por acontecer durante um período de Ditadura, e se caracterizou por ser um marco de rompimento com o pensamento conservador que ainda permeava a atuação do assistente social. Além de ampliar os horizontes onde a luta iniciaria pela busca por um estado democrático aliado a classe trabalhadora e lutado pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela democracia e assim compor uma nova frente de atuação, articulada com movimentos sociais, sindicatos, etc.

⁵¹ Movimento de Reconceituação trata-se do início de um processo questionador da profissão do Serviço Social, onde se busca romper com os ideais conservadores da prática profissional. A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores domina movimento social mais geral. “para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida” (IAMAMOTO, 2012, p. 28).

aprovação da Constituição Federal de 1988, assim, a profissão assistente social adquire novos contornos e começa a perder o caráter conservador.

Dando continuidade às discussões, o conjunto CFESS-CRESS, levantava a necessidade de se realizar uma nova revisão do Código de Ética Profissional. Desenvolveu então, a reformulação que resultou em uma nova perspectiva de trabalho para o assistente social, que se constitui no compromisso de realizar seu processo de trabalho norteado e comprometido com o projeto ético-político, que se fundamenta no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93.

O processo de trabalho realizado pelo profissional do serviço social é pautado por um compromisso ético-político, fundamentados no Código de Ética e na Lei de regulamentação da Profissão. Indo ao encontro à proposta do projeto Ético-Político Profissional. Dentro da perspectiva teórico-metodológica, que une o conhecimento da teoria, o método de análise e o desvelamento da realidade social.

Por fim, o técnico-operativo, que se trata da união das dimensões referidas anteriormente, têm por intuito operacionalizar os eixos de forma que o profissional passa a utilizar-se dos instrumentais que são: visita domiciliar, entrevista, encaminhamentos, entre outros, com a finalidade de promover o enfrentamento das expressões da questão social⁵² que se apresentam nos espaços sócio ocupacionais.

Entretanto, foi a partir da Constituição Federal de 1988, que se reconheceu os direitos humanos sociais como um avanço importante. Era a primeira vez que o homem brasileiro era tratado e considerado um cidadão, com acesso a direitos, dentre os quais salienta-se o direito a Seguridade Social.

Assim, conforme Yasbeck (1997, p. 13) a Seguridade Social está diretamente relacionada ao acesso, por parte dos cidadãos, a uma série de certezas e seguranças que vislumbram, cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais, A partir desta nova percepção, foi reconhecido como um direito universal, independente do sujeito contribuir ou não com o sistema previdenciário.

Cabe ainda ressaltar, que a Assistência Social como política pública que deve atender a quem dela precisar, é assegurada a partir da Constituição Federal de 1988, caracterizando-se

⁵² Conforme Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77.): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

como um dos direitos básicos dos cidadãos, bem como a saúde, a educação e a previdência social e dever do Estado.

Tal política é regulamentada pela LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social Lei nº8.742/1993, e pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social (2005), que através de um modelo participativo descentralizado, busca contribuir no processo de criação de medidas que visem o desenvolvimento da autonomia, o acesso aos direitos básicos, direcionados para cidadãos em vulnerabilidade social e desta forma constitui-se como uma das áreas de atuação do assistente social.

Neste sentido, todo esse processo de ampliação sobre os conceitos de direitos sociais e políticas públicas, ocasionou a articulação entre diferentes frentes de ações que constituíram o Sistema de Proteção Social brasileiro, que é composto pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, reconhecido nos dias atuais como tripé da Seguridade Social, aonde, cada política atua de acordo com as suas respectivas atribuições na direção do enfrentamento das expressões da questão social, na garantia de acesso aos direitos, tornando-se assim, uma política pública, que se caracteriza como um direito dos cidadãos e um dever do Estado.

Esse marco histórico, que representa a inserção da assistência social como umas das três instituições políticas básicas de constituição da seguridade social, expressa de forma evidente, o fato de estar em busca da superação dos conceitos de assistencialismo, da filantropia, e deste modo ir ao encontro da profissionalização da atividade pública, que busca atender as demandas sociais da população, sobretudo da população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social.

Ressalta-se que na Constituição Federal, em seus artigos nº 203 e nº 204, nos apresentam uma perspectiva da Assistência Social como política: no artigo nº 203, “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” e apresenta alguns objetivos, que são:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, CF, 1988).

E no artigo nº 204, aborda sobre “ações governamentais na área de assistência social”, fontes de financiamentos as ações e algumas diretrizes específicas. Tais artigos são ratificados

pelo artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização a assistência social no Brasil:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, Lei nº 8.742, 1993).

O que se pode evidenciar a partir da LOAS, observou-se um amadurecimento no caráter legal dos serviços socioassistenciais, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Seguindo, a presente Lei respalda a criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, como instância máxima de deliberação. Assim, como uma de suas principais competências está a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, regulamentar e acompanhar a prestação de serviços, sejam eles de caráter público ou privado, no que tange a política aqui em discussão. Além de, acompanhar e fiscalizar instituições, entidades e organizações de assistência social, garantir a efetivação de um sistema participativo e descentralizado, acompanhar e avaliar o processo de gestão dos recursos, entre outras. (BRASIL, CNAS, 2010).

Conforme a LOAS:

Lei inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social (YASBECK, 2006, p. 12).

Desta forma, fica estabelecido que é um dever do Estado e suas instituições, a consolidação da política pública de direito, rompendo com antigas práticas como a filantropia e a caridade.

Seguindo, apresenta-se a PNAS, como um documento que busca normatizar as ações da assistência social, Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, procura garantir inicialmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, cabe a esta a promoção de ações de prevenção, proteção, a promoção e a inserção social bem como um algumas garantias e seguranças.

Este documento constituído com a finalidade de integrar as demais políticas sociais, levando em conta as particularidades sociais, territoriais, a fim de compreender as demandas sociais e assim, poder viabilizar a garantia dos mínimos sociais, além da universalização dos direitos sociais (MDS, PNAS, 2004), e apresenta como órgão gestor, na perspectiva nacional, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Além disto, fica

estabelecido na LOAS, em seus artigos 4º e 5º, em relação ao modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS:

Dos Princípios: Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Das Diretrizes: Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

O SUAS tem sua origem a partir de um acordo federativo entre as três esferas do governo (municipal, estadual e federal), com o objetivo de viabilizar uma gestão descentralizada, relacionado ao financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais prestados. Este, apresenta como ponto de início a implementação da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, que foi aprovada pelos CNAS – através da Resolução nº130 de 15 de outubro de 2005. Cujas principais características apresentadas são a proteção social, a defesa dos direitos socioassistenciais e a vigilância social, e desta forma atribuir a política referida, uma nova forma de organização das ações, classificadas em níveis de complexidade, levando em consideração o contexto social em questão, além de questões relacionadas ao território. Este formato de ação, busca a viabilização de um sistema democrático, participativo e descentralizado, como forma de materialização da LOAS, e, com o objetivo de garantir os princípios previstos pela Política de Assistência Social.

Fundamentado nas evidentes transformações sociais que foram ocorrendo com o passar dos anos e o desenvolvimento das sociedades, faz-se necessário ressaltar esse processo de reorganização como um sistema político administrativo, descentralizado e participativo, que procura articular os três níveis de governo. Foram ampliados os espaços de participação social nos processos de desenvolvimento da gestão, deliberação quanto às perspectivas da política de assistência social, além de colaborar para o reconhecimento das especificidades, culturais, históricas, de cada município, ampliando assim, o rol de possibilidades de articulações com as demais políticas sociais. A partir destes novos arranjos e perspectivas,

também são absorvidas, as ações promovidas por instituições privadas, mistas, ONG, enfim, inclui instituições que compõem o terceiro setor, além de integrar o processo de defesa dos direitos, principalmente os socioassistenciais.

Contudo, relacionado aos direitos sociais, destaca-se um retrocesso decorrente da perspectiva do modo de produção capitalista, com vistas ao modelo neoliberal, fortalecido na década de 1990, período fortemente marcado pelo enfraquecimento das políticas sociais. São estabelecidas novas percepções e perspectivas em relação aos direitos e a justiça social, além, de novas formas de aplicação dos recursos públicos e novos parâmetros de regulações, que causaram uma série de reformas que ocasionaram transformações extremamente importantes nesse processo.

Assim cabe salientar, que no contexto emergente de práticas neoliberais, surgem novas formas de materialização da questão social, como por exemplo, a fragilidade das relações de trabalhos e o sucateamento do aparelho do Estado, na direção da garantia de direitos e proteção social. Tais fatores vão implicar no desenvolvimento de ações que vão buscar retroceder com as práticas filantrópicas em uma nova roupagem, que aproxima bastante os princípios da universalidade aos direitos sociais. Este contexto,

[...] construiu para a Assistência Social um perfil ainda longe proposto pela LOAS, perfil desarticulado que colocou em evidência um caráter seletivo, focalista e fragmentador para as suas intervenções com medidas assistenciais meramente compensatórias face aos efeitos dos ajustes estruturais da economia (YAZBEK, 2006, p. 12).

Frente à esta perspectiva, nota-se uma conjuntura difícil para a ruptura com os processos assistencialistas que ainda ocorrem no campo a política de assistência social. É possível observar um retrocesso, na década de 1990, ainda que de forma velada, no desenvolvimento de práticas pautadas pela filantropia e voluntariado, as quais ainda existem até os dias atuais, conforme referenciado na memória de formação da presente dissertação.

Tais fatores, acabam descaracterizando e depreciando todo o contexto de lutas pela conquista dos marcos legais que vão nortear a política aqui referida. Além disso, restam ainda, resquícios de uma cultura moralista que acaba culpabilizando o sujeito por sua condição econômica e social. Sem levar em conta, várias questões estruturais que compõem a vida social em sua totalidade, os quais se dissipam a partir de mediações que refletem negativamente sobre a população que já é destituída da riqueza socialmente produzida.

A década de 1990, representa um momento de reprogramação para a compreensão da direção e organização pedagógica em relação a formação profissional em serviço social no

Brasil. Apresentou uma síntese do debate acerca das problematizações e pesquisas, que se construíram ao longo do percurso de categorização profissional desenvolvidas pelas entidades que representam a profissão.

Em sequência temos as diretrizes curriculares de 1996, que salientam à defesa de um novo projeto relacionado a formação profissional afirmando as “dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade” (ABESS, 1997, p. 63). Se estabelece, assim, uma nova lógica curricular baseada na articulação de: “um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional” (ABESS, 1997, p. 63).

3.4 DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

A profissão do serviço social é considerada como uma especialização sobre o trabalho coletivo que este profissional desenvolve. Está inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, salientando que a construção do currículo é direcionada à realidade do cotidiano do trabalho do assistente social e das novas formas de organização e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao retomar o foco do trabalho na vida social, procura-se, “inserir as formas histórico-contemporâneas do trabalho do serviço social na sociedade brasileira” (ABESS, 1997, p. 42), a fim de que seja possível, “imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social” (ABESS, 1997, p. 42). O objetivo a partir deste fundamento é o de atualizar os conhecimentos e habilidades, apontando para uma melhor compreensão acerca da realidade, para que se efetive uma intervenção adequada sobre a demanda social apresentada. Em relação aos eixos de atravessamento do processo formativo, as diretrizes propostas definem a ética, a pesquisa e o estágio.

Como proposições norteadoras do entendimento da formação profissional, reafirma-se que o profissional de serviço social tem na questão social, o seu campo de atuação, numa relação disseminada pelos processos sócios históricos e teórico-metodológicos que constituem o processo de trabalho do assistente social. Tal processo é determinado pelas configurações estruturais e de conjuntura da questão social.

Com relação à formação profissional em serviço social, torna-se necessário, além de uma análise breve sobre o surgimento e constituição da profissão, entender que esta profissão se constitui através das tensões sociais, políticas e econômica ao longo desta trajetória.

Desta forma, problematizar o processo formativo, supõe realizar uma análise que parte das ações externas a profissão e sua constituição, mas situando-a em uma determinada realidade e contexto. Assim, faz-se essencial abordar o atual cenário do ensino superior brasileiro. Ao encontro destas discussões, destacam-se algumas tendências da educação que não são privativas do ensino superior, mas podemos observar que estas tendências estão presentes em todas as áreas da educação: a) privatismo e b) centralidade no ensino.

O primeiro item, o privatismo, aponta a intervenção do modo de produção capitalista na área da educação, além disto, vai defender os interesses do capital, sem deixar de atender parcialmente as pressões sociais, que advém das classes mais vulneráveis da sociedade, que reivindicam o acesso ao ensino superior. Fundamentado no discurso da democratização do ensino, evidencia-se o viés mercadológico e privatista que fundamenta a política educacional no Brasil, em especial no ensino superior. A educação é transformada em mercadoria controlada por determinados grupos, denominando o que Oliveira (2009, p. 752) chamou de “mercadoria oligopolizada”.

A fim de fundamentar tais tendências, serão apresentados a seguir dados do Censo da Educação Superior do ano de 2015. Com estes dados já é possível observar a tendência privatista: De um total de 2.365 IES - Instituições de Ensino Superior no Brasil, 87,52% são privadas. Do total de IES, somente 195 são universidades (8,25%); 149 (6,3%) são centros universitários; 40 (1,69%) são caracterizadas como Institutos Federais - IFs e Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFETs e 1.980 (83,76%) são faculdades.

Em relação às IES privadas as faculdades são as predominantes. Das 2.069 IES privadas, apenas 88 (4,25%) são universidades; 140 (6,76%) são centros universitários e 1.841 (88,99%) são faculdades. Tal tendência se materializa através do desenho das IES que ofertam o curso de serviço social (nas modalidades presencial e a distância).

Diferenciando essas, tem-se a seguinte definição: conforme o Censo de 2015: 350 IES oferecem o curso de serviço social, sendo 61 públicas e 289 privadas; dos 435 cursos oferecidos nestas IES, 61 são em IES públicas e 359 em privadas. Do total de 172.569 matrículas nos cursos superiores de serviço social no Brasil, 21.436 estavam em IES públicas e 151.133 matrículas no setor privado (BRASIL, 2015).

Relacionado à modalidade de ensino dos 435 cursos, 409 são oferecidos presencialmente, e 26 a distância; destes 409 cursos, 334 são ofertados por instituições

privadas e 75 em instituições públicas. Dos 334 cursos disponíveis no setor privado, 91 são ofertados em universidades, 59 em centros universitários e 184 em faculdades. Esta coerência se diferencia nos cursos na modalidade presencial oferecido pelo setor público: 66 cursos em universidades, 8 em faculdades e um em IF. De um total de 26 cursos EAD, 25 são ofertados por instituições privadas (18 universidades, 8 centros universitários) e apenas 1 em uma universidade estadual pública (BRASIL, 2015).

Este panorama é fundamentado pelas ideias Liberais, do Liberalismo Econômico e da lei do estado mínimo que tende a tirar do encargo do Estado, os setores que não representam geração de recursos e renda. Como por exemplo, saúde, educação, previdência social, a política de assistência social dentre outros.

Independentemente deste panorama, a política de assistência social atua mais efetivamente nos executivos municipais. Construindo uma frente de resistência, eficaz no atendimento das expressões da questão social mais urgentes frente ao quadro social caótico que o Estado brasileiro apresenta.

3.5 A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Ao nos remetermos a uma perspectiva de atuação interdisciplinar, em especial o serviço social, frente à Política Pública de Educação, faz-se necessário inicialmente evidenciar que este não é um tema novo, mas sim uma pauta que é discutida ao longo dos anos e que atualmente vem ganhando espaço de destaque nas discussões no meio acadêmico, devido ao crescente aumento nos campos de atuação para o assistente social, além, do agravamento e crescimento das expressões da questão social que a escola vivencia nos dias de hoje.

O serviço social configura-se como profissão, inserida na divisão socio-técnica do trabalho, a partir da década de 1930, período em que se originam e desenvolvem os processos sócio históricos que constituem a profissão. Contudo, é a partir da década de 1990, em conjunto com o fortalecimento e amadurecimento do projeto ético político profissional, que buscava no Brasil, um maior acesso dos profissionais de serviço social a educação.

Constata-se que frente ao desenvolvimento do processo educacional, a atuação do assistente social busca contribuir na efetivação da garantia de direitos em relação às demandas sociais existentes no âmbito escolar. Para que seja possível compreender, de maneira mais completa possível, as demandas de vulnerabilidade social que fazem parte do dia-a-dia no contexto escolar, faz-se necessário que os profissionais tenham um pleno conhecimento sobre

os conflitos educacionais, econômicos, políticos e sociais que são ocasionados e acentuados pelo desenvolvimento da lógica perversa do modo de produção capitalista, que são vivenciados pela classe trabalhadora.

Cabe salientar que a educação é pautada pela mesma lógica perversa do capitalismo, desde o seu surgimento, onde uma minoria tem acesso a uma educação de qualidade (burguesia), enquanto os demais recebiam formação voltada para a manutenção das vagas do mercado de trabalho (classe trabalhadora).

Montaño (2011) nos demonstra através de Marx (1980, cap. XXVIII), que é no Modo de Produção Capitalista - MPC, regido pela lei geral de acumulação que se constitui o chão das lutas de classe, pois é onde as classes se “defrontam diretamente”. Assim,

A separação do produtor dos meios para produzir, do trabalho manual e intelectual, a relação salarial entre vendedores e compradores da força de trabalho, entre capital e trabalho, a relação de exploração de mais-valia, tudo isso são constantes na ordem regida pelo capital. No entanto, o grau de desenvolvimento das forças produtivas a fase expansionista ou recessiva do capital, a existência ou não de crise, a correlação de forças sociais, o grau de consciência de classe, de organização dos trabalhadores (em sindicatos, em partidos), a articulação/desarticulação dos variados grupos de interesse, tudo isso tende a particularizar os momentos diversos no processo de lutas de classe (MONTAÑO, 2011, p. 113).

Desta forma, Montaño, segue definindo questões relacionadas as lutas de classe e suas classes fundamentais, frente ao MPC,

Como surge da análise das classes, essas lutas, no nível do MPC, desenvolvem-se na polarização das duas classes fundamentais e antagônicas: trabalhadora e capitalista, proletariado e burguesia, explorados e exploradores, dominados e dominadores. No entanto, vistas no nível mais concreto, das variadas formações econômicas e sociais, no nível das relações diretas entre pessoas, da complexa e heterogênea gama de classes, sub classes, e setores sociais, remete-nos a um processo muito mais complexo do que a polarização capital e trabalho: existem aqui confrontos no interior das classes, entre setores segundo suas particulares formas de inserção e relações de produção – pensem-se os conflitos entre um camelô e um balconista de uma loja no mesmo espaço comercial, ou entre um operário desqualificado e um trabalhador administrativo da mesma fábrica, ou entre trabalhadores subcontratados que concorrem entre si no mercado, ou, ainda, entre um pequeno proprietário industrial e a empresa monopolista do ramo, e entre o dono de capital financeiro e o possuidor de capital produtivo, dentre tantos possíveis exemplos (MONTAÑO, 2011, p. 113).

Diante desta lógica excludente, é que se evidencia a importância da atuação do serviço social dentro do âmbito escolar para atuar de forma interdisciplinar, com o objetivo de desenvolver a autonomia da população e esclarecer sobre seus direitos e deveres na busca pelo desenvolvimento e efetivação de políticas sociais, de forma que seja possível a conexão entre a rede socioassistencial e educacional, para que desta forma seja construída e

consolidada uma educação forte e de qualidade, e assim, encaminhar a efetivação dos direitos dos cidadãos e assim construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante salientar que a atuação do serviço social na área da educação, possui reconhecimento legal em várias regiões do país, embora, no município em questão ainda não apresente uma legislação deste caráter. Evidencia-se ainda que é de extrema importância a intervenção deste profissional junto à educação, para garantir a viabilização e efetivação dos direitos sociais dos alunos. Ressaltamos que o profissional assistente social está capacitado para atuar diretamente na realidade do sistema educacional, pois possui capacitação teórico-metodológica para intervir nas mais diversas expressões da questão social e tem este como principal foco de sua atuação.

Então é a partir da década de 1990, que é possível observar um aumento considerável na inserção de assistentes sociais na política de Educação, juntamente com a construção e amadurecimento do projeto ético-político profissional, conforme a entidade representativa da categoria (CFESS, 2011), foi possível observar esse fator devido ao número de trabalhos escritos relacionados à temática inscritos no CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais no ano de 1995.

Aliado a este fator, nos últimos anos, “as transformações societárias em curso em nível mundial, engendradas pelo capital, as quais impõem processos de reforma neoliberal do Estado, que incidem sobre as políticas sociais e, em particular sobre a política de educação como Direito Social” (CFESS, 2012, p. 248).

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde, sobretudo às requisições socio institucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2012a, p. 37).

Conforme Amaro (2012), é por volta dos anos 1990 que o assistente social para a atuar na política de educação a partir das “equipes de saúde escolar”, buscando a ampliação da percepção em relação aos problemas sociais emergentes no contexto escolar.

Desta forma é possível compreender que o assistente social deve cumprir seu papel de estimar os seres humanos, empenhar-se na conscientização e transformação social, para que se viabilize a execução de uma educação de qualidade, que seja efetivamente transformadora, emancipadora, crítica, participativa e reflexiva.

A realidade social vivenciada no sistema educacional, que nos apresenta as mais diversas manifestações das expressões da questão social e a falta da efetivação e acesso as Políticas Sociais, é evidente que cada vez mais se faz necessário uma atuação interdisciplinar nesta área, além da inserção do profissional de serviço social na escola.

Faz-se necessário salientar que a busca por uma sociedade mais justa e igualitária se constrói a partir do investimento na formação do cidadão, na política educacional e a consolidação deste objetivo, vai ser viabilizada também pela intensificação da atuação do Assistente Social que vai alinhado do projeto ético-político profissional que sugere a emancipação dos sujeitos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Aprofundando a discussão sobre este tema, a consolidação gradual deste campo de atuação, é possível observar que, em muitas regiões, as questões relacionadas à de serviço social na educação, vem ganhando destaque nas discussões promovidas nos espaços de organização, além de ser pauta frequente na agenda da categoria profissional, e também no conjunto CFESS/CRESS, que originou as Comissões Temáticas de Educação nos CRESS, e proposições e debates nos Encontros Nacionais. Relacionado ao desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, faz-se necessário que primeiramente os profissionais percebam que não atuam em circunstância nenhuma de forma isolada das demais especialidades.

Para abordar sobre tema o serviço social frente a Política Pública de Educação, faz-se necessário em um primeiro momento, falar sobre como se constitui o ambiente escolar. Deve-se partir do fato que a escola é uma das principais instituições sociais, pois, é composta por sujeitos que pertencem às mais diferentes realidades e contextos sociais e culturais.

A instituição escolar e os profissionais que nela atuam são desafiados constantemente a articular os aprendizados escolares, que são trabalhados no contexto educacional, sempre levando em conta o contexto social em que o aluno e sua família está inserido. Desse modo, é extremamente importante que a escola estabeleça uma relação bastante próxima com a família e com a comunidade escolar, pois, assim se estreitam os laços entre estes e desta forma seja possível que se obtenha uma educação de qualidade, trabalhando no sentido do fortalecimento dos vínculos familiares, do desenvolvimento da cidadania e do senso crítico.

Assim, evidencia-se que a escola é o primeiro lugar com possibilidades efetivas de identificar questões e demandas sociais. Neste sentido, Amaro (2012) nos salienta:

Em especial sobre a escola, um passo importante à compreensão da sua complexidade é reconhecê-la como guardiã da diversidade. Nela habitam e interagem dinamicamente, alunos, pais, professores e profissionais em geral. Cada um desses segmentos traz para a escola a sua história de vida, sua expectativa social, seus valores, suas dificuldades e potencialidades e juntos consagram relações sociais de toda a ordem (AMARO, 2012, p. 15).

Neste sentido, em relação a inserção do serviço social no sistema educacional, Amaro, 2012 nos demonstra que:

O mais antigo registro de que temos conhecimento do serviço social educacional remete ao estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, através do Decreto nº 1394. Articulado ao programa geral de assistência ao escolar, suas atividades estavam voltadas à identificação dos problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como a promoção de ações que permitissem a “adaptação” dos escolares ao seu meio e o “equilíbrio” social da comunidade escolar (AMARO, 2012, p. 19).

Desta forma, é possível observar que a inserção do profissional assistente social no âmbito educacional não é um tema tão recente. Historicamente tais profissionais são requisitados a “intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social” (AMARO, 2012, p. 19).

Tendo a escola como acesso inicial, as mais diversificadas expressões da questão social, salienta-se que é possível observar alguns esforços no sentido de amenizar tais questões, assim tem-se algumas legislações, como por exemplo a Lei nº 9394/1996, que:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – e pelos compromissos sociais que confere a agenda da educação, numa perspectiva efetivamente inclusiva, cresce o número de estados que estão adotando o serviço social nos quadros técnicos científicos da educação, na maioria das vezes mobilizados pela necessidade de responder a questões sociais que vêm invadindo o cenário educacional (AMARO, 2012, p. 17).

Frente ao contexto de globalização, no início do século 21, a escola começa a atender as necessidades e demandas que contemplem o mínimo de conhecimento para o desenvolvimento do aluno, enquanto cidadão, voltado para as demandas e necessidades criadas e pelo mercado de trabalho flexível e mundial. O mundo do trabalho, por sua vez, exige que o profissional seja passivo de adaptações nas formas mais distintas, uma vez que tal mercado segue tendências mundiais e globais. Ao encontro desta constatação, evidencia-se que a LDB, reforça tais afirmativas salientando que a educação deve estar vinculada “ao mundo do trabalho e a prática social”, ressaltando, também, que o artigo 1º estabelece que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Tais questões justificam e fomentam a inserção do serviço social na educação, pois, neste período, as creches municipais que até então eram mantidas por recursos advindos da Política de Assistência Social, passam a ser escolas de educação infantil, ficando sob responsabilidade financeira da Política de Educação, através do Ministério da Educação. Com o objetivo de reafirmar o que anteriormente foi dito, apresenta-se abaixo os artigos 29 e 30 da LDB:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Foi em meio ao desenvolvimento deste contexto que os profissionais de serviço social que já atuavam nas creches municipais deslocaram-se para a educação, contudo, o desenvolvimento de suas ações permaneceu sendo balizado pelas diretrizes da Política de Assistência Social. Desta forma, a partir da reestruturação da educação infantil, os assistentes sociais, passam a ser lotados nas Secretarias Municipais de Educação, onde puderam atuar diretamente no âmbito escolar

A partir do processo de democratização do acesso à escola pública que está materializada inicialmente através da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 6º menciona que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)”. E segue sendo reafirmado pela LDB, foram estes fatores que modificaram drasticamente o perfil do aluno que vai acessar a escola. Atualmente as classes menos favorecidas estão acessando aos bancos escolares o que incide diretamente no aumento e na diversificação de questões sociais.

Pode-se dizer que a escola é a reprodução da luta social de classes, ou seja, trata-se de uma instituição onde são trabalhados os conteúdos pedagógicos pautados pela realidade do contexto social vivenciado pela comunidade escolar, no intuito de desenvolver os valores sociais dos sujeitos. A escola deve ser capaz de preparar os sujeitos para a vida em sociedade. Neste sentido, salienta-se novamente a importância de se construir uma atuação que inclua a comunidade escolar (alunos, pais, professores, funcionários), com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares, do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, a fim de garantir o acesso outras perspectivas de vida para os alunos e seus familiares.

Para que seja possível que a escola desempenhe o seu papel como política pública, é necessário trabalhar no sentido do desenvolvimento do senso crítico do aluno, sem perder de vista a realidade social vivenciada pelo aluno, pela comunidade em que ele está inserido, sempre respeitando a realidade social, cultural e econômica dos alunos. E desta forma, tomar iniciativas de promoção da participação ativa da família no desenvolvimento dos processos pedagógicos da escola.

Salienta-se que o serviço social na educação, trabalha no sentido de construir ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, trabalhando em prol do desenvolvimento da cidadania e da emancipação dos sujeitos sociais. Tanto a escola, quanto o serviço social trabalham no sentido de possibilitar que os indivíduos se tornem conscientes dos seus atos e se tornem sujeitos da sua história.

Desse modo pode-se dizer que os profissionais educadores e os assistentes sociais trabalham frente a desafios que se complementam no sentido de que ambos trabalham em prol do desenvolvimento da autonomia do sujeito. Cabe ressaltar que a atuação do assistente social na escola, visa dar subsídios e auxiliar a escola e os profissionais atuantes na instituição a trabalhar com o enfrentamento das questões sociais, que são o objeto de trabalho do assistente social e que a escola não sabe como intervir.

O serviço social é uma profissão que possui um caráter educativo, com a finalidade de insurgir consciências, proporcionar novas discussões no sentido de trabalhar as relações interpessoais e em grupo.

Frente à fragilidade da política educacional brasileira, entende-se que é necessário a intervenção do Estado, no sentido de implementar políticas que trabalhem no sentido de proporcionar uma educação de qualidade, com um foco na forma com que os alunos aprendem, quais são as dificuldades encontradas; enfim, identificar os motivos para a intervenção de um assistente social no sentido de trabalhar as questões sociais.

Diante da realidade social que o Brasil se encontra, observa-se que em diversas situações, crianças, adolescentes e os próprios adultos têm os seus direitos violados, por vezes tais situações passam despercebidas no âmbito escolar, pois, não existe um olhar investigativo realizado por um profissional com preparo para trabalhar com tais questões. Assim, entende-se que o Assistente Social, enquanto profissional com formação técnica própria para trabalhar com as expressões da questão social, pode desenvolver sua atuação contexto escolar, com o objetivo de empoderar e fortalecer a autonomia das crianças e adolescentes e, também, das suas famílias. Neste sentido Faleiros explica que:

O fortalecimento da autonomia implica o *poder* viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências. [...] A capacitação para assumir e enfrentar a sobrevivência pode ser uma das mediações de fortalecimento dos sujeitos. [...] No processo de autonomia de crianças e adolescentes é preciso desenvolver mediações de uma relação e reação diante da correlação de forças que lhes é desfavorável, e que descamba, não raro, na violência (FALEIROS, 2011, p. 63).

Tal perspectiva salienta que o profissional de serviço social trabalha no sentido de estimular os sujeitos no âmbito escolar a refletirem acerca de sua realidade social, e desta forma sentem-se encorajados a promover a transformação da realidade, fazendo uso de um olhar atento e complexo sobre a questão. Ao encontro dessa constatação Amaro (2007), nos diz: “O olhar simplificado é um olhar redutor, marcado pela visão atomizada e atomizadora; caracteriza-se por praticar um isolamento mutilante dos fatores que compõem o fenômeno, além de retalhar a compreensão de sua totalidade (...)” (p. 36-37).

Assim, tendo a escola como um dos espaços de atuação do profissional assistente social, faz-se necessário destacar os seis primeiros princípios éticos fundamentais da profissão:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 1993, p. 23).

Se observarmos, tais princípios que regem a atuação do assistente social estabelecem critérios e segue em algumas direções, que são comuns ao processo educativo, como por exemplo, a defesa intransigente dos direitos humanos, desenvolvimento da autonomia e emancipação dos sujeitos.

Assim, conforme Amaro:

Dentro da especificidade do Serviço Social, o alicerce da ação profissional na escola contemporânea é, e será sempre a educação do cidadão. Nas pistas de Morin (2003), a educação para a cidadania deve ser uma educação contextualizada, multidimensional e complexa, por essas condições, revelada como uma ação potencializadora e emancipatória dos sujeitos nas diferentes instâncias da vida social e comunitária (2012, p. 104).

Neste sentido, justifica-se a necessidade do desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar entre professores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros, na Política de Educação. Atualmente existem alguns municípios brasileiros que possuem legislações específicas sobre a inserção dos assistentes sociais na escola, por vezes atrelados a atuações com equipes interdisciplinares, com a finalidade de garantir a permanência do aluno na escola, bem como a garantia de um direito social que é o acesso à educação.

Com o passar dos anos, pode-se observar, um crescente aumento no interesse dos assistentes sociais pela área da educação, em relação aos seus aspectos teóricos-metodológicos, seja com campo de pesquisa, ou como, possibilidades de intervenção. O que conforme Piana (2009) a referida área tornou-se uma crescente possibilidade para o desenvolvimento da atuação dos assistentes sociais, mesmo não se tratando de um campo novo de atuação para este profissional.

O Serviço Social vive hoje a expansão profissional por meio de novos espaços sócio-ocupacionais e a (re) inserção no cenário da política educacional tem revelado um grande desafio à profissão, pois aos assistentes sociais apresenta-se a necessidade de engajar-se nas instituições escolares, de elaborar e de implementar projetos de integração dos aspectos sociais e educacionais vividos pelos destinatários dessa política social, de inserir-se profundamente na dinâmica do conhecimento pedagógico e de suas legislações que marcaram a construção de políticas educacionais nesse país (PIANA, 2009, p. 142).

É evidente que na relação estabelecida entre o serviço social e a educação ocorreram inúmeras transformações ao longo dos anos, as mudanças políticas ocorridas e as perspectivas de intervenção. Esse tema ganhou os espaços de discussão relacionado às políticas de proteção social e no combate às questões de vulnerabilidade social, contudo, ainda necessita ser mais fortalecido, e discutir questões como prevenção de riscos sociais, sob uma perspectiva de proteção social, com vistas a viabilizar a garantia de acesso aos direitos básicos dos cidadãos, como a assistência social e a educação.

4 ACHADOS DO ESTUDO

Neste capítulo apresenta-se os achados da submersão ao *corpus* da pesquisa, sendo composto, especialmente, através das experiências vivenciadas pelos gestores e professores que atuam na realidade do sistema municipal de educação, neste caso a EMEF – Maria de Lourdes Ramos Castro. A construção das interlocuções entre o pesquisador, as narrativas e as referências são apresentadas a partir de quatro grandes dimensões:

- A “A” que se caracteriza pelas perspectivas dos gestores, relacionado a formação de professores sob uma perspectiva interdisciplinar, na educação, frente a uma realidade de vulnerabilidade social;
- A “B” que se caracteriza pelas perspectivas dos professores e coordenadores sobre formação de professores sob uma perspectiva interdisciplinar, e o conhecimento destes profissionais sobre rede socioassistencial;
- A “C” que se caracteriza por demonstrar qual o suporte prestado pelo CRAS – Leste, enquanto equipamento social que compõe a rede socioassistencial;
- A “D” que se caracteriza pela observação dos projetos que são desenvolvidos na EMEF – Maria de Lourdes Ramos Castro.

A fim de que seja possível o desenvolvimento da discussão acerca dos resultados obtidos, retoma-se as informações referentes as relações estabelecidas entre as categorias e subcategorias, com os objetivos e propósitos deste estudo, com o objetivo de apresentar as ideias e excertos obtidos através do uso das ferramentas metodológicas. Nesta seção, compreende-se tal retomada de informações como um passo de extrema importância, uma vez que facilita o estabelecimento de conexões com o objeto de pesquisa.

Com o objetivo de garantir o sigilo ético, preservando o anonimato dos participantes, bem como facilitar a compreensão do leitor, os profissionais que serão apresentados ao longo do texto, serão chamados de “entrevistada”, neste caso identificadas por letras do alfabeto, “A, B, C (...)”.

Em relação a análise documental, será apresentada a análise dos projetos sociais e de contraturno desenvolvidos na instituição. Apontar as Instituições sociais, ONG’s, Universidades, que prestam apoio através da realização destes.

4.1 A PERSPECTIVA DOS GESTORES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES FRENTE ÀS QUESTÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Nesta seção, apresenta-se a percepção dos gestores, por meio das entrevistas, direcionado ao núcleo dos objetivos específicos: - identificar “se e como ocorre” a articulação entre a escola e a rede socioassistencial; reconhecer a trajetória da escola na prevenção e enfrentamento da sua realidade socioeducacional; verificar com os profissionais da escola em questão como a atuação interdisciplinar pode contribuir para o desenvolvimento das práticas socioeducacionais no contexto escolar; reconhecer a importância da formação continuada, como fundamento para uma prática dialógica e assim, propor a discussão de um projeto socioeducacional compartilhado entre os profissionais da educação e o serviço social.”

Em relação ao referencial teórico, esta categoria se relaciona com os mais diferentes temas, por exemplo: formação de professores, formação continuada, trabalho interdisciplinar do assistente social na educação, rede socioassistencial, vulnerabilidade social.

Inicialmente, procurou-se compreender de que forma foi abordado ao longo da sua formação a perspectiva de trabalho interdisciplinar, através da seguinte pergunta: ao longo de sua formação, você trabalhou sob uma perspectiva interdisciplinar?

Inicialmente apresenta-se a definição do termo interdisciplinaridade, que começa a ser discutido por volta do século XIX, como a necessidade de se estabelecer um diálogo, entre os componentes curriculares. A subdivisão da educação em disciplinas, conforme apresentado anteriormente na presente dissertação, cria um distanciamento entre tais disciplinas o que acaba fragmentando o conhecimento. Ou seja, o aluno deixa de pensar nos temas de forma inter-relacionadas entre si e com seu contexto social

Desta forma, na visão de Fazenda (2005),

Interdisciplinar é uma palavra do século XX. A origem intelectual do conceito de interdisciplinaridade subjacente, no entanto, é muito mais antiga. [...] Com o passar do tempo, o processo geral de especialização na sociedade resultou em um número crescente de disciplinas e profissões distintas. Entretanto as ideias de unidade, integração e síntese persistem como valores filosóficos, sociais, educacionais e pessoais (p. 110).

Busca-se estabelecer uma relação entre as disciplinas, com vistas a um envolvimento, e comprometimento frente aos conhecimentos, a fim de desenvolver uma atuação com atitude interdisciplinar. Para que isso se efetive, há necessidade que ocorra uma mudança de pensamento por parte dos profissionais que atuam na área da educação, além da criação de novos projetos, pois se passa de um modelo unitário, fragmentado, de um ensino

compartimentado, para uma visão ampliada com a articulação de diversas áreas do conhecimento.

Assim, a entrevistada B, apresenta diretamente o desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar, no ensino de matemática. Através da divisão desta em pelo menos três disciplinas: a aritmética, que trabalha com os números; a geometria que vai trabalhar as formas e as suas propriedades; e a álgebra que vai trabalhar a parte mais complexa que compõe o ensino básico, que são as letras, monômios, polinômios e suas estruturas matemáticas.

Ainda sobre esta perspectiva interdisciplinar, a entrevistada B nos salienta sobre as dificuldades enfrentadas no ensino de matemática:

Então a minha tese, a minha ideia, com esse tempo de experiência que eu tenho, dando aula tanto no fundamental, como no ensino médio, é que parte da dificuldade de ensinar matemática e de aprender matemática é que ela é uma área que já trabalha interdisciplinarmente. Em algum momento eu preciso começar a fazer relações entre essas diferentes disciplinas da área da matemática. Se eu estou te ensinando apenas a aritmética, eu tenho um grau de complexidade, se eu estou ensinando apenas geometria eu tenho um grau de complexidade e se eu estou ensinando apenas álgebra, eu também tenho um grau de complexidade, um pouco maior que essas outras duas, mas próprio da álgebra. Só que chega um ponto, mesmo no Ensino Fundamental e de uma maneira especial no Ensino Médio, que essas três disciplinas começam a trabalhar juntas. (...) Um dos conceitos fundamentais do Ensino Médio em matemática, o conceito de função, é um conceito que é ao mesmo tempo aritmético, ao mesmo tempo geométrico e ao mesmo tempo algébrico. Então mesmo sem saber, mesmo sem os próprios professores e muito menos os alunos ou a escola, ter consciência, que aquilo são disciplinas diferentes trabalhando dentro de uma área, de fato é isso o que acontece. E em parte é um dos fatores de dificuldade, porque a aritmética, o trabalho com os números, tem suas próprias, seu próprio conjunto de axiomas de teoremas e de resultados, assim é a geometria e assim é a álgebra também. Só que quando tu trabalhas com tudo isso junto, é como se tu estivesse misturando diferentes universos pra entender um determinado conceito. Então, eu me sinto um professor, dentro da minha área evidentemente, com, vamos dizer assim, um trabalho incipiente interdisciplinar dentro da área, especialmente no Ensino Médio (Entrevistado B).

Desta forma, evidencia-se que a perspectiva de compreensão desta entrevistada, sobre um viés formativo, balizado por uma atuação interdisciplinar, se refere ao desenvolvimento das disciplinas que compõem o currículo escolar em cada uma das etapas que o representam. Sendo assim, se trata de trabalhar os conteúdos e as relações que se pode estabelecer entre as mais diferentes áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade apresenta uma visão global de ensino para articular a aprendizagem. Relacionado a disciplina de matemática, faz-se necessário romper com alguns

paradigmas impostos pela sociedade que foram constituídos historicamente. Atualmente, essa forma de perceber as disciplinas de forma compartimentada, que se desenvolvem isoladamente, está se transformando. Pode-se perceber que se pode desenvolver um processo de ensino aprendizagem mais completo e eficaz, ao se trabalhar com propostas interdisciplinares, e desta forma buscar desenvolver um ensino globalizado, que procura incluir todos os alunos, através de ponderações sobre questões presentes no cotidiano.

A entrevistada B apresentou apenas uma visão da matemática, que demonstra em sua constituição naturalmente tais subdivisões, entretanto, pode-se dizer que a relação da matemática com as mais diferentes áreas do conhecimento está explícita no dia-a-dia da sociedade, por exemplo, fazemos uso dos números matemáticos, para executar uma receita culinária, para ir ao mercado, bem como para organizar e calcular índices de vulnerabilidade social, assim como fazer uso da geografia ao abordar as questões de vulnerabilidade social a partir da visão de território.

Seguindo, apresenta-se a perspectiva da entrevistada A, sobre a questão 1 do questionário que se refere ao desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar ao longo do processo formativo. Ao encontro desta questão apresentada, a entrevistada ressalta que ao longo do processo formativo, foi conversado, abordado e discutido o tema em sala de aula, mas em relação a uma prática ao longo da formação não há relatos.

Entretanto ao desenvolver a sua atuação a entrevistada A relata que sempre procura atuar nesta direção. Salienta que com os anos iniciais é mais fácil trabalhar a partir desta perspectiva, uma vez que se aborda a perspectiva do ensino globalizado, e desta forma torna-se possível a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento.

(...) em meados de 2000, é até 2003, nós tivemos um projeto, e esse eu posso considerar um projeto interdisciplinar, da Educação de Jovens e Adultos, foi um trabalho muito interessante, era um grupo menor de (...) éramos só em oito professores e conseguimos trabalhar, dentro de um tema de matemática, conseguimos trabalhar a interdisciplinaridade nas diferentes áreas (...) além do que nós construímos no âmbito escolar, nós tínhamos a orientação da secretaria de educação, que também tinha um foco de um trabalho interdisciplinar (...) foi muito singular, (...) teve uma profundidade interdisciplinar, as disciplinas, os conteúdos, os conhecimentos eles se cruzaram muitas vezes, (...) foi bastante, porque, nós observávamos dois aspectos importantes, que o aluno, se sentia mais atraído pelo conhecimento e o professor, ele era provocado constantemente ao estudo (Entrevistada A).

A entrevistada afirma ainda que não é fácil desenvolver este tipo de proposta, pois é necessário ter bastante conhecimento e estar disposto a dividi-lo. Para que seja atingido o objetivo que é a atuação interdisciplinar.

Assim, pode-se observar a partir dos relatos que, a abordagem interdisciplinar está presente ao longo do processo formativo dos profissionais da educação, porém, trata-se de uma abordagem superficial sobre a temática. Entretanto, é necessário atender uma parte inerente ao processo de ensino e aprendizagem, em que os profissionais de áreas distintas do conhecimento necessitam estabelecer uma relação de trocar, informações, conhecimento, construir projetos, e em virtude desta necessidade consegue construir entre si propostas pedagógicas nesta direção.

Dando continuidade aos temas abordados nas entrevistas, foram feitas as seguintes perguntas sobre formação continuada e vulnerabilidade social na educação: qual a importância da formação continuada, frente às transformações sociais e às novas perspectivas de atuação na Educação? Que tipo de formação os profissionais da Educação recebem para atuar frente às questões de vulnerabilidade social que chegam até a escola através dos alunos?

Sobre esta questão, a entrevistada A nos diz que:

(...) se eu considerasse hoje um fator para a qualidade do ensino, esse seria o fator primeiro, a formação continuada. O professor ele tem que estar em constante aprendizado, em constante formação, em qualquer âmbito, pode ser no âmbito da escola. Paulo Freire dizia que nós podemos nos formar entre nós mesmos, não precisamos procurar grandes estudo fora do âmbito da escola, né, porque tu te forma pela própria experiência que tu tens, dividindo compartilhando (...) buscando juntos, também, eu acho que é uma forma muito interessante de manter, mas eu te diria que eu sinto a diferença de ficar parado um tempo (...) e de estar um tempo também em formação. (...) Eu acho que a formação continuada ela te alimenta de uma forma que tu enxerga a educação com os olhos abertos, que tu não ficas agarrado naquelas coisinhas, que a escola tem no seu dia-a-dia (...) (Entrevistada A).

Relacionado a esta questão é unânime a opinião, que ressalta a importância da formação continuada, para estar sempre atualizado e pronto para enfrentar as transformações ocorridas no seio da sociedade ano após ano. Aborda ainda sobre as formações generalizadas, sobre que sempre é possível obter alguma informação nova, algum aprendizado, mesmo que a formação não esteja diretamente ligada ao que se tem necessidade ou se deseja.

Salienta ainda que,

Eu acredito muito, que eu me torno uma pessoa diferente, o meu discurso é diferente a minha prática é diferente, o meu olhar é diferente quando eu estou em formação

(...) porque quando tu ficas muito tempo fora, tu ficas muito fechado a tudo, em tudo tu vês problema, em todas as coisas, que tu fizer. Bom, problemas a educação tem sempre (Entrevistada A).

Entretanto, a entrevistada demonstra que os próprios professores são resistentes as formações. Por vezes, não aceitam participar por já terem vencido a sua carga horária de trabalho, ou por não ser sobre um assunto que tenha interesse, neste sentido a entrevistada enfatiza, que é desta forma que os professores se tornam o que a sociedade enxerga professores ineficientes. E desta forma, sem uma formação continuada eficaz, com vistas a garantir um bom desenvolvimento de atuação, além de apresentar bons índices para a sociedade.

Salienta-se ainda que atualmente frente aos crescentes agravamentos dos índices de vulnerabilidade social a escola acaba tendo uma sobrecarga, ou seja,

(...) tu fazer a tua atuação como assistente social, de psicóloga, de médica, enfermeira etc. (...) a gente tem uma carga grande, mas, a gente passou a ser desvalorizado, porque os nossos resultados não são bons, tu entendes, e isso depende muito, sim depende da questão econômica, do país, do investimento que se faz em educação, depende das famílias. Mas o que determina mesmo, somos nós, dentro da nossa sala de aula, fazendo com que essas crianças aprendam (Entrevistada A).

Relacionado ao tipo de formação continuada que recebem para atuar frente as questões de vulnerabilidade social que chegam até a escola através dos alunos? A entrevistada A nos diz que, a maioria das formações são propostas por eles mesmos, e neste ano o que têm de inovador é a “Parada da Rede”. Entretanto, os relatos dos professores apontam que tais formações não são direcionadas às necessidades e interesses dos professores. Contudo, esta salienta ainda que entre eles, o acordo é que, os professores estarão liberados para a participação em eventos, congressos, seminários, das suas áreas de interesse, “(...) que não trazem aquilo que o professor precisa discutir, debater, se informar, para que melhore a atuação dele em sala de aula, e contribua de alguma forma”.

Ao encontro da atuação frente às vulnerabilidades sociais a escola conta com a execução de projetos, formações proporcionadas por instituições privadas, que buscam trabalhar na direção de formar os professores para o desenvolvimento de uma práxis mais dinâmica, compartilhada com vistas aos encaminhamentos a serem dados sobre as vulnerabilidades sociais.

Relacionado à questão da importância da formação continuada, a entrevistada B, nos evidencia que esta é de extrema importância, por uma necessidade inerente ao

desenvolvimento social, cultural dos sujeitos, e em especial, os profissionais que atuam na área da educação, que vão trabalhar ao longo dos anos com as mais diversas gerações. Desta forma, o desenvolvimento natural do ser humano exige uma atualização e serve aos professores e para os demais profissionais, a necessidade que os profissionais estejam buscando constante formação e atualização. Assim,

Fundamental, porque, quem trabalha com educação, trabalha com gerações que são diferentes daquela a qual ele pertence, e daquela que ele algum tempo atrás trabalhou. O nosso modo de vida, tem imprimido cada vez mais rapidamente e intensamente a produção de um novo tipo de ser humano, que está a cada ano aparecendo dentro das salas de aula. Que é o público com o qual tu lidas. São as mentes com as quais você tem que realizar um trabalho saudável, então se você não está estudando isso, o que que está acontecendo com as pessoas, quais são as novas demandas, que essas novas gerações trazem, a gente não tem como atendê-las (Entrevistada B).

Além, disso, entrevistada B, aborda sobre a questão da inteligência emocional, e o quanto o Brasil não lida com essa questão,

(...) a inteligência emocional é uma questão que a meu ver, nós no Brasil estamos vários passos atrás, por não nos darmos conta da importância que isso tem, especialmente com esse público jovem que gente vem lidando nos últimos, sei lá, 5, 10 anos, são demandas muito gritantes, e também muito gritante ver, que essa crise da inteligência ela tem raízes emocionais. Os conflitos dessa natureza, estão minando a nossa inteligência, a nossa capacidade de nos relacionarmos bem, de nos desenvolvermos, de nos sentirmos seguros, enfim. Então, isso faz parte da formação continuada. Se você não busca estudar, novas coisas, por exemplo, a neurociência, a questão da inteligência emocional, a questão da relação da emoção com o cérebro, influenciando nas áreas cognitivas, né, se você não estuda isso, se isso não faz parte necessariamente da tua formação inicial, tu ficas cego, pra o que está acontecendo. Então é fundamental, tem que continuar estudando. Às vezes, no meu caso, né, às vezes, tu não está estudando algo da tua área. Mas tu estás estudando algo sobre como produzir aprendizagem (Entrevistado B).

Neste sentido, sobre inteligência emocional, educação emocional, Casassus (2009, p. 134) salienta que: “(...) a Educação Emocional (...), não é apenas um caminho de aquisição de habilidades, mas uma educação de integração em que o professor e o aprendiz são a mesma pessoa”.

Então, pode-se dizer que esta se trata de uma nova visão educativa emocional, que leva em conta o clima emocional dos alunos em sala de aula. Ou seja, não funciona como autoajuda, mas busca transformar paradigmas, pois através dela, é possível conhecer o

universo emocional de cada um, a fim de buscar uma forma de proporcionar o bem-estar dos sujeitos, além de buscar uma melhor qualidade de vida.

Observa-se que a proposta metodológica da instituição em questão procura levar em conta o contexto social ao qual os alunos pertencem, e trabalhar a fim de possibilitar um melhor desenvolvimento aos alunos. Outra questão relevante a ser apontada é o fato de a escola abrir as portas para crianças a partir dos dois anos de idade. O que possibilita desde cedo, estar em contato com perspectivas diferentes sobre a vida, sonhos, pode ser uma alternativa ao desenvolvimento de uma realidade diferente daquela em que estão inseridos.

Seguindo, em relação ao tipo de formação os profissionais da educação recebem para atuar frente às questões de vulnerabilidade social que chegam até a escola através dos alunos. A entrevistada B, apresenta, de forma mais profunda a proposta pedagógica da instituição, baseada nas concepções de Casassus e na neurociência conforme pode-se observar abaixo:

Juan Casassus, um sociólogo Chileno, fez uma pesquisa em 12 países da América Latina, um estudo bem recente, relativamente recente, no início dos anos 2000, e chegou a uma conclusão muito significativa (...), na verdade a mais importante, é a seguinte, ele, procurou estudar, quais são os fatores que determinam a aprendizagem na América Latina. Ele dividiu em 30 fatores diferentes, esses 30 fatores, foram divididos em 2 grandes grupos, fatores externos a escola, fatores internos da escola (...). Então, externos: realidade socioeconômica, configuração familiar, o contexto, as coisas fora da escola; E fatores internos, como, a remuneração dos professores, o grau de formação, enfim, tudo isso. E eles chegam a uma conclusão, muito impactante, na qual nós acreditamos e a nossa proposta foi construída em parte em cima das ideias do Juan Casassus, por esse motivo. É o seguinte, os fatores internos, eles tem mais poder, para produzir aprendizagem, do que os fatores externos, ao contrário de uma lógica que vinha sendo seguida no nosso país. Então, a gente acredita nisso, e a gente segue isso, até porque se a escola, com o que ela tem dentro dela, especialmente a escola numa perspectiva como a nossa, inserida numa realidade socioeconômica como a nossa. Se essa escola não tem condições de por ela mesma proporcionar algum tipo de transformação, então ela não tem sentido, não tem sentido a escola, ou seja, se uma criança nasce numa determinada realidade socioeconômica, isso já determina como vai ser o futuro dela, a escola não tem sentido, entende, por que a escola não vai mudar a realidade socioeconômica dela, mas ela pode mudar ela, as perspectivas dela, o conhecimento dela, as aspirações dela, as condições dela (...) (Entrevistada B).

Além disso, a entrevistada B salienta que não significa fechar os olhos para os fatores externos, mas voltar as atenções para o que é viável fazer no âmbito escolar, através de ações na escola, por vezes, ações que incluem a família, ou seja,

(...) por muito tempo, se fortaleceu de maneira exagerada, se supervalorizou os atores externos à escola, e na minha opinião esse é um dos fatores do ensino no

Brasil, está muito aquém do que poderia estar. Nós ficamos olhando de mais lá para fora, para o que está acontecendo no macro, e esquecemos de fazer bem feito o dia-a-dia da escola. (...) Parece que ficou mais fácil, eu esperar que a sociedade inteira mude para que a escola fique melhor, e eu acredito exatamente no contrário, porque é a escola é que tem que ajudar a sociedade a ficar melhor (Entrevistada B).

É neste sentido, de procurar compreender as demandas do contexto social do aluno, que se almeja uma atuação interdisciplinar entre profissionais da educação e assistente social, para que em conjunto, se construam estratégias de inclusão dos alunos em vulnerabilidade social. Além de trabalhar da maneira compartilhada, ir na direção da construção de uma proposta pedagógica integral, composta por projetos, palestras, atividades no contraturno, além do encaminhamento a rede socioassistencial, ou até mesmo solucionar algumas demandas na instituição.

Isso não significa supervalorizar algo em detrimento de outra questão, mas procurar atender às duas questões tanto educacionais, quanto às demandas latentes ao contexto social no qual a escola está inserida. Pois, compreende-se que as demandas educacionais estão implicadas ao contexto social.

Dando continuidade, a fim de obter uma maior compreensão sobre os encaminhamentos e resoluções que são desenvolvidas na EMEF - Maria de Lourdes Ramos Castro, questionou-se sobre a compreensão que a escola tem sobre a questão social, e como são identificadas e encaminhadas tais questões. Para isso, apresentou-se como definição de questão social, a partir de Yamamoto, os problemas sociais que se originam da dicotomia produzida pelo modo de produção capitalista, que distribui as riquezas de maneira desigual, concentrando muito na mão de poucos. Assim, Yamamoto, nos diz:

Na direção analítica supra referida, a questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se, materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz, à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores resultados de uma pobreza produzida historicamente (e não naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2015, p. 125).

A partir desta compreensão, a entrevistada B, afirma perceber e compreender que o modo como a sociedade se organiza economicamente não é “perfeito, nem justo”, mas entende também que esse não é o único fator que ocasiona as questões sociais, quanto a essa perspectiva, esta diz:

(...) que na cultura brasileira se focou mais nos macros fatores, mas não que nós tenhamos que ser cegos a eles, entendeu? E nem acharmos que não precisamos fazer nada para influenciar numa estrutura maior do que aquela que diz respeito a gente como indivíduo, não acho isso, não me entenda errado, mas eu acho que nessa nossa postura de olhar de mais para o longe, nos esquecemos um pouco de olhar para cada um, pra o que eu posso fazer, pra minha vida mesmo, não para os outros, sabe? E é bem coerente isso que eu tô dizendo, com o que a escola é (...) a expressão disso, sim, sem dúvida o nosso modo de vida, o nosso modo de nos organizarmos economicamente, ele não é perfeito, não é o mais justo, não há menor dúvida né, foi a natureza humana que de certa forma, estabeleceu isso. Então, sim, precisamos pensar, sobre isso aí, provocar mudanças nisso, mas tem outras coisas que determinam o destino das pessoas, que estão mais próximas delas, tu entende? Estão mais próximas de decisões que elas mesmas podem tomar, elas não precisam que ninguém mude as vezes para que elas tenham uma vida melhor, por exemplo, dar valor ao estudo. Eu não preciso que o mundo mude para eu desenvolver pra eu desenvolver esse valor, (...) pra algumas pessoas é mais fácil, pra outras é mais difícil, porque, depende do histórico sem dúvida, da cultura na qual ela está inserida, mas a escola tem que ter esse papel, por exemplo, de agregar isso aos valores que uma pessoa cultiva pra si mesma. Eu acho que essa é uma luta poderosa (...) a gente tem que convencê-los de que, o conhecimento é um valor (...) que se aprimorar é um valor, e que todo o demais, a conquista de uma condição econômica melhor e assim por diante decorre disso (...) (Entrevistada B).

Sobre a compreensão da entrevistada A, ao dizer sobre o que a escola entende por questão social, como identificar e encaminha tais questões esta responde:

O que nós temos dentro da escola o reflexo do que é ali fora. Então aqui dentro está o social. E nós não podemos desenvolver uma proposta educativa que ela não esteja falando com o contexto da escola. Eu não posso desenvolver uma proposta educativa que não considere as demandas que são urgentes aqui (Entrevistada A).

Tal pensamento, de compreensão do professor acerca do aluno levando em conta o contexto social no qual está inserido, demonstra o quanto os profissionais desta escola buscam o comprometimento com uma visão mais complexa sobre todo o contexto no qual a escola está inserido e procura desenvolver as suas atuações baseado no projeto político pedagógico da escola e em parcerias com instituições de ensino, instituições privadas, desenvolvendo ações, projetos e atividades que estão na direção de trabalhar as demandas oriundas desta realidade.

É só assim que eu vou conseguir dar sentido ao ensino que eu estou oferecendo dentro do ambiente escolar. No momento que eu trago essas demandas, que eu relaciono as demandas com a prática pedagógica educativa eu vou fazer uma escola com mais sentido na vida dos nossos estudantes (Entrevistada A).

Na sequência, questionou-se sobre quais equipamentos da rede socioassistencial prestam suporte a escola? Sobre esta questão a entrevistada A é bastante direta:

Olha, eu vou te dizer o seguinte que não existe uma comunidade, uma região que funcione tão bem quanto essa (...) nós temos o CRAS aqui dentro, claro que a gente gostaria muito mais. Mas relacionado ao que a gente percebe nesta região eu acho extremamente positivo, por exemplo, essa família que estava aqui comigo é assistida pelo CRAS (...) nós temos aqui vários projetos desenvolvidos pelo CRAS que acontecem escola (Entrevistada A).

A entrevistada salienta ainda que, apesar de encontrar demora para acessar alguns serviços, recebe suporte, além do CRAS, do CREAS, CAPS, Conselho tutelar, além das ONG's e instituições que trabalham com projetos.

Assim,

Nós temos a presença desses órgãos dentro da escola, tem uma troca, tem um trabalho coletivo. Por exemplo, se eu chegar agora na unidade de saúde com uma criança, eu vou ter um atendimento privilegiado, porque eu sou da escola, sou a diretora que chega com a criança. (...) a gente tem que ir muito mais além do que a gente tem, mas o que a gente tem já está nos ajudando bastante, não fica só para escola. Porque a gente tem o balé, nós temos as oficinas lúdicas, nós temos a oficina com as mães, nós temos o futsal, tudo trazido pelo CRAS, nós temos uma orientação de prevenção de doenças com eles também. A unidade de saúde, o CAPS, temos também uma ligação direta, como eu te disse, a gente não consegue de um dia para o outro, mas a gente pelo menos tem essa conversa. Talvez devesse ser um serviço mais ágil, com uma amplitude maior, mas enfim, nos ajuda. O conselho tutelar nos ajuda, o CRAS, nos ajuda, o CRAS nos ajuda, às unidades básicas de saúde da região também nos ajuda muito, as universidades. É incrível o apoio que nós recebemos das Instituições de Ensino Superior, na questão da prevenção de doenças, de outras temáticas que são urgentes hoje e que são abordadas, a escola consegue, em portas abertas (Entrevistada A).

A partir dos relatos da entrevistada A, pode-se observar que a escola é bastante respaldada está disposta a trabalhar em conjunto, a desenvolver parcerias, inclusive com a rede socioassistencial, a fim de compor uma proposta que procure trabalhar na direção da resolução e encaminhamentos relativos às questões de vulnerabilidade social presentes na escola.

Seguindo, perguntou-se para a entrevistada B, quais são os equipamentos que compõem a rede socioassistencial prestam suporte a escola. Neste sentido, a entrevistada relatou que a escola conta com total apoio da rede socioassistencial, através de ações e oficinas desenvolvidas pelo CRAS – Leste, por meio da presença e atuação constante do

conselho tutelar, além dos projetos, desenvolvidos pelas instituições de ensino superior pertencente à cidade.

Figura 4 – Relação de atividades realizadas pelo CRAS - Leste

Oficina	Público	Dias	Horário	Local
GINÁSTICA	Idosos	3ª e 5ª	14h às 15h30	Maringá (Igreja)
GINÁSTICA	Idosos	3ª e 6ª	14h às 15h30	Barracão do TITO
FUTEBOL	Crianças e Adolescentes	2ª e 4ª	14h às 15h30	EMEF Maria de Lourdes Castro
CAPOEIRA	Adolescentes	4ª e 6ª	14h às 15h30	Creche Estação dos Ventos
DANÇA (Ballet)	Crianças e Adolescentes	2ª e 4ª	09h às 10h30	EMEF Maria de Lourdes Castro
ATIV. LÚDICAS	Crianças	4ª e 5ª	09:30 h às 11:00	Creche Estação dos Ventos
ATIV. LÚDICAS	Crianças	3ª e 5ª	14h às 15h30	EMEF Maria de Lourdes Castro
HIP HOP	Crianças e Adolescentes	2ª e 4ª	09h às 10h30	Creche Estação dos Ventos

Fonte: Facebook e CRAS Leste (2019).

Desta forma, pode-se observar, que o desenvolvimento das atividades da escola e o suporte prestados por um dos serviços que compõem a rede socioassistencial vão ao encontro da compreensão e trabalho na direção de encaminhamentos às demandas de vulnerabilidade social que se fazem presentes no âmbito escolar através do comportamento dos alunos. Destaca-se que além do CRAS, a escola conta com o apoio de outras entidades não governamentais, que prestam auxílio neste aspecto.

O fato de haver uma boa articulação com a rede socioassistencial, com a rede de saúde e com a própria comunidade, facilita e auxilia no desenvolvimento da atuação dos profissionais que atuam na área da educação no sentido de que, ter um profissional do serviço social atuando na instituição, iria diminuir a carga do professor, que atualmente recebe diretamente as demandas de vulnerabilidade social e de alguma forma têm que procurar compreender e incluir cada aluno e suas necessidades, sejam elas de qualquer ordem.

Conforme, entrevistada B, “cada profissional têm responsabilidades distintas e por mais que, a gente busque uma aproximação, uma comunicação, uma boa relação com as famílias tem coisas da dinâmica da relação das famílias que não têm como a escola interferir

diretamente.” Neste sentido a entrevistada afirma que contando com a atuação de profissionais de outras áreas do conhecimento, pode direcionar a sua atuação ao que realmente importa, que são as questões referentes ao conteúdo, e aos alunos. A entrevistada B, nos diz,

Que é justamente a instrumentalização emocional intelectual que ele precisa para buscar uma vida diferente. Esse é o nosso papel. A sociedade se organizou de uma forma que, não é perfeita evidentemente, onde cada instituição possui seu papel e a escola tem um papel, uma instituição como, (...) conselho tutelar ou qualquer outra, ele tem um papel na sociedade, um posto de saúde numa comunidade ele tem um papel, correto? Se a escola que é importante. Dentro de uma comunidade, assumir todos esses papéis, ela não vai fazer nenhum bem feito. Ela pode servir de centro de encaminhamento, de coleta de dados, de enfim, de encontro, de ações(...) eu tenho consciência de que a escola é um centro, mas ela não pode se sobrecarregar em função disso, ela precisa dessa ajuda, dessa rede para poder atender (...) porque senão, ela vai se desfocar (...) (Entrevistada B).

Seguindo, procurou-se abordar a questão relacionada a aproximação, e relação estabelecida entre a EMEF- Maria de Lurdes Ramos Castro e a comunidade local, que tipo de ações são realizadas para promover essa interlocução, entre professores, gestores, pais, alunos.

Desse modo, o desenvolvimento de uma aproximação com a comunidade com vistas ao desenvolvimento de um trabalho em conjunto com estes é de extrema importância. Pois, apenas aproximando a família da realidade escolar, fazendo com que participem, e assim compreendam a importância do que a escola está procurando fazer, que os pais se tornarão mais ativos e presentes no processo de ensino e aprendizagem dos seus filhos, compreendendo a importância da educação para o desenvolvimento e construção de uma realidade diferente do contexto no qual estão inseridos.

Ao encontro destas percepções a entrevistada B, logo afirma: “(...) a essência da proposta, é essa, é qualificar as interações, (...) às vezes não é o que tu fazes, e sim como tu faz. (...) especialmente se tratando de interação humana”.

No pouco tempo que a gente está aí, em todos esses aspectos que tu estas falando, dos alunos, a comunidade, aqui, interno mesmo, da gestão com os professores, com os outros profissionais da escola, sem dúvidas a gente tem consciência que, tu tens que primar, por isso, pelas relações (...) mas eu observo, nesse pouco tempo em praticamente todos esses aspectos aqui um resultado mais satisfatório (...) (Entrevistada B).

A fim de trabalhar esta ideia de aproximação entre a escola e a comunidade escolar, se possibilita de diversas formas, através do Grupo de mulheres desenvolvido pelo CRAS, de atividades comemorativas realizadas na escola, palestras, enfim, uma série de ações que buscam promover uma melhor interação.

Pode-se evidenciar a partir deste relato, é que a presente instituição procura desenvolver atividades e ações em parceria com instituições que compõem a rede socioassistencial, com as atenções voltadas as demandas da comunidade na qual está inserida. Pois, a escola procura acolher o aluno e sua família, e busca desenvolver atividades e ações que busquem uma maior participação da família na vida escolar do aluno.

Seguindo, a perspectiva da entrevistada A, sobre que tipo de “relação/interação da escola com a comunidade no entorno a escola) escola/ comunidade; escola/ profissionais da educação; professor / aluno; professor/ equipe diretiva; professor/família; professor/ comunidade;” Está nos diz que este se trata de uma construção lenta e diária. Que é possível observar a transformação ao longo dos anos aguardando aos alunos nas entradas dos turnos e *“cumprimentando a todos com bom dia, dia e até logo, até mais. Os primeiros olhares eram: o que que ela está querendo? (...) eu te diria que é um processo de caminhada, então, diria que a gente está construindo. Hoje eles nos beijam, apertam a mão”*.

Então realmente, nada mais é do que um processo de construção, de se conhecer, de estabelecer uma conexão, de conversar, para que seja possível uma melhor compreensão sobre o que a comunidade necessita, e de que forma a escola pode trabalhar nesta direção.

Contudo, a entrevistada A ainda destaca, que é preciso melhorar bastante, quando nos referimos a presenças dos pais ou responsáveis na escola, “no sentido de ajudar a fazer essa criança se apropriar desse conhecimento”, entretanto, apesar do pouco engajamento dos pais neste sentido pode-se dizer que a presença destes ainda é bastante significativa.

Além disto, a entrevistada A demonstra que é preciso se comunicar com a comunidade, no intuito de esclarecer as parcerias e sobre a importância sobretudo da parceria com as famílias. Assim,

Precisa (...) a comunidade entender que se a instituição não trabalhar em parceria, nenhum tem o êxito que nós esperamos, então há todo um processo ainda, e é tudo muito lento então a gente já vê bastante resultados positivos. Eu acho que a gente tem caminhando juntos. Disse uma mãe assim: Ah! Porque a senhora tem que pensar em murar a escola. Eu disse olha! Se eu ficar aqui mais alguns anos a minha tendência é derrubar a cerca, que nós temos. Porque vocês tem que entender que essa escola é de vocês que é patrimônio de vocês. Que é por aqui que os filhos de vocês vão aprender aquilo que tem de mais valioso no mundo, que é o domínio da leitura, da escrita, dos cálculos, conhecer a vida pelas palavras. Mas isso também é

um processo de mudança de cultura. A gente vai mudando as pessoas aos poucos. Eu acredito no meu trabalho. Porque eu tô fazendo por mim, não estou só fazendo por eles. Eu tô fazendo por uma sociedade em que eu vou ser a velha, que os meus filhos vão ser os velhos, que os meus netos vão ser os jovens. Então eu tenho consciência do meu compromisso não só porque eu sou professora, mas porque eu sou uma cidadã também. Então no momento em que as pessoas se derem conta de que tudo o que tu estas fazendo tu estas fazendo para ti. Antes de fazer para o outro, elas mudam a atitude. Passam a olhar diferente, elas estão mudando o contexto em que elas vivem (Entrevistada A).

A reflexão da entrevistada A, apresentada anteriormente, aponta uma série de questões pertinentes acerca da construção de uma parceria entre a escola e a comunidade a materialização do estabelecimento de uma conexão, salientando que a escola pode ser vista como um local de libertação, de transformação da realidade, uma “mudança de cultura”, sobre uma mudança de atitude.

Além disso a entrevistada salienta que cada sujeito é responsável por suas ações e que tais ações podem ser responsáveis por transformar contextos. Por isso, compreende a necessidade do desenvolvimento de uma práxis inclusiva, através da Educação Emocional, que procura encaminhar as demandas tanto dos alunos quanto das famílias, através do suporte prestado pela rede socioassistencial. Pode-se dizer que é uma articulação de extrema relevância relacionado às Políticas Públicas. Além desta relevância, esta apresenta resultados positivos, como a participação ativa das mulheres nos encontros propostos, o que possibilita uma melhor interação entre os moradores da referida localidade.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE UMA FORMAÇÃO A RESPEITO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

A finalidade central das questões é atingir os objetivos específicos, que posteriormente vão possibilitar a reflexão que se busca na questão principal de pesquisa e objetivo geral, discorrendo aqui a compreensão dos professores da escola em questão.

Assim, foram pensadas quatro questões que contemplassem as informações necessárias, quanto a formação sob uma perspectiva interdisciplinar, a respeito da vulnerabilidade social e sobre o conhecimento que os profissionais da educação têm sobre rede socioassistencial.

Ao encontro disso apresentam-se as duas primeiras perguntas realizadas com os seguintes entrevistados, C, D e E. Evidencia-se ainda que a Entrevistada F que estava prevista para compor 4 entrevistados nesta sessão, acabou não participando da entrevista em virtude

do volume de trabalho e atribuições que esta desenvolve. Assim, seguimos com as perguntas: ao longo de sua formação foi abordado o tema interdisciplinaridade? Você já trabalhou sob uma perspectiva interdisciplinar?

Salienta-se que as entrevistadas deste item possuem formações em diferentes áreas, além de atuar em outras instituições de ensino, quais sejam: uma entrevistada é formada em pedagogia, esta atua na instituição a dois anos, trabalha 40h semanais os com alunos do maternal II até os anos iniciais. A outra entrevistada, é formada em bacharelado e licenciatura em Artes Visuais, possui especialização em mídias da educação, atua na EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro e em uma escola privada do município, no caso da escola em questão, seguindo, a penúltima entrevistada desta sessão, atua com alunos do primeiro ao nono ano. E, por fim, a entrevistada, é formada em pedagogia, trabalha na instituição desde o início das atividades, atualmente está na função de coordenadora pedagógica da educação infantil até os anos iniciais.

Relacionado a primeira pergunta, que busca abordar a questão da interdisciplinaridade ao longo do processo formativo, fica evidente, a questão trazida na seção anterior, de que a primeira direção que toma relacionado a este tema, é o fato de as disciplinas trabalharem em conjunto, conforme pode-se observar nos relatos da entrevistada C,

Sim, abordamos a perspectiva interdisciplinar, o tempo todo. Bem abordado, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e pluridisciplinaridade, todos esses termos (...) bem abordados durante a formação (...) talvez não tão aprofundado né, porque a gente estudou mais o que seria (...) a teoria assim, mas a gente buscou durante os estágios, porque na UFN a gente tem 5 estágios, e durante os estágios sempre nos foi solicitado isso, nos foi cobrado isso, então a gente sempre procurou trabalhar nessa linha (Entrevistada C).

Quando questionada se esta percebe esta articulação entre os profissionais da escola em questão, a entrevistada C, nos salienta que,

Buscamos sempre, eu acho que é bem tranquilo e aqui eu percebo. Só que assim também. Eu tenho duas realidades. Eu tenho turma de maternal e eu tenho turma de segundo ano. Só que. Com certeza, com crianças maiores é mais fácil transitar, assim né. Mas dentro do maternal e todos, porque, a gente tem que ver eles como seres humanos, como cidadãos né, que estão naquela sociedade, que eles estão inclusos ali nessa comunidade e a gente tenta trabalhar sempre nessa área só que, ao mesmo tempo eu não sei se a gente consegue um resultado assim, como é que eu vou te dizer (...) é expressivo, e não ocorre a curto prazo também (Entrevistada C).

É possível observar que a intenção relacionada ao desenvolvimento de uma atuação, sob uma perspectiva interdisciplinar, com viés de inclusão, sempre procurando trabalhar com

as atenções voltadas às demandas dos alunos além sociais, uma vez que compreendem que para obter bons resultados dentro de sala de aula, é necessário acolher a família e suas demandas; e neste sentido, a escola está sempre de portas abertas.

Na sequência foi perguntado sobre o que muda, relacionado ao perfil do aluno, quando se busca trabalhar com os alunos a partir dos dois anos de idade,

Dois e três anos. Alguns fecham quatro anos. Porque tem que ter 4 para entrar no pré. Quem não tem 4 em março fica comigo até o final (...) até foi um desafio novo trabalhar com o maternal, mas eu amo, trabalhar com eles, porque a gente vê que (...) vai construindo aquele processo junto com eles, eles vão se moldando, entre aspas assim, já dentro daquela linha, daquele pensamento. A gente tenta já, desde pequenininho assim, mostrar para eles o que é bom, o que não é tão bom. O cuidado que a gente tem que ter, porque eu foco com eles assim, o cuidado que eles têm que ter consigo mesmos e com os coleguinhas, né. (...) a gente trabalhar, eu poder trabalhar com eles nessa faixa etária, porque eu vejo que eles já estão se constituindo, se formando enquanto cidadãos, desde pequenininhos (...) eu acho maravilhoso, eu não me vejo assim, trabalhando com crianças maiores, por exemplo, os anos finais, porque daí eles já chegaram aqui (...) é, já tem uma formação, um entendimento que já é mais difícil para a gente.. Os pequenininhos não. E a gente tem muito apoio das famílias aqui um envolvimento (...) elas querem isso, então a gente sente o apoio, qualquer necessidade que a gente perceba assim de falar com a família, elas vem, elas se abrem elas conversam com a gente. Porque às vezes elas precisam de alguma ajuda (...) (Entrevistada C).

É perceptível, que o empenho dos profissionais que atuam na referida escola, vai ao encontro de uma construção de proposta interdisciplinar, que busca incluir todo e qualquer aluno independente da sua localidade, da sua demanda, enfim, atendem e recebem todos os alunos dispensando a devida atenção.

Além disso, a proposta pedagógica da instituição vai na direção da construção de um sentimento de pertencimento quanto ao local onde moram, quanto a escola onde estudam: “(...)você já pararam para pensar que a escola é de vocês, a escola não é nossa, de quem trabalha aqui (...)” (Entrevistada C). Isso se justifica pela necessidade de ser trabalhado sobre esse tema, uma vez que a região, possui um histórico de composição⁵³ que não foi muito favorável aos novos residenciais que foram localizados no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon.

⁵³ Lembra-se que o bairro Diácono João Luiz Pozzobon, local onde foram construídos os residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, foi estabelecido no entorno ao bairro Maringá que também é um loteamento oriundo de uma política habitacional de uma outra época, entretanto, o que destoa e causa desconforto e prejuízo para os moradores desta região é a diferença de recursos e infraestrutura básica entre os residenciais. Uma vez que os residenciais do Programa MCMV, possuem as ruas calçadas, paradas de ônibus, enquanto as ruas do loteamento Maringá são de chão batido e o ônibus não passa pelas ruas dentro do bairro.

Evidencia-se que ao estabelecer que a referida região iria receber três novos residenciais pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, poderia ter sido investido em infraestrutura na região, uma vez que já havia um loteamento habitacional, o da vila Maringá, pertencente a outro programa habitacional, que apresenta as formulações da época em que fora construído, ou seja, possui ruas sem calçamento, pouca infraestrutura, diferente dos residenciais Zilda Arns, Dom Ivo Lorscheiter, Leonel Brizola que em seu planejamento contava com as ruas calçadas, equipamentos de uso comum (centro comunitário, quiosques de convivência), além contar com a construção de dois equipamentos sociais (a UBS – São Francisco e a EMEF- Maria de Lourdes Ramos Castro).

Tais questões, iniciaram um desconforto entre os próprios moradores da região, o que ocasionou a destruição dos quiosques de convivência do residencial Zilda Arns e Dom Ivo Lorscheiter e a Escola durante o processo de finalização da construção do residencial Leonel Brizola (onde a escola está localizada), foi depredada, e invadida pelos moradores da região. Neste sentido pode-se identificar que as desigualdades de condições e acesso aos mínimos sociais, causa um agravamento nas questões de vulnerabilidade social.

Além disso a entrevistada C, nos relata que houve a necessidade de trabalhar com os alunos, questões relacionadas ao sentimento de pertencimento

(...) questão do cuidado, porque tinha, teve muitos problemas, assim de quebrarem de não cuidarem, daí a gente vê que não se importavam, daí eu trabalhei muito isso com eles (...) de quem é a escola? Foi construída pra quem? É de vocês, né! Então porque que não vão cuidar (...) é uma coisa que tem que ficar, é uma coisa da comunidade, é daqui, de quem está aqui, então eles não tinham esse sentimento, este pensamento dessa escola. É como se fosse uma coisa distante deles, porque eles veem como se eles não fizessem parte. Então isso eu trabalho bastante, com só pequeninhos também a gente pode ir iniciando isso também (...) para eles terem esse entendimento. Mas eu vejo a importância disso (Entrevistada C).

Abordando ainda sobre as questões referentes às relações estabelecidas entre os moradores, e a escola, e a UBS, questionou-se sobre a influência que o trabalho desenvolvido na escola com os alunos exerce sobre os pais, neste sentido a entrevistada nos evidenciou que:

Sim! E como eu percebi a mudança nas famílias, desde que eu as conheci. Porque primeiro parece que assim, que algumas famílias têm aquele (...) não é uma aceitação tão boa, no início, porque parece que tem medo que a gente vá cobrar alguma coisa, sabe, que eles não têm condições, que a gente vai julgar. Então, quando eles veem que não é isso, que a gente tá aqui para ajudar, pra apoiar, daí parece que relaxa (...) e, é, isso que é interessante, então a gente percebe muito (...) pessoas que de início já não chegavam para conversar e agora já se sentem à vontade, chegam conversam, sorriem, vêm e brincam com a gente. Quando tem as

atividades aqui para as famílias, a gente chama as famílias, como eles gostam, nessa última que a gente teve agora eu percebi, a alegria neles, sabe, o prazer que eles têm de vir para dentro da escola de chamar os outros. - Vem, vem conosco, para ti ver e conhecer como é bom!! (...) (Entrevistada C).

Destaca-se, que é indissociável a maneira de se comportar de um aluno dentro de sala de aula, do contexto social no qual está inserido, por este motivo, justifica-se a necessidade de um estreitamento ainda maior na relação estabelecida com a rede socioassistencial. Para que cada vez mais se desenvolvam ações na direção de amenizar as questões de vulnerabilidade social das famílias, e possibilitar uma melhor qualidade no processo de ensino/aprendizagem dos alunos, além de proporcionar o desenvolvimento da autonomia e segurança, para buscar outras formas de perceber sua realidade e construção de vida social.

Dando continuidade, sobre esta mesma questão, a entrevistada D, possui uma outra visão, que parte da perspectiva de atuação entre os professores e as disciplinas nas escolas. Assim, a entrevistada D nos diz, que sobre este assunto:

Sempre foi falado, em todas as escolas onde eu trabalhei isso sempre foi abordado, poucas vezes eu realmente vi realmente acontecer (...) na semana passada, na formação eu estava falando de uma experiência que eu tive agora, na outra escola, que eu trabalho. Na escola com ensino médio, onde realmente foi a primeira vez assim que eu posso dizer, que aconteceu um trabalho interdisciplinar. E aconteceu assim, sem, sem ser forçado, mas foi um trabalho que fazia três anos que eu e o professor de inglês tínhamos vontade, desejo de fazer, um trabalho sobre os povos originários. E aí cada um de nós, elegeu os povos originários desde a América do Norte até a América do Sul, dividimos todas as séries em grupos (...) e eles tinham que realizar uma pesquisa que foi apresentada em banners, são alunos da 2º série do ensino médio (...) aí, eles fizeram réplicas dos objetos culturais desses povos, enfim, foi um trabalho que surgiu sem nenhuma coordenação pedir, sem escola pedir, surgiu da nossa vontade, minha e do outro professor (...) por uma afinidade que a gente criou ao longo desses anos (...) 6 anos que a gente trabalha junto, então por afinidade, e na verdade todo o trabalho foi pensado em momentos informais entre eu e ele assim, ou seja, sair para almoçar juntos, saí pra tomar um chopinho e aí a gente começa a brincar com essa ideia (...) eu falo sempre que foi meio como um processo criativo, porque, como eu sou, me considero escultora, também, porque (...) eu tenho essa vida dupla, assim de produzir arte e trabalhar com a arte e a educação (...) então eu considero que esse trabalho, foi (...) como eu trabalho no campo da arte, porque, um projeto artístico não surge, assim, vamos sentar numa mesa, burocrática e criar um trabalho artístico. Não, ele vai surgindo no teu cotidiano, conforme tu tens afeto, conforme tu tens vontade, conforme tu te pré-dispõe, e esse trabalho surgiu bem assim, está sendo, ainda está exposto lá na escola (Entrevistada D).

Observa-se a partir da fala da referida entrevistada, que ela está sempre em busca de desenvolver uma ação, ou até pode-se dizer que, a sua atuação é pautada pelo trabalho

interdisciplinar, pois, consegue perceber uma maior eficácia no desenvolvimento do fazer profissional do professor, uma vez que os processos que fazem parte dos projetos pedagógicos das escolas são gestados, construídos e executados em conjunto, procuram compreender e desenvolver ações com o foco direcionado às necessidades dos alunos. Assim, observa-se também que a entrevistada D, responde a segunda pergunta da entrevista, sobre já ter trabalhado sob uma perspectiva interdisciplinar.

Seguindo, a entrevistada E, relata, que ao longo do seu processo formativo, alguns professores trabalharam nessa direção, “(...) inclusive, nós temos no curso de Pedagogia, nós temos uma disciplina que trabalha nessa perspectiva, trabalhava na época (...)”. Conforme nos diz a entrevistada, havia uma disciplina chamada Práticas Educativas (PED) onde, a ideia era reunir professores de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de desenvolver um planejamento de atividades com uma perspectiva interdisciplinar, onde seriam interligados os conhecimentos teóricos e práticos, e, posteriormente, aplicá-los no ambiente escolar, como um laboratório de estudos.

A entrevistada D relata ainda que a disciplina “não funcionava muito bem”, pois, eram realizados encontros onde se construía uma proposta interdisciplinar, entretanto, não se chegou a ir a campo com os projetos. Além disso, a entrevistada salientou que a disciplina ocorre até o sexto semestre do curso contendo uma carga horária bastante extensa. Além disso, esta aponta para uma reformulação curricular do curso de pedagogia, e que atualmente possui duas alunas desenvolvendo atividades ao encontro da perspectiva interdisciplinar.

Seguindo com as questões, perguntou-se sobre, que tipo de formação os profissionais da Educação recebem para atuar frente às questões de vulnerabilidade social que chegam até a escola através dos alunos?

Quanto a esta questão a entrevistada E, relatou, que ao longo da sua formação, não lembra de ter trabalhado sobre o tema vulnerabilidade social. Dando continuidade, questionou-se sobre as formações desenvolvidas nas férias. Neste sentido a entrevistada ressaltou que:

As nossas formações acontecem (...) nesse ano estão acontecendo pela SMED, daí é uma vez por mês, nós temos ações, (...) um dia do mês nós paramos (...) é a parada da rede Municipal que é chamado (...) num turno, fica a cargo da escola essas formações e o outro turno fica a cargo da SMED, daí eles abordam temas diversos e na verdade (...) são, por modalidades (...) a creche fica separado da pré-escola, dos anos iniciais e dos anos finais e daí em cada uma dessas formações aborda um tema diferente (...) e que é pertinente aquela área, sobre a BNCC (...) da creche, que eu tenho participado, são mais relatos de experiência, mas que não são abordos temas da vulnerabilidade social” (Entrevistada E).

Observa-se, a partir deste relato, que a questão da vulnerabilidade social, não é uma pauta pertinente às formações no âmbito da educação, seja ela abordada sob uma ótica estrutural, seja falando sob os impactos que causam ao processo de ensino/aprendizagem dos alunos, isso se justifica, pelo excesso de demandas no cotidiano. Entretanto, quando questionada sobre se sente necessidade de abordar essa pauta a entrevistada responde:

Com certeza, porque até porque nós estamos no ambiente, né de vulnerabilidade social e é muito importante, é um tema pertinente, que deveria ser abordado tanto na academia quanto na nossa prática, né? É extremamente importante, só que nós não realmente não, recebemos esse tipo de preparo nós não recebemos (...) (Entrevistada E).

Seguindo questionou-se a entrevistada, acerca de sua percepção sobre o que mudaria a partir da atuação de outros profissionais como por exemplo, o assistente social, psicólogo, a mesma relatou que,

(...) isso faz toda diferença (...) porque são profissionais que vão nos ajudar e nos auxiliar em questões que, muitas vezes, a escola não consegue alcançar; muitas vezes, ficamos de mãos atadas. Tem determinadas situações que a gente não consegue dar conta (...) infelizmente eu acho que o papel do profissional, do serviço social e outros profissionais, que formam essa rede que ajudam (...) fazem toda a diferença; (...) nós temos inclusive muitos alunos aqui, que almoçam na escola, que vem aqui na escola, no horário do almoço porque não tem o que comer em casa. As famílias não tem, e aí a escola acaba fazendo um trabalho (...) assistencialista, mas que ajuda, porque imagina, uma criança chegar na escola, o que que ela vai aprender o que vai conseguir se concentrar se ela estiver com fome (...) então esse trabalho, a gente faz bastante e o legal, é que nós temos muitos parceiros que nos ajudam também com donativos, muitas vezes final do ano, recebemos tanto, tanto (...) muitas doações; sabe que chegou a sobrar, que não demos conta de entregar tudo! (...) é bem importante esse trabalho (...), para uma realidade que, muitas vezes a gente sabe, eles não têm o que comer, não tem o que vestir (...) tem muitos pais que chega o início do ano e dizem: - ah!, não vou poder trazer na primeira semana porque não tem o material, daí a gente sempre dá um jeito consegue daqui, dali; consegue dos parceiros ajuda, e vai, vai, vai fazendo esse trabalho, com eles (Entrevistada E).

A partir dos relatos apresentados, evidencia-se que a escola atua nas mais diferentes frentes de atuação, e que neste sentido necessita do suporte, conhecimento e da atuação de outros profissionais, de outras áreas do conhecimento, para auxiliar no atendimento às demandas apresentadas pelos alunos. Pois salienta-se que o professor acaba sendo sobrecarregado com as questões sociais e não consegue trabalhar com as perspectivas de ensino e de aprendizagem para atender as necessidades educacionais do aluno.

Por este motivo acredita-se que a atuação de uma equipe de profissionais técnicos especializados como (assistentes sociais, psicólogos, educadores especiais, terapeutas ocupacionais), para em conjunto construir propostas de formação entre estes profissionais da atuantes na educação para um melhor atendimento às necessidades trazidas pelos alunos.

Ao encontro disso a entrevistada E nos diz que,

A eu acho que são de extrema importância, acho que, deve compor tanto currículo na universidade; quando a gente tem que estar se atualizando, buscando conhecimento em relação a isso. Porque como eu falei, a gente não vê muito nas formações sobre esse tema também, mas eu acho que é de extrema importância a gente ir atrás e procurar, estar informados sobre isso com certeza. Porque é o que está na nossa realidade, vivenciamos diariamente. Para que possamos estar preparados para atuar com esses alunos, com essas crianças, com essa realidade. Precisamos saber, com certeza (Entrevistada E).

Na sequência, apresenta-se a percepção da entrevistada C sobre que tipo de formação os profissionais da Educação recebem para atuar frente as questões de vulnerabilidade social que chegam até a escola através dos alunos. É perceptível o pouco conhecimento sobre o termo vulnerabilidade social, pois, esta vai relatando sobre o suporte prestado pela UBS, “(...) a gente tem o pessoal do PSE, eu não entendo muito pra explicar (...) tem o pessoal da enfermagem, tem o pessoal da Odonto! Tem também o pessoal da UFN que participa” (Entrevistada C).

Assim, após um melhor detalhamento sobre o que é vulnerabilidade social, direcionou-se a pergunta à formação, reuniões de equipe, formação continuada, com vistas às questões de vulnerabilidade social. Ao encontro desta questão, a entrevistada C, relatou que,

Sim, a gente sempre tem um espaço para conversar e falar das nossas necessidades. A gente vive coisas dentro de sala de aula, que a gente precisa passar adiante as vezes a gente precisa de uma ajuda também. Porque as vezes tu não sabes ao certo exatamente como agir em determinada situação. Às vezes a gente precisa de um apoio. Mas a gente sempre tem esse espaço para conversar, para se ajudar, para buscar a melhor solução para cada caso (Entrevistada C).

Observa-se, em uma visão macro em relação a formação inicial e formação continuada de professores, que as questões de vulnerabilidade social não chegam nem a ser pauta destas ações. Entretanto, numa visão micro, em um caso específico, em uma escola com caráter comunitário, a gestão e a própria equipe docente, para e volta as suas atenções para as demandas apresentadas pelos alunos, e compreende que esse olhar sensível ao contexto no

qual os alunos estão inserido é importante para o desenvolvimento deles e da proposta pedagógica a qual a instituição se propõe.

Quando questionada sobre a questão da formação, seja ela pregressa, ou na formação continuada, se recebem ou não formação para atuar frente às questões de vulnerabilidade social que chegam até a escola através dos alunos, a entrevistada D responde:

Não muito. A minha formação sim, eu sou, enfim, eu zelo pela minha formação continuada e que foi que eu te falei, dentro da minha área, da arte, como eu trabalho com escultura, participo de eventos e tal, então uma coisa vai levando a outra, assim, eu não consigo desvincular essa produção artística, que é sim uma formação, porque, aí eu acabo viajando, conhecendo outros lugares e trazendo essa experiência pra sala de aula. Nesse sentido, a minha formação, assim, eu a levo muito a sério (...), mas dentro de questões de vulnerabilidade, eu sou nova no município, então assim, o que eu posso te dizer é que foram poucas as formações que eu participei pra te responder com certeza, assim (Entrevistada D).

Além destes relatos, a entrevistada D, expõe ainda sobre sua dificuldade em participar das formações que são propostas pela mantenedora, o Ministério da Educação

(...) eu tenho sempre um pé atrás com as formações que vem, sabe, generalizadas (...) então assim, porque, eu já acho que é uma questão (...) lógico, nesse sentido da questão da vulnerabilidade, sim, teria que ter uma situação mais efetiva, enfim, mais prática. Não... São sempre formações assim, que (...) às vezes não interessa, não, eu acho que cada indivíduo depois que ele é um indivíduo já graduado, ele tem que, por autonomia, como profissional, buscar a sua formação (...) então, eu vejo as formações (...) eu tô te falando das formações não diretamente para as questões de vulnerabilidade, mas sempre vejo mais interessante que tu permita, que o profissional possa fazer aquilo que ele deseja como formação, entendeu? Que tu liberes, enfim (...) do que tu, às vezes, contratar essa formação que vem pra todo mundo igual, enfim (...), muitas vezes, não atende a necessidade de cada aluno! Mas é importante sim, se discutir, é importante pensar, que não é uma escola qualquer, que não é uma comunidade qualquer (Entrevistada D).

Além disso, esta ressalta que entre os colegas, na EMEF – Maria de Lourdes Ramos Castro, “(...) nas reuniões, nas reuniões pedagógicas, a gente fala das questões dos alunos, a gente conversa, enfim, trabalha alguns textos”. (Entrevistada D) Observa-se que de alguma forma a equipe está sempre procurando discutir resoluções que viabilizem o aprimoramento do processo de ensino/aprendizagem dos alunos.

Seguindo, a entrevistada D, relata:

Acho que muito mais que formação (...) é dar suporte para isso. Eu acho que tem algumas coisas que fazem falta ainda, de como trabalhar com essa vulnerabilidade, acho que é muito mais esse suporte assim. Às vezes eu vejo, por exemplo, situações

que vão para o conselho tutelar, e não acontece nada, ou coisas assim entendeu, é esse suporte que falta, eu acho que seria (...) (Entrevistada D).

A partir desta fala, da entrevistada D, observa-se que ela sente a necessidade de mais resoluções sobre as demandas que são encaminhadas aos equipamentos que compõem a rede socioassistencial. Desta forma inicia-se a análise a última pergunta, que se refere ao conhecimento e o entendimento de cada um sobre o que é rede socioassistencial.

(...) mesmo dentro da escola sabe, é uma escola com uma, um nível. De uma comunidade com um nível de violência tão grande e a gente acaba (...) um grupo gigante de alunos em sala de aula (...) e as crianças refletem essa violência da comunidade, ou essa falta (...) essa falta de trato. Porque, é como eles são tratados, a gente sabe que algumas crianças aqui são tratadas só aos gritos, ao empurrão, ao saí daqui, e eles vem e reproduzem isso dentro da sala de aula, e aí quando tu tens 30 crianças, 35 crianças pequenas reproduzindo isso, então como que tu ages (...) e ainda tu tens uma criança autista junto, sabe, eu acho que é muito mais nesse sentido assim, da estrutura de trabalho (...) de ver que é uma comunidade que realmente precisa de uma atenção diferenciada, que tu não pode, fazer como eu faço na escola privada. Que as crianças têm toda uma estrutura de casa, porque aqui não (...) (Entrevistada D).

Outra questão apontada pela entrevistada D é o fato de, por vezes, haver falta de professor: “(...) nós estamos desde o início do ano sem professor de história. Então são todas coisinhas assim (...) estar sem professor nos anos iniciais, pois a prefeitura não mandou, em uma das turmas, então...”. Pode-se observar que tais fatores acentuam ainda mais as dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Entretanto, direcionado a articulação com a rede socioassistencial é o que mais auxilia para o bom desenvolvimento das atividades na escola.

Apresenta-se, então, as perspectivas da entrevistada C sobre rede socioassistencial. Inicialmente esta não sabia do que se tratava: “(...) não tenho muito conhecimento não”. A partir desta informação, explicou-se que a rede socioassistencial é composta por Organizações Governamentais, CREAS, CRAS, CAPS. O CRAS é o Centro de Referência de Assistência Social, CREAS é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social, CAPS é Centro de Atendimento Psicossocial, e Organizações Não Governamentais. Além disso, salientou-se que a escola neste sentido, é bastante respaldada, pelos relatos obtidos anteriormente, onde foi exemplificado que a escola conta com a presença ativa do Conselho Tutelar, do CRAS, através de encaminhamentos, das oficinas e dos grupos de convivência.

Neste sentido ressaltou-se a importância a atuação de outros profissionais junto a escola, através da articulação que já existe com a rede socioassistencial, a instituição já

consegue desenvolver esse trabalho em conjunto. Sendo assim, a entrevistada C complementa dizendo que: “(...) isso facilita muito (...) isso facilita o nosso trabalho e é gratificante para as crianças, para as famílias, para todo mundo, todo mundo se sente melhor.” Além disso, a entrevistada C salienta que: “(...) eles sentem que aqui eles têm apoio, se tem alguma necessidade a escola vai atender, se as famílias têm algum problema, alguma necessidade, a escola vai buscar uma solução, um apoio nessa rede” (Entrevistada C).

A entrevistada ainda nos salienta o quanto as questões de vulnerabilidade social refletem nas práticas cotidianas na escola, e o quanto é importante estar sempre em busca de formação e de auxílio através da rede socioassistencial.

É que isso são questões que estão sempre refletindo na nossa prática, sempre vão estar presentes, no nosso dia-a-dia, então a gente precisa sempre estar buscando. Preciso de um auxílio, uma ajuda, porque sozinhos, bem isso, sozinhos, ninguém consegue; então é fundamental para nós este apoio, esse conhecimento, pessoas que venham e conversem conosco. Para termos um respaldo para poder conversar com os estudantes, a gente tem que ter um preparo para isso. Eu acho isso fundamental para a nossa prática, sem essa ajuda seria bem complicado (Entrevistada C).

Ainda sobre tais questões, evidenciou-se que em virtude da constante transformação social, da realidade econômica que ocorre na sociedade, faz-se necessário estar sempre procurando articulação com profissionais de outras áreas do conhecimento, a fim de que seja possível compreender o ser humano de forma mais completa onde se viabilize uma mudança de paradigmas nas populações em vulnerabilidade social. Ao encontro disso a entrevistada C, diz que:

(...) porque não é uma coisa que não muda (...) tá sempre mudando (...) sempre vão surgir novos desafios, novas questões, novas demandas; então, a gente tem que estar sempre conectado, conversando para ver, qual é a melhor forma de agir, reconhecer as necessidades de quem circula por aqui. A gente não pode ficar preso aqui dentro, só sabendo o que acontece aqui dentro, a gente tem que saber como está acontecendo as coisas aqui fora também para podermos auxiliar. Acho que é isso! (Entrevistada C).

Na sequência, apresenta-se as percepções da entrevistada E sobre a rede socioassistencial do Município de Santa Maria – RS. Esta relata não possuir “grande conhecimento” sobre o assunto. Assim, foi feita uma fala explicando de forma sucinta sobre o que é a rede socioassistencial. Está respondeu apenas dizendo possuir sim, conhecimento sobre a rede.

Para dar continuidade a entrevista perguntou-se sobre a relação estabelecida com as famílias do entorno a escola, se havia uma participação ativa dos pais nas atividades propostas pela escola, ao encontro desta pergunta a entrevistada E relatou que:

Sim! A gente sempre chama (...) quando há necessidade, pra ações, atividades, em alguns pais até que são voluntários muitos deles vem fazer pão vai fazer alguma coisa ajudar, sabe, às vezes, na cozinha. (...) no início do ano, foi o ano passado também que algumas vezes a gente ficou sem merendeira e eles vinham nos ajudar (...) faziam alimentos para as crianças e agora ainda tem sabe mães que são pais são parceiros que vem para (...) Claro, que são questões pontuais assim, não é toda comunidade, mas a gente consegue ter um alcance assim de alguns pais uma participação legal (...) e até a gente tá organizando um projeto pros pais, para fazer uma formação com os pais ambiente da comunidade até para chamar eles mais para escola (...) e a gente está organizando ainda projeto, acredito que no segundo semestre vamos estar começando a colocar ele em prática e daí até para fazer mais essa intermediação de aproximação realmente para eles virem mais. Mas a gente tem uma boa parceria, assim tem alguns pais que nos ajudam muito, sempre quando têm uma atividade na escola, eles estão aqui. Até eu que normalmente organizo as decorações das festinhas (...) tem um pai do maternal até, que ele sempre vem nos ajudar sim, tá sempre disposto sabe trabalha à noite, daí ele vêm as vezes sem dormir (...) vem para escola durante o dia pra nos ajudar, então essas parcerias que fazem toda a diferença, com certeza (Entrevistada E).

Inicialmente, a partir dos relatos obtidos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa observa-se, que a forma com que se aborda a questão interdisciplinar, em relação à educação, está diretamente relacionado às perspectivas dos profissionais que atuam na educação, ou seja, é voltado para a construção de propostas pedagógicas compartilhadas e para o desenvolvimento do trabalho pedagógico entre os profissionais que atuam na Política de Educação. Contudo em uma proposta de atuação interdisciplinar, faz-se imprescindível a ação de profissionais de outras áreas do conhecimento, a fim de procurar compreender de maneira mais completa as demandas existentes nesta política.

Através dos resultados compreende-se a importância e a necessidade de atuação de outros profissionais, para que seja possível que se desenvolva uma aprendizagem integral e integrativa, contudo, não percebe que o termo interdisciplinaridade, não está apenas relacionado ao trabalho entre as disciplinas, mas sim, serve para a atuação em conjunto de professores, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educadores especiais, enfim, existem uma infinidade de profissões que podem juntamente com os professores procurar desenvolver uma atuação interdisciplinar com vistas ao desenvolvimento de um processo de ensino/ aprendizagem, que integre os alunos advindos das mais diferentes

realidades sociais. Salienta-se também, que se identifica frente aos relatos, que algumas ações já são pensadas sob esta perspectiva.

Seguindo, observa-se que relacionado a formação, seja ela inicial ou continuada, normalmente são direcionadas a questões pedagógicas. Atualmente também estão trabalhando na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que apresenta algumas transformações significativas, como por exemplo, a base determina que o estudante, ao longo da sua formação na educação básica devem desenvolver dez “competências gerais”, direcionadas a questões cognitivas, socioemocionais, incentivo à curiosidade intelectual, além do uso de tecnologias digitais, comunicação e valorização da diversidade dos indivíduos. Tais questões são extremamente relevantes para o desenvolvimento da atuação dos profissionais que atuam na política de Educação.

Entretanto, existem algumas outras questões, a exemplo da vulnerabilidade social, que também são importantes e vão refletir diretamente no processo de ensino/aprendizagem dos alunos. O fato de tais questões não serem abordadas ao longo das formações (de qualquer tipo), acaba deixando os professores, os gestores e demais profissionais, sem saber quais medidas tomar, qual recurso procurar. Por isso, se destaca a importância de estar constantemente com as atenções voltadas às demandas de qualquer natureza identificadas em um contexto tão diversificado como a escola. Desta forma, a partir dos recursos e serviços que a escola conta, viabilizar uma educação de qualidade que respeite a diversidade existente.

Evidencia-se a rede socioassistencial, como uma ferramenta que já presta suporte a instituição em questão, contudo, pode-se pensar, além do que já se faz, em desenvolver uma formação (entre CRAS e a escola), no sentido de instrumentalizar os professores, acerca das providências a serem tomadas em relação a cada situação de vulnerabilidade social identificadas. Além de estreitar as relações de modo que o professor saiba sobre o que é a rede socioassistencial, e como fazer uso desta em benefício do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

4.3 PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO DO CRAS-LESTE

Partindo do pressuposto da integralidade dos usuários atendidos, apresenta-se as perspectivas dos profissionais atuantes em um dos equipamentos sociais, Centro de Referência de Assistência Social, que compõem a rede socioassistencial de proteção Básica, o SUAS.

O CRAS normalmente localiza-se em regiões de latência da vulnerabilidade e risco social, nos municípios com o objetivo de ser a porta de entrada dos usuários a rede de proteção social e a política de assistência social. Dentre as atividades que esta instituição procura realizar estão:

Acolhimento, acompanhamento de famílias; Grupos/oficinas de convivência e atividades socioeducativas; Visitas domiciliares; Busca ativa; oficina de inclusão produtiva; Atividades coletivas (campanhas, palestras); acompanhamento dos serviços prestados no território de abrangência do CRAS; Encaminhamentos para o Serviços de Proteção Básica, outros setores e Proteção Especial (PMSM, 2019).

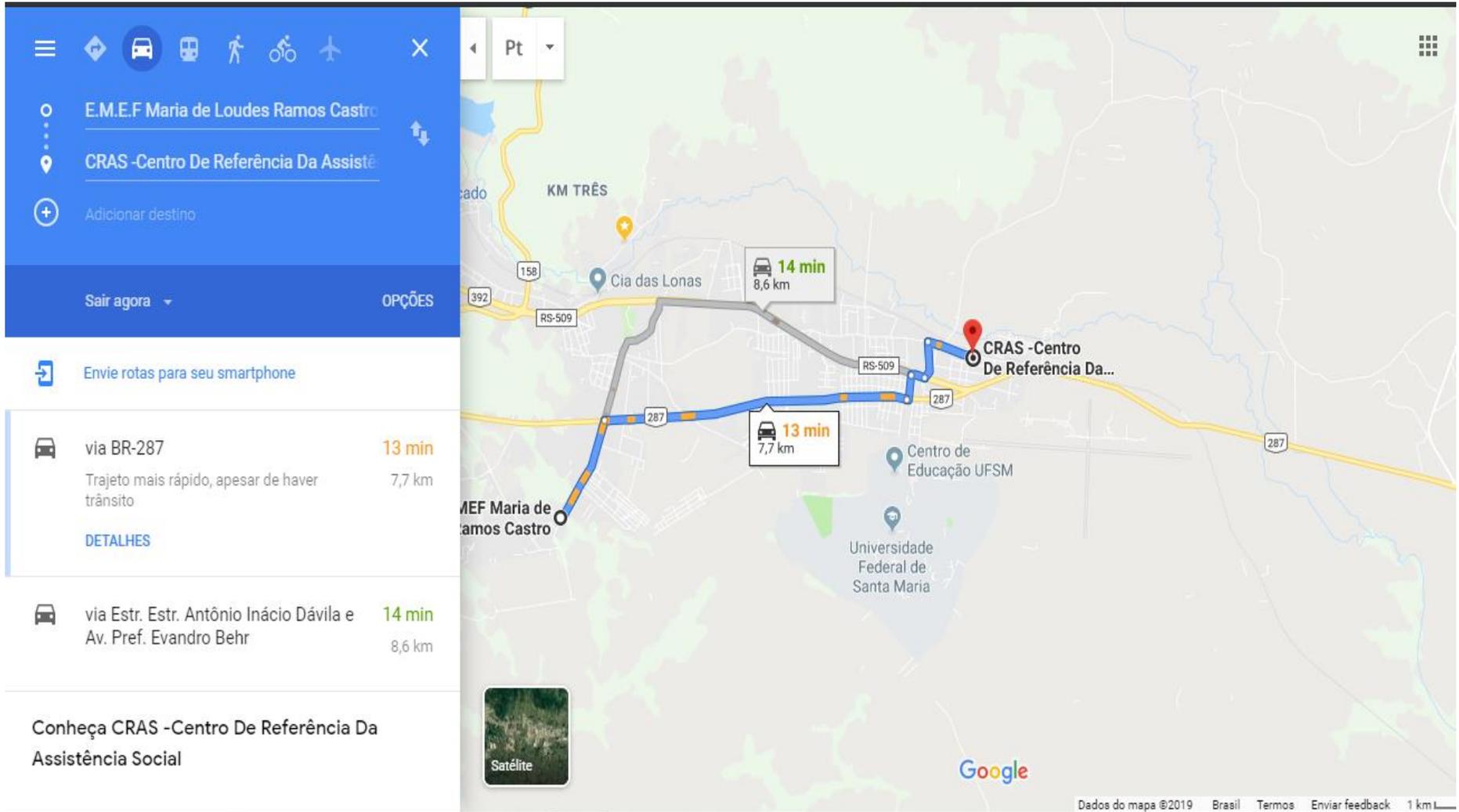
Conforme site da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Santa Maria - RS, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS se trata de uma “unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção especial básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social do município” (PMSM, 2019). Além disso são listadas as atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais que atuam na instituição, quais sejam:

acolhimento, acompanhamento de famílias e indivíduos, grupos/oficina de convivência e atividades socioeducativas, visitas domiciliares, busca ativa, oficina de inclusão produtiva, atividades coletivas (campanhas, palestras), acompanhamento dos serviços prestados no território de abrangência do CRAS, encaminhamento para Serviços de Proteção Básica, outros setores e para a proteção especial (PMSM, 2019).

Dentre os inúmeros serviços prestados pelo CRAS, destaca-se o Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF, pois é através deste que são desenvolvidos projetos destinados ao público usuário do serviço, como oficinas socioeducativas, palestras, roda de conversa. Tais ações serão aprofundadas no decorrer do texto.

Neste sentido o CRAS que será apresentado no presente estudo trata-se do CRAS Leste, localizado no bairro Camobí. A primeira questão que é possível identificar, se trata da localização. Uma vez esta que a instituição se localiza no bairro Camobi, na rua João Machado Soares, 2777, e a escola a qual nos referimos no presente estudo está localizada no loteamento Leonel Brizola, bairro Diácono João Luiz Pozzobon, à 7, 7 km (trajetória de carro), conforme mapa a seguir:

Figura 5 – Rota entre a EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, e o CRAS - Leste/Camobi



Fonte: Google Maps (2019).

Ressalta-se que a trajetória sugerida é de carro, pois, não há opções de horários de ônibus, com rotas próximas, que levem até o endereço do CRAS. Este, fator, sobre a distância e a dificuldade em se deslocar até a instituição usando o transporte público é um fator limitador para o acesso aos serviços.

Os CRAS, são a porta de entrada para acessar aos programas sociais governamentais, além de ser um equipamento destinado à população em vulnerabilidade, atua em conjunto com outras redes.

Serviços sócio assistenciais de proteção social básica e proteção social especial; Serviços públicos locais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e outros conforme necessidades; Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Instituições de ensino e pesquisa; Serviços de enfrentamento à pobreza; Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva; Redes sociais locais: associações de moradores, ONG's, entre outras (Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, 2014).

Retomando sobre os profissionais que compõem a equipe atuante neste prestador de serviços, evidencia-se que normalmente é composta por técnicos de nível superior como o assistente social, psicólogo, além do serviço técnico administrativo que auxilia no atendimento e funcionamento da instituição.

Tais profissionais trabalham no sentido de identificar as pessoas que ainda não acessam o serviço de proteção básica, fazer visitas domiciliares, diagnosticar demandas, fazer encaminhamentos para outros pares prestadores de serviços, inclusão no cadastro único, questões relacionadas ao Programa Bolsa Família entre outros Programas de benefícios ou transferência de renda.

A fim de amenizar estas questões a instituição se propõe a desenvolver parte de sua atuação dentro da comunidade, conforme já se observou sobre o desenvolvimento das oficinas de fortalecimento de vínculos. Ao encontro de obter tais informações, questionou-se as entrevistadas G e H⁵⁴ sobre qual o suporte que a Instituição CRAS/leste, presta a Escola Maria de Lourdes, e para a comunidade no geral em relação às questões de vulnerabilidade social?

Ao encontro disso, as entrevistadas G e H, salientam inicialmente que os principais encaminhamentos recebidos e executados, estão relacionados ao cadastro único e sua atualização. A partir deste momento os usuários já são questionados sobre outras demandas,

⁵⁴ As entrevistadas G e H, participaram juntas da conversa com a pesquisadora, o que possibilitou a construção de uma narrativa colaborativa.

as entrevistadas relatam que se há demandas para a saúde e a escola solicita o atendimento do CRAS e este mesmo realiza o encaminhamento.

Eles encaminham principalmente para o CRAS (...) a questão do cadastro único, para atualizar o cadastro e partir daí vemos o que mais é necessário resolver de demanda, se é para encaminhadas para a saúde, nós conferimos se a escola já não realizou o encaminhamento, caso não o tenha feito, nós mesmas encaminhamos. Além disso, recebemos demandas de reforço escolar (...) a escola é bastante solicita neste sentido. Quanto ao atendimento psicológico, nós fazemos o acolhimento, da as orientações e encaminha para o atendimento psicológico, que é atribuição da saúde (...) a UBS encaminha para atendimento psicológico(...) (Entrevistadas E e H).

Alguns encaminhamentos para reforço escolar, atendimento psicológico, neste caso encaminhado pela UBS ao atendimento psicológico em uma policlínica no centro da cidade de Santa Maria – RS. Além da UBS o CRAS também realiza o acolhimento, orientações de jovens e adultos, também realiza encaminhamentos quando necessário ao CAPS – AD, e CAPS Saúde Mental, infantil e adulto.

A atuação da instituição é bastante ativa na referida comunidade, e na entrevista realizadas com G e H, essas ressaltam que sua atuação “nosso atendimento ocorre de fato no bairro, e o que temos é o contato com a direção da escola que esta mandando casos para gente, ou então saber como estão as famílias, como os alunos estão na escola.” (Entrevistadas G e H).

Além deste contato, evidencia-se o desenvolvimento de algumas ações na escola, à exemplo do grupo de mulheres, a oficina lúdica, neste momento as próprias entrevistadas G e H apresentam a questão relacionada a dificuldade de acesso ao CRAS: “(...) nós temos uma dificuldade em relação a localização do CRAS (...) então em função disso as oficinas foram penadas para ocorrer em locais em que o CRAS recebe bastante solicitação da comunidade.” Então, as oficinas são descentralizadas em função do acesso, quando deveriam ocorrer na própria instituição.

Neste sentido destaca-se o importante empenho da equipe da instituição em levar os atendimentos, seja através das oficinas, grupos de convivência. Estes profissionais buscam ir ao encontro das demandas dos usuários do serviço. Evidencia-se ainda que, em virtude de o município contar com a atuação de apenas três equipamentos como este (PMSM, 2019), distribui o volume de demandas através das regiões. Essa divisão feita a partir dos territórios, ocasiona uma divisão não-igualitária das regiões com maiores índices de vulnerabilidade social.

Tais fatores, ocasionam uma sobrecarga aos serviços que compõem a rede socioassistencial, pois, conforme a conversa realizada com as entrevistadas G e H, o CRAS presta atendimento para o bairro Camobi, os bairros no entorno, a região do bairro Diácono João Luiz Pozzobon, e Km3. *“(...) a esta região temos que dar bastante atenção também, aos encaminhamentos em relação a questões de saúde, tudo lá é bem carente. (...) lá só têm uma creche, que não é do município”*, além destes, salientam que havia uma Unidade Móvel de Saúde que ia até o bairro e, atualmente, não consegue mais acessar. *“A unidade básica mais próxima é no bairro São José, uma ESF, que é bastante distante (...)”*, observa-se que a referida comunidade possui poucos recursos com fácil acesso.

Observa-se que existe uma série de questões que poderiam ser empecilho para um bom desenvolvimento do trabalho, para que a comunidade tenha acesso aos serviços, entretanto, os profissionais planejam e desenvolvem as ações sejam elas grupos de conversa, de convivência, oficinas, mas tudo isso dentro da própria comunidade, conforme pode-se observar a escola funciona como um equipamento que auxilia a aproximação do serviço e com isso, ambos atingem melhores índices, de desenvolvimento, de permanência na escola, de acesso aos serviços.

(...) têm na verdade, uma questão de dificuldade de localização do CRAS, então em função disso é que as oficinas foram pensadas para serem descentralizadas em locais onde o CRAS, recebe bastante solicitações da comunidade. Então ali na escola a gente atende bastante pessoas daquela região(...) (Entrevistadas G e H).

Seguindo as entrevistadas G e H ressaltam ainda o fato de a EMEF – Maria de Lourdes Ramos Castro ser uma escola modelo, pois é uma escola municipal construída a partir de recursos Federais, então *“tu vê que não é uma estrutura de escola que o município bancou (...)”*. Por este motivo também a escola se coloca como centro de desenvolvimento de ações em conjunto com o CRAS para o atendimento das demandas de vulnerabilidade social da comunidade local.

As entrevistadas salientam que na EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro, ocorrem além do grupo de mulheres e das oficinas lúdicas, a oficina de futsal, de dança, (que são executadas pelo Senac – SM), no bairro diácono ocorre uma oficina de Grafitti. Conforme as entrevistadas G e H o grupo de mulheres iniciou suas atividades em 2018 com as estagiárias do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria e no corrente ano outras estagiárias da mesma instituição deram continuidade ao trabalho realizado.

Atualmente, as estagiárias trabalham com encontros semanais, nas terças-feiras e *“estão trabalhando com a proposta de geração de emprego e renda”*, ressalta ainda as

entrevistadas G e H que, inicialmente, eram trazidos palestrantes para abordar determinado temas no grupo, atualmente com o foco na geração de emprego e renda, elas estão fazendo “oficinas de produção de pão, amaciante, sabão”, inclusive em seguida, nos próximos dias, haverá a festa junina da escola “e as mulheres que participam do grupo estarão com uma banca, comercializando os seus produtos e também um brechó”. Seguindo o grupo conta com o apoio das “enfermeiras da ESF Maringá para trabalhar as das demandas de saúde”.

Abaixo, apresenta-se a relação de atividades propostas a serem desenvolvidas no decorrer do ano, no grupo de mulheres:

Cronograma das atividades propostas pelo Grupo de mulheres: Noções básicas e direitos e informações sobre a Educação de Jovens e Adultos; Exibição de documentários; Palestras sobre cursos profissionalizantes; Palestras com o corpo de bombeiros; Oficina de produção de amaciante; Ateliê de produção de artesanatos; Oficina de produção de sabão; Economia doméstica: noções de economia e distribuição de recursos; Palestras sobre bullying e sexualidade; Palestra sobre drogadição e redução de danos; Oficina sobre confecção de currículos e informe sobre o mundo do trabalho; Oficina de elaboração de sabonete (Entrevistadas G e H).

Ao encontro da referida lista de atividades, ressalta-se que são trabalhados temas e questões bastante relevantes, com o intuito de desenvolver a autonomia dos sujeitos, sempre com vistas ao seu pleno desenvolvimento enquanto cidadão.

Este é a materialização de um “modelo de trabalho”, no qual a articulação dos equipamentos sociais e a comunidade existe e é desenvolvido com bastante empenho e sucesso, pois através deste modelo de atuação, o serviço prestado encontra-se a disposição a quem dele necessitar, não apenas em seu endereço físico, mas nas escola da comunidade, no centro comunitário, o serviço existe e é prestado dentro da comunidade e para a comunidade.

Isso tudo aproxima cada vez mais os usuários do serviço, e por sua vez, o seu conhecimento e acesso aos direitos e deveres, que são demonstrados de maneira interativa e interessante desde o princípio, quando o aluno ingressa na escola e passa a ser respaldado pela Política de Assistência Social e profissionais representantes.

Essa articulação entre os equipamentos que compõe a rede socioassistencial e a política de educação, que se materializa através dos projetos, oficinas, palestras realizado na comunidade, vão trabalhar interdisciplinarmente, através da construção e execução de serviços, programas, projetos, com vistas ao desenvolvimento de uma proposta de atuação que atenda a diversidade existente nas escolas, de modo que a comunidade conheça os serviços de

proteção ao qual tem direito de acessar, e, desta forma, possibilite o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia dos sujeitos, e sua emancipação, na busca por outras perspectivas.

4.4 PROJETOS EXECUTADOS NA EMEF – MARIA DE LOURDES RAMOS CASTRO, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Relacionado ao planejamento, desenvolvimento e execução de projetos, a escola é bem respaldada, considerando o que se pode identificar alguns projetos citados nas entrevistas anteriormente. Nesta sessão apresentaremos estes de maneira mais completa. Pode-se dizer que, tais propostas, são constituídas baseadas na proposta pedagógica da instituição citada anteriormente, focada na "inteligência emocional, com os pilares calçados na leitura, oralidade e emoções" (entrevistada F⁵⁵)

Inicialmente, apresenta-se a lista de atividades desenvolvidas pelo CRAS – Leste, na referida instituição, quais sejam: futebol, dança, atividades lúdicas, grupo de mulheres, entre outros.

Seguindo, a entrevistada F relata que o Projeto Guarda-chuva⁵⁶ em atividade na escola é o “Leitura no Coração”, baseado nos pilares citados anteriormente. Seguindo, salienta-se a execução do Projeto Mala de Leitura, cujo produtor cultural é a Chili Produções Culturais LTDA, cujo objetivo é:

(...) é um método diferenciado de incentivo à leitura e formação de novos leitores. A ideia é envolver 12 escolas e pelo menos 6 instituições como lares assistenciais, centros de referência (CRAS) e centros de atendimento sócio-educativos em Santa Maria, e ainda ações durante a 45ª FEIRA DO LIVRO DE SANTA MARIA (Governos do Estado do RS. Projetos Culturais, 2018).

Além disso, salienta-se que o presente método se desenvolveu, a partir:

(...) da necessidade de permitir, no interior do Brasil, o acesso de populações isoladas à leitura de qualidade e a um trabalho educativo inovador e adequado às condições locais - crianças e jovens indígenas e de famílias de pequenos agricultores rurais, com pouco ou nenhum acesso à educação formal. As poucas escolas existentes eram e são precárias, construídas com a palha de palmeiras,

⁵⁵ Esta entrevistada aparece apenas neste item, pois esta possui muitas atribuições e não pôde participar da entrevista. Contudo, procurou contribuir trazendo as informações sobre os projetos, de maneira informal, através da ferramenta WhatsApp.

⁵⁶ Projetos guarda-chuva, são aqueles projetos que vão dar origem a outros (sub)projetos que são desenvolvidos entre profissionais de instituições escolares, assim como por instituições de ensino superior.

pouco resistentes às chuvas e ventanias; soma-se a isso, a inexistência de recursos financeiros para aquisição e acomodação e conservação de livros na quantidade necessária. As Malas são construídas em material leve, próprio para transportar e proteger seu conteúdo - uma pequena biblioteca itinerante contendo 30 livros. Instigante e rico, o acervo aí contido, parte da realidade local, estimulando o gosto pela leitura. A Mala contém uma seleção dos melhores autores da literatura infanto-juvenil brasileira e demais países da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os clássicos da literatura universal e livro de imagem (Governo do Estado do RS. Projetos Culturais, 2018).

Seguindo, evidencia-se que os alunos do curso de graduação em Odontologia da Universidade Franciscana desenvolvem o Projeto saúde bucal na instituição, com o objetivo de fazer um acompanhamento e possível encaminhamento para a instituição que realiza os atendimentos necessários. Além de abordar juntamente aos alunos sobre a importância de ter uma boa higiene bucal, para garantir uma saúde bucal de qualidade.

Na sequência aponta-se o projeto Empreender na Escola: do Ensino à Produção, trata-se de um projeto de extensão, da Universidade Federal de Santa Maria – RS, cujo objetivo geral consiste em:

(...) estimular e desenvolver a atitude empreendedora por meio de práticas de educação empreendedora em alunos e docentes de escolas municipais de ensino básico, em parceria com a associação distrito vivo em santa maria. E de forma específica, será identificado as características, atitudes e intenções do comportamento empreendedor de docentes de escolas municipais de ensino fundamental de Santa Maria, será proposto e aplicado modelos pedagógicos em parceria com a associação Distrito Vivo de Santa Maria visando desenvolver a atitude empreendedora dos alunos e docentes das escolas municipais envolvidas e promover a capacitação docente, e em relação às práticas que intensifiquem as características e atitudes empreendedoras dos alunos.

O referido tema, abordado pelo projeto é bastante interessante, uma vez que historicamente em nosso país a cultura do empreendedorismo não é muito disseminada, apesar de todas as iniciativas, a exemplo do SEBRAE⁵⁷, do surgimento de um novo formato de empreendedor que surge por volta do ano de 2008, ao Microempreendedor Individual - MEI⁵⁸.

⁵⁷ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte – aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões (SEBRAE – RS).

⁵⁸ Microempreendedor Individual – MEI, foi instituído pela Lei Complementar nº 128/2008 (em vigor desde 01/07/2009), que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, (Lei Complementar nº123/2006, criou a figura do Microempreendedor Individual.

Este formato, busca incentivar os sujeitos da comunidade a deixar a informalidade, ou até mesmo deixar de ocupar postos de trabalho na condição de empregado, e passar a empreender, executando alguma atividade específica (hidráulica, elétrica, de jardinagem, produção de alimentos, assessoria e consultoria na área do serviço social), por exemplo. E, dessa forma, contribuir com a previdência social laborar de forma legal, e poder exercer uma profissão que o sujeito se identifique.

Além deste, a escola tem o Coral Maria, composto pelos alunos da instituição, que procura atuar nos encontros como entrega de pareceres na escola, bem como eventos de final de ano. Seguindo, os profissionais da instituição ao longo do ano propõem ações voltadas para o meio ambiente, como recolher o lixo pela escola, plantar mudas na escola, trabalhar sobre a água, sustentabilidade, bem como visitas ao Jardim Botânico da UFSM, horta escolar, onde os temperos e hortaliças cultivados por eles, posteriormente serão utilizados na própria merenda escolar; idas a Feira do Livro da cidade, promovem o dia do lanche saudável, onde cada um leva uma fruta, sempre respeitando as limitações de cada um.

A escola também desenvolve atividades, com o apoio do SESC, recebe o projeto conveniado a prefeitura municipal, denominado Programa Forças no Esporte – Profesp/ Segundo Tempo⁵⁹, Lions Club⁶⁰ de Camobi é um grande parceiro, no quesito arrecadação de itens para a escola. Além da participação em eventos, seminários e congressos relacionados ao tema educação. Tais informações estão disponíveis para acesso na página social Facebook da escola⁶¹.

Apresenta-se também o Atoque, citado anteriormente, que se trata de uma empresa “escola de música”, pois trabalha na direção do “ensino coletivo de percussão, bateria, canto, coral, acordeon, violão, artes visuais, danças afro-brasileiras e tradicionais gaúchas”, com destaque para as oficinas de percussão social. Seu objetivo principal é através dessa proposta

⁵⁹ O Programa Segundo Tempo, é um programa estratégico do Governo Federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática de Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>. Acesso 23 jun. 2019.

⁶⁰ Lions Club Internacional - associação civil, de fins não econômicos, terá por finalidade, entre outras, de criar condições favoráveis à propagação dos ideais leonísticos e as facilidades necessárias e indispensáveis ao bom funcionamento dos órgãos do leonismo, promovendo o desenvolvimento de obras assistenciais, culturais, educacionais e leonísticas. Disponível em: <<https://www.lions.org.br/institutolionsbrasil/index.htm>>. Acesso 26 jun. 2019.

⁶¹ Página do Facebook: Emef Maria de Lourdes Castro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100014726145871>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

“viabilizar para as crianças, jovens e adultos o acesso à cultura, a arte e ao entretenimento” de qualquer tipo.

Seguindo, outro projeto interessante e que é desenvolvido na escola é o Programa Saúde na Escola – PSE. Este já materializa a perspectiva que esta dissertação busca abordar, pois, se trata da materialização do desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, no qual ocorre a articulação da política de saúde com a política de educação.

Este programa tem como objetivo central, contribuir para a construção de uma formação integral dos estudantes em um âmbito geral, através do desenvolvimento de ações, de prevenção e atenção à saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que vão incidir diretamente no desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem de crianças, jovens e adultos da rede pública de ensino.

Além destes, a escola ainda apresenta os seguintes programas e projetos, desenvolvidos e executados na EMEF – Maria de Lourdes Ramos Castro: Grupo de estudos (português e matemática), com a finalidade de dar reforço escolar aos alunos que possuem dificuldades nas referidas disciplinas. Outro projeto relevante, é denominado Formação de Pais, que procura trabalhar com as famílias, suas demandas, além de abordar a importância da presença destes na escola e na vida escolar dos alunos.

Por fim, aponta-se as seguintes atividades e oficina que a escola desenvolve: xadrez, gaita, master chef, talkshow, entre outros. Relacionado ao desenvolvimento de projetos, oficinas, atividades no contraturno a presente instituição apresentada nesta dissertação, demonstra-se com as atenções voltadas, desde o projeto pedagógico da escola, até a construção de pontes, laços e parcerias, com instituições e entidades que procuram atuar nesta mesma direção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, objetivou, abordar as perspectivas de inserção do assistente social no âmbito da educação com a finalidade de desenvolver uma atuação sócio educacional interdisciplinar, compartilhada entre professores e assistente social. Em especial foi apresentado a proposta pedagógica da EMEF – Maria de Lourdes Ramos Casto e o trabalho desenvolvido em parceria com a rede socioassistencial, CRAS leste.

Observa-se que a escola referenciada, nesta pesquisa, foi inaugurada em dezembro de 2016 e desde o princípio de sua gestão, a instituição conta com a atuação de uma profissional que já foi secretária de educação do município de Santa Maria, e que durante a gestão foi a pessoa que incluiu este equipamento social em um dos projetos dos residenciais do PMCMV. Esses fatores são de extrema relevância para a constituição deste cenário favorável ao desenvolvimento de uma relação com a rede socioassistencial, além da compreensão acerca da importância de uma proposta de educação interdisciplinar a fim de garantir uma educação de qualidade e que respeite a diversidade existente no âmbito escolar.

Através do tópico estado do conhecimento, na qual é realizada uma pesquisa, no repositório de teses e dissertações da CAPES, pode-se observar que a atuação do assistente social frente à Política de Educação, vai além da prática interventiva dentro da escola, e abrange as esferas municipal, estadual e federal, como revelam alguns estudos que pertencem a outros pesquisadores e que foram apontados no presente estudo.

É possível perceber que as expressões da questão social e as demandas de vulnerabilidade social não estão presentes apenas na escola, salienta-se que elas ocorrem em outros locais, outras instituições, espaços em que existem desigualdades sociais, desrespeito aos direitos humanos, sociais e educacionais. Por isso se faz necessário a presença de um assistente social que possa fortalecer o trabalho e a atuação desenvolvidos frente a esses quadros de vulnerabilidade social.

Inicialmente, a fim de contextualizar sobre o que se produziu, apresentou-se a perspectiva do pensamento complexo de Edgar Morin (1998), o qual nos enfatiza, sobre a necessidade de um olhar atento e completo, sobre as complexidades sociais expressas pelos alunos no contexto escolar.

Nesse sentido, salienta-se que se trata da motivação para o desenvolvimento do pensamento complexo com caráter explicativo, como estivesse buscando o não-dito. A complexidade busca realizar um conhecimento multidimensional, interdisciplinar e transdisciplinar.

Além disto, a complexidade não busca encontrar todos os dados sobre o fenômeno estudado, mas sim, respeitar, as mais distintas dimensões que o compõe, pois, o homem é um ser biológico sociocultural e os fenômenos sociais ocorrem respeitando os contextos culturais, econômicos, psicológicos, políticos de cada sociedade. Assim, pode-se dizer que a complexidade se caracteriza pela busca de conhecimento e compreensão dos mais distintos contextos que compõem o universo de um ser humano.

Toda essa abordagem sobre a complexidade, serve para explicar o porquê da necessidade de se desenvolver uma proposta educacional compartilhada. Em especial a atuação do assistente social, pois este profissional, é capacitado para desenvolver formações com os professores sobre os temas pertinentes a cada contexto escolar, como por exemplo, a vulnerabilidade social e as demandas que os alunos apresentam. Ao encontro do pensamento de Amaro (2012, p. 45) “sabe-se que a escola que dialoga com sua comunidade amplia seus horizontes e se fortalece.”

Sob a perspectiva de Freire (2007), enquanto estamos procurando alternativas de ensino, estamos buscando, questionando e assim nos auto-questionando, e desta forma acabamos intervindo e ao intervir “educar e me educar”. Freire ainda nos salienta que o ato de ensinar exige que o educador respeite os saberes do educando.

Além disso, apresentou-se as políticas públicas que constituem o profissional de serviço social. Onde realizou-se um resgate histórico sobre a constituição da profissão desde o seu surgimento, perpassando pelas transformações sofridas ao longo dos anos. Apontando o movimento de reconceitualização como marco do rompimento do caráter conservador, além das legislações que a regulamentaram, reconheceram como curso superior e o Código de Ética.

A fim de respaldar ainda mais fundamentação da proposta central da presente dissertação de mestrado, que se trata da presença do assistente social na escola pública, e também sobre o serviço social na Política Pública de Educação, buscou-se apresentar legislações publicadas pelos órgãos que regulamentam a profissão, o CFESS/CRESS (em âmbito nacional e estadual), além da Lei de Diretrizes e Bases, Constituição Federal de 1988.

Por fim, apresenta-se a análise dos dados obtidos através das observações realizadas na instituição EMEF – Maria de Lourdes Ramos Castro e das entrevistas realizadas com os profissionais da referida escola e do CRAS/ leste, equipamento que compõe a rede socioassistencial do município de Santa Maria – RS.

A partir destes dados, pôde-se observar, que a percepção que os profissionais que atuam na Política de Educação tem sobre o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, está diretamente relacionado a práxis apenas dos professores, ou seja, relacionado ao

ensino/aprendizagem e as relações interdisciplinares que podem ser desenvolvidas entre eles e suas disciplinas.

Entretanto, salienta-se que tal perspectiva de atuação serve para trabalhar as disciplinas de maneira inter-relacionada, mas também serve para construir uma atuação compartilhada com outros profissionais, a exemplo do assistente social, pois, desta forma, com atuação de um profissional capacitado a atuar frente às expressões da questão social que a escola presencia em seu cotidiano; é possível, compreender as necessidades dos alunos em diversos aspectos, e desta forma construir uma proposta de ensino que possibilite aos estudantes vislumbrar outras possibilidades e que represente sentido a eles.

Além disso, observou-se que ao longo do processo formativo de nenhuma das profissões (seja do assistente social, dos pedagogos, dos professores licenciados) se materializa, uma proposta de trabalho interdisciplinar. Evidenciou-se que em nenhum momento se discute ao longo da formação sobre a necessidade de trabalhar em parceria com instituições e profissionais de outras áreas, a fim de garantir uma proposta educativa que vá ao encontro da necessidade expressa pelo contexto em que a escola está inserida.

Assim, com o objetivo de complementar a lacuna que parte do processo formativo e pela necessidade de estar em constante qualificação, os profissionais entrevistados, se organizam entre eles mesmos e discutem em reuniões pedagógicas sobre as demandas oriundas da sala de aula. Neste momento são compartilhadas as angústias, os conhecimentos, e baseado na proposta pedagógica da escola e a partir deste momento, se constroem propostas de ensino, ou de intervenção, seja através do auxílio prestado pelo CRAS, pelos projetos e ações desenvolvidas pela escola, pelas instituições de ensino superior do município, pelos parceiros em geral, propondo formações com foco em algum tema relevante para os professores, ou através do desenvolvimento de projetos sociais, ou pedagógicos, com o objetivo de trabalhar as demandas da expressão da questão social existentes no âmbito escolar.

Observa-se que apesar, do pouco conhecimento sobre os termos questão social, vulnerabilidade social, rede socioassistencial, os profissionais que atuam nesta escola procuram pautar as suas ações profissionais através do desenvolvimento de uma educação inclusiva com uma proposta pedagógica que trabalha na direção do clima emocional.

Além disso salienta-se a articulação estabelecida entre a escola, a UBS, com o CRAS, respalda e auxilia a instituição a realizar um planejamento e desenvolvimento de ações em prol do contexto no qual a escola está inserida. Exalta-se a importância do desenvolvimento deste trabalho, pois desta forma as instituições que compõem a rede socioassistencial, por sua

vez, a Política de Assistência Social, a Política de Saúde e a Política de Educação atuam em conjunto com vistas a garantia dos mínimos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Ao encontro desta vontade em desempenhar seu papel como equipamento social, salienta-se o que foi constatado através das entrevistas, que é o fato de o CRAS, não medir esforços para que a população para a qual esta instituição presta serviço consiga acessá-lo, para isso procura desenvolver atividades descentralizadas, além de realizar inúmeras visitas domiciliares, quando necessário.

A Política de Educação, assim como a Política de Saúde, se caracterizam como os primeiros direitos sociais básicos a serem garantidos aos cidadãos brasileiros pelo Estado através da Constituição Federal de 1988. Entretanto, historicamente pode-se observar que na mesma medida em que são extremamente importantes, são estas, as primeiras políticas a sofrer com o descaso, com a redução de investimentos, o que incide diretamente na qualidade dos serviços prestados.

A educação, organizada sob uma forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Neste sentido, salienta-se a pertinência da proposta deste estudo. Uma vez que a escola se materializa como um campo de atuação para o assistente social, no qual este profissional é convocado a atuar frente às expressões da questão social existentes na escola, através de ações interdisciplinares.

O trabalho desenvolvido pelo assistente social na Política de Educação, bem como em outras áreas de atuação, é pautado pelo projeto ético-político profissional, levando em conta suas atribuições e competências. Procura atuar frente às demandas apresentadas por através das expressões da questão social, sendo este um dos seus principais elementos de intervenção profissional do assistente social, seja frente à realidade do contexto escolar, seja na Política de Habitação, Saúde etc.

Entretanto, ao longo dos anos observa-se a crescente demanda por profissionais do serviço social atuando nas instituições de ensino. Com o intuito de contribuir com o planejamento e gestão escolar, para desenvolver a política educacional de maneira eficaz, seja

para realizar o acompanhamento dos alunos e familiares que necessitarem, ou então através da inserção de uma equipe interdisciplinar que busque atuar dentro das escolas.

Além disso, a presença de um assistente social na escola facilitaria a realização da avaliação socioeconômica, desenvolvimento de projetos na direção de acesso e permanência dos alunos na escola, estreitamento ainda maior com a rede socioassistencial, atendimento e encaminhamento das demandas de vulnerabilidades trazidas pelos alunos e seus familiares, e em especial na intervenção direta nas expressões da questão social que a escola tem em seu cotidiano.

Ao encontro das perspectivas abordadas no presente estudo, salienta-se sobre a necessidade de aprofundar o debate sobre o trabalho do assistente social na Política de Educação, uma vez que este ainda é um campo a se consolidar pela categoria, em especial na rede municipal de ensino.

Ao finalizar o desenvolvimento da pesquisa, foi possível se aproximar bastante do trabalho que já é executado através da rede socioassistencial (CRAS), com a presença de psicólogos e assistente social e a escola, as informações obtidas apenas alimentam ainda mais a necessidade de aprofundamento sobre o tema. Evidencia-se que esta aproximação, auxilia, no estreitamento das relações da comunidade com a escola, e por sua vez com os equipamentos sociais.

Ressalta-se ainda o caráter informativo que esta dissertação possui, pois, possibilita, não apenas aos profissionais da categoria dos Assistentes Sociais, mas a comunidade escolar, tomar conhecimento sobre o papel do assistente social na Política de Educação, as possibilidades de contribuição, de atuação, as possibilidades de identidades profissionais a serem assumidas, competências a serem desenvolvidas e os saberes a serem construídos e reconstruídos.

Entretanto, salienta-se a importância e necessidade de se ampliar os estudos sobre este assunto, pois este deve ser observado e abordado a partir das mais diferentes perspectivas. Destaca-se que não se busca reivindicar um posto de trabalho, mas apresenta o assistente social como um profissional que tem muito a contribuir frente à realidade enfrentada atualmente nas escolas. Com o intuito de dividir a carga das demandas do contexto escolar com os professores e em conjunto construir propostas pedagógicas que trabalhem na direção de incluir e trabalhar com os alunos pertencentes aos mais diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ABESS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. **Cadernos Abepss**, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

ALMEIDA, N. L. T. de. O serviço social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CRESS-6ª, 2007. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_so_cio_ocupacionais1.>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. In: CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011.

AMARO, S. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

_____. **Visita Domiciliar**. Guia para uma abordagem complexa. Editora AGE, 2. ed. Porto Alegre, RS, 2007.

BRASIL. Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. **Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de assistente social**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=374101&id=14234605&i dBinario=15794702&mime=application/rtf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**, Brasília – DF, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 fev. 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, Brasília – DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Orientação - SUAS n. 01- Proteção Social Básica de Assistência Social**, Brasília – DF, 2005

_____. Ministério da Educação, **Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2008**. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado3184/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, resolução 109, de 11 de novembro de 2009**. Secretaria Nacional Sistema Único de Assistência Social, Reimpressão 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-conselhos/orientacoes-gerais-para-adequacao-da-lei-de-criacao-do-cas_05-02-2013.pdf/download>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. Ministério das Cidades. **Programa Minha Casa Minha Vida**. 2013. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25186537_PORTARIA_N_595_DE_18_DE_DEZEMBRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatísticas da Educação Superior**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

_____. **Portaria 464, de 19 de novembro de 2018**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50863383/do1-018-11-20-portaria-n-464-de-19-de-novembro-de-2018-50863118>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação. Portal do Governo brasileiro. **Programa Escola Aberta**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16739-programa-escola-aberta>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CASASSUS, J. **Fundamentos da Educação Emocional**. Brasília, UNESCO: Liber livro, 2009.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1986.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

_____. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2011a.

_____. **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: DF 2011b.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2012.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de Educação Elaborada**. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS. 2013a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. Brasília: CFESS/CRESS, 2013b.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FALEIROS, V. de P. 1941- **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAZENDA, I. C. A. **Didática e Interdisciplinaridade**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, Coleção Práxis. 2005a.

_____. **Interdisciplinaridade**: definição, projeto, pesquisa. In: Práticas Interdisciplinares na Escola. 10. ed. São Paulo: Cortez, p. 15-8, 2005b.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação e Sociedade, ano, XXIII, n. 79, p. 257-272, agosto 2002.

FÍGARO, R. **O Mundo do Trabalho e as organizações**: abordagens discursivas de diferentes significados. Ano 5, n. 09, p. 92, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista9/90.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2018.

FORGEP. **Projeto Formação de Gestores Públicos – Caderno de formação – 2 – Elaboração de Projetos Sociais**. 2008. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/forgep_elaboracaodeprojeto.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. Vozes 1999.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. Coleção Leitura. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 1º semestre de 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/2in_terdisciplinaridade_necessidade.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Cultura. FAC/Produtores. **Projetos culturais**. 2018. Disponível em: <http://www.procultura.rs.gov.br/ver_projeto.php?cod=16919>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GUEIROS, D. A. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do serviço social. **Revista Katál**, Florianópolis. v. 13, n. 01, p. 126-132, jan./jun. 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 11º Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

JUNQUEIRA, L. A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

MAGNO, C. M. **Períodos de uma vida**: em memória ao maestro e compositor Roberto Barboza Ribas. Santa Maria, A Autora, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, R. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

_____. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 117-128, abr. 2006.

MORIN, E. Abertura. In: ALMEIDA, M. da C. de; CARVALHO, E. de A.; CASTRO, G. de. (Org.). **Ensaio de Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 11.

_____. **Ciência com consciência**. Trad.: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PMSM. Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS. **Inaugurada a Escola Maria de Lourdes Castro, no Loteamento Habitacional Leonel Brizola.** Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=14392>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 10. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2013.

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil.** 1. ed. 2012. São Paulo: Cortez.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** Institucional. Quem somos? Disponível em: <<https://sebraers.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

TAVARES, M. A. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais.** In: Curso: Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Curso de Graduação em Serviço Social.** 2010. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/servico-social/apresentacao/>. Acesso em: 10 dez. de 2018.

_____. **Plano Operacional Padrão – POP.** Serviço de Hemoterapia, HUSM. Santa Maria, 2013.

YASBECK, M. C. **Globalização, precarização, das relações de trabalho e seguridade social.** Cadernos ABONG, nº 19. 1997.

_____. As ambiguidades da Assistência Social brasileira, após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Tradução de Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Silvana Guerino, abaixo assinada, Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro, do município de Santa Maria, autorizo a realização do estudo “Atuação socioeducacional do assistente social no sistema municipal de educação. Contribuições para ações interdisciplinares na escola”, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria, RS, a ser desenvolvido pela estudante do Curso de Mestrado em Educação (PPGE/UFSM) Jéssica Ribas Timm, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Adriana Moreira da Rocha Veiga (UFSM/CE).

A temática de pesquisa que será realizada tem como foco a realidade socioeducacional da EMEF - Maria de Lourdes Ramos Castro, localizada no Bairro Diácono João Luiz Pozzobon, observando indicadores de vulnerabilidade social a fim de que se possa viabilizar uma proposta de formação continuada, que trabalhe na direção da construção de uma educação compartilhada entre os profissionais educadores e o assistente social no âmbito escolar.

O objetivo geral da pesquisa é: Compreender as implicações das relações entre educadores, assistentes sociais e demais profissionais para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar.

Esta instituição está ciente dos objetivos, procedimentos e que cada integrante tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão, bem como, a garantia de anonimato de sua pessoa.

Santa Maria, ____ de _____ de 2019.

Silvana Guerino
Diretora EMEF Maria de Lourdes Ramos Castro

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Título do estudo: ATUAÇÃO SOCIOEDUCACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PARA AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA ESCOLA.

Pesquisador responsável: Jéssica Ribas Timm

Orientadora: Adriana Moreira da Rocha Veiga.

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Educação

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-9685. Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3175, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Docentes e coordenações dos Programas de Pós-Graduação da UFSM.

Eu, Jéssica Ribas Timm, responsável pela pesquisa Atuação socioeducacional do assistente social no sistema municipal de educação. Contribuições para ações interdisciplinares na escola.”, orientada pela Prof^a. Dr^a. Adriana Moreira da Rocha Veiga, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar as implicações para uma atuação socioeducacional interdisciplinar no âmbito escolar, entre educadores e demais profissionais, para que possam viabilizar a integração e desenvolvimento de crianças em vulnerabilidade social. Acreditamos que ela seja importante porque irá propor uma atuação interdisciplinar entre profissionais da educação e assistentes social.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: falta de tempo para a realização da entrevista e inquietação com os questionamentos. Os benefícios que esperamos como estudo são referentes a indicadores de análise dos fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar entre os profissionais e assistentes sociais, com vistas ao desenvolvimento de uma educação inclusiva e de qualidade.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, ou até mesmo demandar da participação da mesma. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa.

É importante esclarecer que, caso você decida não participar, poderá desistir de responder ao formulário em qualquer momento ou retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento que será elaborado em duas vias, (sendo que uma ficará com o participante e outra via com os pesquisadores), e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do participante:

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE:

Santa Maria,

APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Título do estudo: ATUAÇÃO SOCIOEDUCACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PARA AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA ESCOLA.

Pesquisador responsável: Adriana Moreira da Rocha Veiga.

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Educação.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-9685. Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3175, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes desta pesquisa, cujos dados serão coletados por meio de entrevista narrativa. Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para execução do presente projeto.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na UFSM - Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3175 - 97105-900 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Adriana Moreira da Rocha Veiga. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa será enviado para ser aprovado provado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM. Caae n.

Santa Maria, 07 de dezembro de 2018.



Prof^a. Adriana Moreira da Rocha Veiga.

ANEXO

ANEXO A – AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO PSE
CICLO 2019-2020**

1. Ações do combate do mosquito *Aedes aegypti* ;
2. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;
3. Prevenção do uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
4. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos.
5. Prevenção das violências e dos acidentes;
6. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação ;
7. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor
8. Verificação da situação vacinal;
9. Promoção de a segurança alimentar e nutricional prevenção da obesidade infantil ;
10. Promoção da saúde auditiva e identificação de alunos com possíveis sinais de alterações
11. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de IST/AIDS
12. Promoção da saúde ocular e identificação de alunos com possíveis sinais de alterações
13. Prevenção à toxoplasmose
14. Promoção da saúde ambiental
15. Cuidados com higiene corporal